

Também dentre os signatários, consta o nome dos ítalo-descendentes Cláudio Mondadori, Luiz Bonapace, Francisco Bonorino e João P. Guglielme, todos com parentes Itaqui.²⁶³

A resistência e o monopólio da aristocracia latifundiária local com o tempo foram cedendo espaços aos italianos e aos seus descendentes. Inclusive no territorial físico, pela ocupação dos sesmeiros e primeiros povoadores após a conquista de 1801.²⁶⁴ De grandes proprietários de fazendas de criação restam para muitas descendências, apenas a lembrança da posse, da propriedade e certas poses evocativas do portento ancestral sesmeiro. Dois exemplos:

Juvenal De Portella, que partiu de Buenos Aires através do rio Uruguai, chegou a Itaqui no final dos anos oitocentos. Da condição de despossuído materialmente, como em regra todos os imigrantes, evoluiu para grande estancieiro. Em São Donato, na divisa daquele município com o de São Borja, adquiriu considerável extensão de campos com o resultado da compra e venda de gado em geral. Inclusive houve ocasião na qual suas compras foram feitas com o dinheiro de compadre, depois pago a boi. Segue parte da narrativa de neto, G. N. Portella Trindade, que menciona adaptações do avô ao novo meio:

[...] começou a lida com compra e venda de [...] bovinos, equinos, ovinos e quando viu já era proprietário [...]. E quando se deu por conta já tinha uma fazenda. Diga-se de passagem, em torno de triinnnta e ciinnco, quarenta quadras. E aí seguiu invernando boi e vendendo boi, [...] depois [...] de vinte, trinta anos que estava no Brasil já era o seeeeu Juvenaldo de Portella. [...] No São Donato, aonde os jesuítas, os padres jesuítas tiveram [...] uma escola de catequese inclusive de muitos índios que existiam lá naquela região. E ali foi que ele comprou depois, mais adiante a [...] sede velha da fazenda São Donato, que era a verdadeira, [...] com os anos ele adquiriu realmente a fazenda São Donato, [...] mais umas cinquenta quadras de campo, mais ou menos, [...].²⁶⁵

²⁶³ *Jornal O Missioneiro*, São Borja, edição de 25/07/1914.

²⁶⁴ COLVERO, Ronaldo B. *Região Missioneira: Palco de Rupturas e Continuidades*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F., [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda, 2011, p. 160.

²⁶⁵ Idem entrevista de G. N. Portella Trindade.

A fazenda mencionada localizava-se no trajeto da viagem que Saint-Hilaire realizou no Rio Grande do Sul e foi por este visitada em fevereiro de 1821. Depois da fase jesuítica, pertenceu ao marechal Francisco Chagas Santos. À época, a “[...] estância do marechal [...]” abrangia “[...] cinco léguas de terra”.^{266, 267} Pulverizou-se com o tempo e com as transformações socioeconômicas.

Outro exemplo de ocupação do espaço físico por ítalo-descendentes é a aquisição da fazenda Sociedade no segundo distrito de Itaqui, na década de 1930, por Jacomo Bonapace e seus irmãos, filhos do italiano Paulo Bonapace. Esta fazenda pertenceu a grandes proprietários da família de Ismael Floriano Machado nos anos oitocentos. E. Bonorino Floriano, descendente longínquo, em sua entrevista rememorou tal fato. Acentuou que era uma gleba povoada com vinte mil cabeças de gado. Raul Pont, ao abordar as perturbações provocadas por fugitivos e exilados naquela zona de fronteira, em São Borja, Itaqui e Uruguaiana, registrou em *Campos Realeiros* que, em 1848, “Também no distrito de São Borja os castelhanos haviam atacado outra estância, assassinado o brasileiro Floriano Machado”.²⁶⁸ Trata-se de proprietário anterior dessa fazenda – tenente Floriano Machado Fagundes e sua esposa, inventário conjunto aberto em 1849 pelo único filho homem do casal, José Floriano Machado Fagundes.²⁶⁹ Conforme a organização administrativa da época, essa abertura deu-se no “[...] Juízo de Orphãos da Villa de São Borja, da Comarca das Missões, Província do Rio Grande de São Pedro do Sul”. As terras desse colosso particular, hoje são propriedades em mãos de terceiros.

O pedaço de terra que os poucos imigrantes italianos, chegados via rio da Prata, conseguiram apropriar, o fizeram pelo esforço próprio como exemplificado com Primo Depedrine ou Juvenal De Portella. Nenhum imigrante foi contemplado com terras por magnificência ou interveniência do poder público como os antigos sesmeiros ou imigrantes

²⁶⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Gráfica do Senado, 2002, p. 325-326.

²⁶⁷ GOLIN, Tau. *Missioneirismo, Guaranização e Indianização*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F., [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda, 2011, p. 291.

²⁶⁸ PONT, 1986, op. cit., p. 84.

²⁶⁹APERGS – 1849. Inventário nº 29, Maço 2, Estante 114.

chegados no país com estímulos da chamada imigração oficial a partir de 1875. Colvero observou que na região de Uruguaiana foi constatado, a partir do livro de transcrições e hipotecas naquela cidade, o processo de vendas de terras para colonos e comerciantes de várias nacionalidades. Dentre esses menciona os italianos, “[...] os quais se dedicaram à criação de gado bovino e ovino”.²⁷⁰

4.4 Conflito entre sociedades italianas face à representação em duplicidade

A existência de duas entidades representativas de italianos em Uruguaiana, mesmo que apenas em certo momento, denota conflito entre os peninsulares aí chegados. Em 1879 foi fundada a Sociedade Italiana União e Beneficência, cujos estatutos foram publicados em 1905. Todavia, encontramos no arquivo público do Rio Grande do Sul um processo de execução no qual é autora a entidade chamada Sociedade Circolo Democrático Operário Italiano, situada em Uruguaiana.²⁷¹

Consta no processo referido uma certidão datada em 16/03/1904 sobre uma o procuração registrada no 2º Cartório de Notas de Uruguaiana, com o seguinte conteúdo:

[...] nesta cidade de Uruguaiana, nos subúrbios, em casa de João Bonino, onde eu Notário a rogo vim, ahí compareceram presentes, Vicente Cassetari, Fidele Cassetari, Vicenti Marini, Faustino Lora, Bernardini Homero, João Ferroni, João Lagaggio, Miguel Giraldo, José Filatondi, João Baptista Ibaldi, Lunardini Omero, Luiz Sichero, André Vaturroni, Constancio Bonjuvani e Francisco Pessano, membros da sociedade Italiana denominada Circolo Democratico Operário Italiano e que a compõem em sua totalidade, todos residentes neste termo, conhecidas de mim Notário e das testemunhas no fim nomeadas e assignadas, do que dou fé, perante as quais disseram os outorgantes que nomeiam e constituem seu bastante procurador neste Estado, ao advogado doutor Joaquim Vaz do Parado Amara, para cobrar amigavelmente ou judicialmente, dívidas activas da mesma sociedade, [...].

²⁷⁰ COLVERO, 2003, op. cit., p. 123.

²⁷¹APERGS – 1904. Execução nº 1089, Maço 42, Estante 81.

4.5 Conflitos linguísticos, e outros

De forma geral e deliberada, os pais italianos não quiseram ensinar a língua de origem aos filhos. Vários depoimentos tangenciam o tema, como o descendente de Alfano, Piffero, Ruffoni, Dondo. Ilustrando a resistência em geral ao cultivo e ensino da língua italiana pelos imigrantes, tem-se depoimentos como:

- “Aqui não era cultivada”, N. F. Dornelles Drago, 68, em São Borja, bisneto do italiano Ítalo Drago;²⁷²
- “Quando ele ficou viúvo, ele passou a fazer as refeições na minha casa. Durante o almoço ele falava italiano e nos ensinou um pouco [...], N. Eduarda Rastelli, 70, em Uruguaiana, neta do italiano Roberto Rastelli, referindo-se ao avô;²⁷³
- “[...] eles não ensinaram aos filhos [...] Não! Eles eram brasileiros!”, M. C. Cademartori de Moura, 75, em Itaqui, neta do italiano João Schenini.²⁷⁴

Nesta última manifestação, assim como na de M. A. Degrazia Barbosa, quando fala do empenho dos pais italianos para que os filhos estudassem, ficou demonstrado que os imigrantes italianos identificavam seus filhos como brasileiros. Certamente configuração da identidade de novos brasileiros frente aos estratos étnicos-culturais da população luso-brasileira e até porque situados em área de fronteira internacional, face à alteridade e a presença do outro além da linha divisória entre estados nacionais.

Houve conflito de imigrante quanto à pronúncia de nome próprio na língua nacional brasileira e há rememoração de tal equívoco no registro civil em nome de recém-nascido, caso Passamani anteriormente narrado.²⁷⁵

²⁷² Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago.

²⁷³ Idem entrevista de N. Eduarda Rastelli.

²⁷⁴ Idem entrevista de M. L. Cademartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura.

²⁷⁵ Idem entrevista de C. B. Passamani dos Santos e C. T. Passamani dos Santos.

Para a aculturação linguística e integração à nova sociedade, foi relevante a obrigatoriedade da aprendizagem e uso obrigatório da língua portuguesa pelos imigrantes, assim como a alfabetização na escola neste idioma. Fato familiar também é lembrado por J. Piffero Signoretti, filha de italiano, ao narrar conflito na alfabetização de irmã sua na escola, a qual estava sendo prejudicada face ao uso do idioma de origem do pai no cotidiano do lar. Nesse momento a mãe decidiu pelo emprego domiciliar tão só da língua portuguesa.²⁷⁶

Além da escola pública como instrumento intencional de nacionalização e aculturação, muito colaborou a adoção de datas cívicas brasileiras, nomes de estadistas e militares nacionais em logradouros públicos e estabelecimentos diversos. Nas três cidades da área de estudo, sempre houve a presença de força armada brasileira, em função de razões históricas e estratégicas. A presença do Exército Brasileiro foi e é permanente. Por um longo período também houve a presença de representação da Marinha de Guerra com a chamada Flotilha do Alto Uruguai, sediada em Itaqui de 1860 a 1906.²⁷⁷ Filhos de imigrantes, já nacionais brasileiros, não só prestaram o serviço militar obrigatório, como aí se iniciaram na carreira das armas e seguiram para outros pontos do território brasileiro.

Assim, a língua de berço, fosse o italiano oficial ou dialeto, deixou de ser cultivada já na primeira geração e o seu conhecimento finou-se com os imigrantes que se radicaram na área, de fala predominante do português, algumas vezes mesclada com a língua espanhola por tratar-se de localidades fronteiras com a Argentina e o Uruguai. Ou de mistura da língua espanhola com o italiano, já que para diversos imigrantes como se pode observar no Apêndice A, a imigração ocorreu por etapas. Ou seja, permaneceram algum tempo no Uruguai ou na Argentina, para depois situarem-se definitivamente na área da pesquisa.

²⁷⁶ Idem entrevista de J. Piffero Signoretti.

²⁷⁷ J. Rossi Nery, Jornal A Verdade, edições de 25/06/1994 e 03/06/1995.

Embora se refira a tempos mais recentes, mas reflexo das narrativas acima, o fato a seguir demonstra aspectos acerca da língua e da cultura italiana na área da pesquisa. Atualmente a Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi, em Uruguaiana, disponibiliza aos descendentes de italianos e aos cidadãos em geral um curso da língua italiana. Informou Thietelina Lunardini Pereira, presidente desta Sociedade: “[...] Eu me preocupei também que dentro do estatuto um dos objetivos é difundir a língua e a cultura italiana [...]”.²⁷⁸

T. Lunardini Pereira também registrou as dificuldades em conseguir professor para esse fim, alinhando que ao conseguir disponibilizar esse curso assim “[...] oferece pra Uruguaiana uma oportunidade de língua e cultura italiana”. Ressaltou que na etapa anterior do curso de língua italiana em andamento na sociedade que preside, o professor deslocava-se de Santa Maria, RS, quase a trezentos quilômetros de distância.

Ainda Lunardini Pereira informou, que professora residente na vizinha cidade argentina de Los Libres assumiu o ensino da língua pela José Garibaldi. Evidenciou: “Mas a língua e a cultura eu vejo assim, só aqui no momento do curso”. E arrematou: “[...] na verdade as descendências hoje em Uruguaiana, embora tenha muito descendente, muitas pessoas ainda não se aproximaram da sociedade. [...]”.

A mencionada professora de língua italiana tem vínculos com a sociedade co-irmã em Paso de Los Libres, chamada Sociedade Dante Alighieri.²⁷⁹

Reiterando, em momento anterior ao início de uma das aulas ministradas nas dependências da sede da Sociedade, realizamos entrevista com três descendentes de italianos e que trazem elementos de resposta a diversos questões que aqui se levanta. O conteúdo das respectivas entrevistas encontra-se parcialmente no Apêndice A.

²⁷⁸ Idem entrevista de T. Lunardini Pereira.

²⁷⁹ FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 76.

As autoras entrevistadas têm em comum o fato de serem netas de italianos que aportaram na América do Sul por Montevideu e por Buenos Aires e são professoras já no desfrute da merecida aposentadoria. São descendentes de italianos portadores do sobrenome Gotuzzo, Lunardini e Rastelli.

A língua materna dos seus avós foi suplantada pelo português. Tanto assim o foi que, em 1968, a própria entidade representativa dos italianos em Uruguaiana, por decisão de assembléia do seu quadro de sócios decidiu mudar a denominação para Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi.²⁸⁰

Conflitos por dívidas não honradas

Quando se percebe ter ocorrido conflito de representação entre duas sociedades italianas no início dos anos noventa em Uruguaiana, também se observa no mesmo processo, de execução judicial, a ocorrência de dívida de um determinado membro do grupo de italianos congregados sob a denominação de *Circolo Democrático Operário Italiano*.²⁸¹ Assim, um conflito se desdobrou em novo conflito. Quando o italiano Paulo Vecchio teve seu campo de criações desapropriado pelo poder público em São Borja como noticiado – Apêndice A, decidiu o referido retornar com a família para a Itália e deixou “[...] um dinheiro aplicado [...]” para lá receber os respectivos rendimentos ajustados.

Em 1935 cessou a remessa desses rendimentos. Decidiu o mesmo a voltar para a fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul para também equacionar essa pendência. Na véspera do Natal daquele ano, novamente através do porto de Buenos Aires, chegou em

²⁸⁰ FONTTES e FANTI, 2008, op. cit, p. 76.

²⁸¹ APERGS – Idem Execução nº 1089.

Itaqui. Logo depois da chegada de Paulo e família na cidade de Itaqui, depararam-se com um grande contratempo, pois o representante dos seus negócios de aplicação de dinheiro, que era um fazendeiro conhecido por Inglês Macedo “[...] matou a mulher no carnaval e fim.”, segundo o depoimento de G. Vecchio.²⁸²

A coluna social denominada *Pelo mundo chic* de jornal que circulava em Itaqui, faz menção ao nome de aniversariantes, inclusive de descendente de imigrante de italiano aportado pelo Prata, onde consta o nome do casal Inglês Macedo e Conceição Ramos de Macedo: “Fazem anos: [...] No dia 31, as Excmas. Sras. D. D. Geny O. Piffero, digna esposa do talentoso advogado Dr. Bernardo Piffero e Conceição Ramos de Macedo, modelar consorte do Sr. Inglês Macedo, criador.”²⁸³

Manoelito de Ornellas faz alusão ao perfil do personagem Inglês Macedo, ou Inglês Macedo. Ornellas diz que o seu nome era Domingos Riopardense Macedo: “[...] homem de temperamento violento mas de gestos de solidariedade humana, vítima de sua cólera e de seus brios, [...]”²⁸⁴

Conflito familiar dissimulado

Existem reclamações e queixas do esquecimento pelos pais italianos acerca do passado de imigrante, não transmitido aos filhos e às gerações posteriores. Daí as muitas dificuldades para o resgate da memória coletiva nesta pesquisa. A. Tavares, neta do italiano

²⁸² Idem entrevista de G. Vecchio.

²⁸³ *Jornal O Futurista*, em Itaqui, edição de 27/12/1925.

²⁸⁴ ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 103.

Guillermo Tancredi Mautone, ou Maltone, reclama que “[...] antigamente as famílias eram, assim, muito reseervadas [...] aquele sistema [...] hoje os pais conversam, dialogam [...]”.²⁸⁵

B. D. Rossi Nery, também neta de italianos, vai direto ao ponto, dizendo “[...] naquela época não falavam [...] a gente também não ligava [...] era jovem, nem ligava pra essas coisas”.²⁸⁶ Nesse mesmo sentido, o ítalo-descendente M.A. Degrazia Barbosa revela a contundência da época em relação a este conflito silencioso, que agora vem à tona:

O que eu tenho a dizê é que sempre eu soube, que sempre ouvi, embora eu tenha uma queixa em relação aos antigos: que eles não debatiam muito essas coisas com os jovens. Ou era filho ou era neto e cumpria o papel de filho ou cumpria o papel de neto. A cultura ia-se buscar no colégio. E, as origens, era sempre de ‘ouvi dizê’ em relação à família [...].²⁸⁷

M.A. Degrazia Barbosa arrematou:

O que eu sei é que quando guri era curioso, por isso vim a ser jornalista – riso – eu ficava ouvindo determinadas conversas que os adultos não gostavam que a gurizada viesse a se meter nas conversas deles. Era uma disciplina, era um estilo de vida: “Guri é guri. Lá do outro lado com os guris. E os adultos, aqui do outro lado”. Mas eu gostava de ouvir e fiquei sabendo de muitas coisas através do ouvido.

Na mesma linha de reclamações e queixas, veja-se no Apêndice A, síntese da entrevista com descendente dos italianos Antonio Degrazia, Domingo Fossari, João Baptista Rossi, Guillermo Maltone.

²⁸⁵ Entrevista de A. Tavares. São Borja, em 15/03/2010.

²⁸⁶ Idem entrevista de B. D. Rossi Nery.

²⁸⁷ Idem entrevista de M. A. Degrazia Barbosa.

Houve início de briga por herança de bens de parentes falecidos, sem filhos. Familiares de Eulina Bonorino Annes, filha do imigrante Antonio Bonorino, residentes em Itaquí e em Cruz Alta ingressaram em juízo com ação de nulidade de testamento contra os familiares de Veríssimo Lucas Annes. Veríssimo e Eulina eram casados e esta deixou testamento em nome daquele. O autor de *As Missões e seus antigos domínios* assinalou que “[...] houve em Cruz Alta, quem pelo comércio, conseguisse acumular fortuna, [...]”. E dentre dois nomes que salienta assim terem adquirido fortuna, está o do comerciante Veríssimo, que “[...] acabou milionário, [...]”.²⁸⁸

Desta situação Silveira conhecia bem, pois na cidade serrana de Cruz Alta foi o advogado que propôs a mencionada ação de nulidade de testamento.²⁸⁹ Todavia, em 24/09/1900, José Hemetério Velloso da Silveira renunciou ao patrocínio do litígio, escrevendo que não podia continuar na promoção do feito porque tinha que retirar-se para Porto Alegre. Anos antes já havia se retirado de São Borja por pressões do pároco local, cônego João Pedro Gay. Trabalhou bastante e tentou trazer ao processo mais de duas dezenas de parentes do finado Coronel Veríssimo Lucas Annes, de tradicional e poderosa família local. Velloso da Silveira manifestou-se feliz por nada ter recebido dos clientes pelo trabalho advocatício realizado. E deixou assentado nos autos que nem pretendia nada receber. Do casal Veríssimo e Eulina, materialmente resta centenário e desbotado mausoléu no lado esquerdo logo à entrada do cemitério municipal de Cruz Alta.

Observou-se, ainda, outro tipo de conflito familiar dissimulado. Alguns descendentes da primeira geração do referido Antonio Bonorino, nos anos oitocentos e início novecentos distanciaram-se por diferenças sociais e econômicas. E dispersaram-se no território brasileiro e argentino. Disso houve reflexo nas gerações posteriores. Estas perderam o referencial de pertencimento a mesma parentela. E desconheceram-se, desconhecem-se.

²⁸⁸ SILVEIRA, 1979, op. cit., p. 269.

²⁸⁹APERGS – 1900. Autos nº 219, Maço 5, Estante 64.

4.6 Integração e assimilação de hábitos e costumes¹

Sendo a cultura luso-brasileira e a italiana bastante próximas, a integração dos recém-chegados foi fácil, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, Canadá e em países anglo-saxões, onde o italiano é profundamente desprezado. E isto até por estar-se em uma linha de fronteira e com vizinhos internacionais, argentinos e uruguaios, com os quais a interação sempre se processou e dos quais os imigrantes italianos procediam, ao menos de passagem, por Montevideú ou Buenos Aires.

Por outra, nas comunidades locais onde se instalaram os recém-chegados, não havia um círculo fechado dos mesmos e seus descendentes como nos núcleos isolados nas áreas da colonização italiana oficial. O atávico horror ao estrangeiro, mencionado por Pedro Calmon em suas páginas de história do Brasil, que orientou a colonização portuguesa até a Independência praticamente havia desaparecido.²⁹⁰

Assim, os italianos na área foram assimilados de forma rapidíssima, com a experiência de viver e trabalhar no meio urbano e também, alguns, no meio rural, recriando identidades e se adaptando à vida em uma nova sociedade com suas diferenças em relação a que haviam deixado no Velho Mundo. Os seus descendentes, brasileiros natos, carregam e cultivam a cultura nacional brasileira. Alguns tiveram a possibilidade de visitar o território italiano, terra dos seus ancestrais, e lembram que vivenciaram algumas experiências relativas à origem étnica familiar.

Paulo Schenini, neto de João Schenini, em uma viagem noturna de trem, de Veneza para Roma, foi confundido por seu interlocutor italiano como natural da região do Vêneto, que se surpreendeu pelo seu sotaque dialetal próprio daquela região, que Paulo

²⁹⁰ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1959, p. 145 – 1º vol.

incorporou porque residiu muitos anos em Guaporé e Bento Gonçalves, RS.²⁹¹ Kleber Rossi Belmonte, neto do italiano João Baptista Rossi, foi identificado com o fenótipo dos naturais do norte italiano.²⁹² E Antonio Contursi, neto do italiano Antônio Contursi, foi tido por gente de casa, a ponto de dizerem-lhe, na Itália, da desnecessidade do reconhecimento formal da cidadania italiana.²⁹³

O esforço de adaptação e a imitação levaram adoção de novos hábitos, a incorporação de novos costumes em ambos os grupos, naturais e estrangeiros, e a utilização de novos alimentos. Com o decorrer do tempo no panorama humano constatou-se fazendeiros italianos, corridas de cavalos, churrasco e chimarrão, as vestes do gaúcho, a bombacha, o lenço ao pescoço, a utilização do cavalo como meio de transporte pessoal e instrumento de trabalho. Narrativas como a seguir, em relação ao avô italiano Juvenal De Portella, não são raras:

[...] eu convivi com ele. Era [...] um gringo olhos azuis, [...] um baita dum homão, um homem grande. E muito, muito rígido, muito rígido. [...] ele se adaptou [...] aos usos e costumes da nossa região aqui [...] Aí já aprendeu a tomar chimarrão, aí já foi pro feijão, etc. E charque [...] porque nós aqui, inclusive, no nosso município, fomos os maiores exportadores de charque, [...] Então houve essas adaptações.²⁹⁴

Um outro exemplo de adaptação e assimilação ao meio local tem-se com o finado Jacomo Bonapace, popularmente chamado Polaco, filho do imigrante tirolês Paulo Bonapace, que também chegou em Itaqui na mesma época de Juvenal De Portella, via Montevideu. Depois da fase de comerciante em Itaqui desde os tempos do seu pai, Jacomo tornou-se conhecido proprietário da estância denominada Sociedade, no segundo distrito daquele município, vizinha à fazenda do irmão Romulo – Ramão.

²⁹¹ Idem entrevista de P. Schenini.

²⁹² Entrevista de I. Monti Belmonte e K. Rossi Belmonte. Porto Alegre, em 10/06/2010.

²⁹³ Idem entrevista de A. Contursi e B. Contursi.

²⁹⁴ Idem entrevista de G. N. Portella Trindade.

No decorrer da esquila do seu rebanho ovino de dez mil ovelhas, Polaco reunia uma grande peonada para o serviço à tesoura, à mão, já no escaldante mês de dezembro. De vez em quando mandava que um peão fosse ao conhecido bolicho da Restinga trazer uma canha para, controladamente, dessedentar algumas gargantas quase ao final de mais uma jornada coletiva. E ordenava que o serviço parasse para uma carreirada da peonada, do que Polaco muito gostava. Proporcionava uma festa campeira. Nessa sua fazenda, onde residia como ermitão antigo, apreciava dedilhar violão e dentre as suas melodias sobressaía-se a canção napolitana *Sole mio*, escrita no início do século passado por Eduardo Di Capua.

A questão alimentar ora recebe algumas pinceladas. É analisada no capítulo seguinte, quando se aborda a presença italiana na Argentina. Algumas exclamações foram ouvidas sobre esse tema. De neto do italiano Cândido Ângelo Passarello, proveniente da região de Nápoles: “Olha! Tinha uns aqui, como os Grafolin, os Secon, eles tinha [sic] horta na periferia da cidade [...] Criavam galinha, porcos, tal e parrerais. Faziam até vinho aí, como Betinelli, que fundou o Club Comercial aqui.”²⁹⁵

Outro entrevistado refere a sua avó, a italiana Catharina Bonetti Schenini, originária do Piemonte e esposa do italiano João Schenini, este proveniente da Lombardia – Apêndice A:

A minha vó fazia doces italianos e comidas italianas, que todos os netos almoçavam aos domingos principalmente, na casa deles lá, dos avós. E ali gostavam de comer a polenta, os capelette, as comidas que ela fazia com temperos especiais. Era uma italiana que tinha gosto pra fazer comidas e doces.²⁹⁶

E ainda outro depoimento, de viúva de neto com o mesmo nome do imigrante italiano Alexandre Cacciatore, também vindo do Piemonte: “Ahhh! Comiam! [...] Vinho?! [...] O vinho era indispensável. Vinho, a polenta, a maaasa”. A entrevistada acrescentou:

²⁹⁵ Idem entrevista de N. de Menezes.

²⁹⁶ Idem entrevista de P. Schenini.

O Cacciatore começou cooom ‘panaderia’, como eles diziam. Padaria, e faziam salame [...] Pra vende na redondeza. Moravam na cidade, sim. Tinham um pedacinho pra fora pra criá porco, pra essas coisinhas assim. [...] Ainda se encontra, na entrada da cidade uns eucalito grande. Aquilo foi plantado pelos velho, [...] Cacciatore. [...] começaram com comércio. Aí foram melhorando de vida. Os Mondadori botaram um comércio forte [...] os Cacciatore também [...] Fizeram o Buon Marché [...] importavam inclusive produtos da Inglaterra, da Europa [...] ²⁹⁷

De M.C. Cademartori de Moura, neta do referido casal João Schenini e Catharina Bonetti, tem-se na entrevista que concedeu: “Até hoje adoro massa! Adoro massa! Massa pra mim é a cosa melhor que pão”. Observa-se que o seu avô, na sua fábrica com máquinas que foi buscar na Itália produzia massa que era consumida em várias cidades da fronteira oeste sul-riograndense. Apêndice A – Schenini, João.

O já referenciado descendente de Cândido Ângelo Pasarello, em Uruguaiana, também atesta sobre a tradição alimentar de origem italiana: “Muito ficou, ma bahhhh! Polenta, camarrone, petutine. Vino, vinace”. ²⁹⁸ Outro depoimento também é paradigmático, do mencionado neto do italiano Juvenal Portella, em Itaqui: “[...] eu fiquei dele, que eu gosto muito [...] é da tal de macarronada, [...]. E isso é, bahh!” E disse do seu gosto por um bom vinho. ²⁹⁹

Não faltou a lembrança do talharim italiano, muito conhecido e apreciado na região. Disse neta do italiano Domingos Monti e seu esposo – neto do italiano João Baptista Rossi: “[...] recordo é que o meu pai gostava muito de fazer [...] talharim. Aos domingos o meu pai preparava a massa e fazia talherim italiano. Em casa. Ele fazia questão de cozinhá”. ³⁰⁰

²⁹⁷ Idem entrevista de A. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore.

²⁹⁸ Idem entrevista de N. de Menezes.

²⁹⁹ Idem entrevista de J. N. Portella Trindade.

³⁰⁰ Idem entrevista de I. Monti Belmonte e K. Rossi Belmonte.

Dos passatempos e dos folguedos também se tem notícias. Os italianos apreciavam o jogo de truco, da bocha e o da mora, como recordou A. Brod Cacciatore: “Bocha, truco. Esses jogos [...] tinha aquele [...] não sei como é que se chama [...] aquele joguinho que cantam [...]”. Para traduzir a prática do conhecido jogo chamado mora, a entrevistada sinalizou jogo com o emprego de cantos e a rápida movimentação dos dedos sobre a mesa posta dentre os participantes do evento. A maioria dos italianos residentes em Uruguaiana, associou-se à *Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza*, onde disputavam muitas partidas de bocha.

Neta descendente do italiano Roberto Rastelli, este natural de Parma, em Uruguaiana recordou:

O meu avô frequentava muito esta Sociedade aqui. Ele vinha toodos os dias após o trabalho, ela vinha à Sociedade Italiana, famoso jogo de bocha. Ele era aficionado ao jogo de bocha. E outra coisa, também, do meu avô era a caça. Ele caçava com perfeeeição. E ele era especialista no tiro [...] no voo. Quando a perdiz levantava o voo, aí que ele caçava.³⁰¹

José Pecaro Braccini, italiano, radicou-se no Salto. O filho Humberto, de nacionalidade uruguaia, ao atingir dezoito anos mudou-se para Uruguaiana e dedicou-se à agropecuária. Bisneto do referido italiano e neto do uruguaio também nominado, também recordou do seu avô, com quem conviveu em Uruguaiana:

[...] todo o tempo que eu conheci ele, convivi com ele, que eu era o neto mais velho, ele só falava em espanhol. [...] engraçado, eu acho que absorveu mais a cultura uruguaia. Por exemplo, ele não sentava na mesa se não estivesse de casaco e de lenço, pra jantá.³⁰²

³⁰¹ Idem entrevista de N. Eduarda Rastelli.

³⁰² Entrevista de J. H. Neimayer Braccini. Itaqui, em 02/02/2010.

Tem-se a expressão de outro bisneto de italianos em Itaquí. D. Rossi Penalvo, bisneto do casal João Baptista Rossi e Isolina Biasca Rossi, pensando a herança cultural comentou: “Cultuuura, [...] aquela parte introjetada [...] a maneira de ser, [...] de se portar, [...] de consumir, [...] Enfim, nesse sentido [...] as coisas vão ficando pelo caminho, mas ainda assim persistem, principalmente a questão gastronômica”.³⁰³

Em trecho anterior, intitulado identidade étnica dos recém-chegados, vimos as circunstâncias da publicação do falecimento do italiano Santiago Ângelo, carpinteiro, no *Jornal O Uruguay* em 1887, e o tratamento que recebeu aquele trabalhador. Quatro décadas depois, em 1929, tem-se outra notícia sobre morte em outro jornal, agora sobre um *conterrâneo*, literalmente assim empregado este vocábulo na coluna denominada *Notas Sociaes*, não mais em notas de casos de polícia, como todo cidadão marginalizado.

O inteiro teor do texto a seguir transcrito permite muitas leituras sobre a sociedade da época, sobre a integração de italianos e descendentes na mesma. Trata-se do falecimento de empresário, filho do casal italiano Alexandre Cacciatore e Maria Delfina Guerra Veronese, contemporâneos do carpinteiro Santiago Ângelo.

Atilio Cacciatore

Às 15 horas de domingo último, chegou a esta cidade, em trem especial, o corpo do nosso conterrâneo Sr. Atilio Cacciatore, falecido em Porto Alegre, conforme noticiamos.

Grande número de pessoas, familiares, clientes e amigos de todas as classes, aguardavam a chegada do ataúde na estação da B. G. S.

Formou-se, após, extenso cortejo, vindo o féretro até a residência da sua progenitora, de onde, após alguns instantes, tornou a sair em direcção ao cemitério, ainda com grande acompanhamento.

Afim de aguardar a chegada em Uruguaiana, seguiram, daqui, no trem de sábado, seus irmãos Srs. Oscar e Luis Cacciatore, seu filho Euclides Cacciatore e seus amigos Srs. Djalma Gudolle, fazendeiro, Ignácio Machado, operoso chefe da Estação local da E. de Ferro, José Adelpho da

³⁰³ Entrevista de D. Rossi Penalvo. Porto Alegre, em 14/06/2010.

Silva, Carlos Elizalde Sobrinho, Dr. Mario N. Barros e Edilberto Candelot, sobrinho do morto.

Com estes vieram daquela cidade, acompanhando o corpo, os Srs. Arlindo Moura e Excma. Família, Jayme e Alberto Tarragô, dois filhos do Sr. Honório Bastos, David Paixão e Francisco Prado.

Grande número de coroas mortuárias foram depositadas sobre o caixão do extinto.³⁰⁴

Os fatos a seguir, relativos a imigrantes que se encontram nominados no Apêndice A, demonstram colaboração mútua e plena integração de imigrantes e dos descendentes brasileiros já na primeira geração com os naturais de origem luso-portuguesa após anos de convivência na construção de um estado nacional em comum:

a) em 1859, Itaqui obteve a emancipação política. A sua primeira administração foi capitaneada pelo então tenente-coronel Antonio Fernandes Lima, patriarca de família tradicional da aristocracia rural e que, até o presente, é referência na atividade pecuária e agropastoril naquele município. Dentre os auxiliares imediatos do administrador da nova vila encontrava-se Emigdio Bonorino. Este era o primeiro dos filhos do ítalo-descendente Antonio Bonorino que havia emigrado de Montevidéu. Poucos anos depois, sobreveio a Guerra do Paraguai e Fernandes Lima foi comandante de tropa brasileira na área invadida no Sul.³⁰⁵ Com seus homens, muito fustigou e incomodou a coluna paraguaia na sua marcha de São Borja para Uruguaiana.³⁰⁶ O referido Emigdio, brasileiro, boticário [farmacêutico] por profissão, acompanhou o Coronel Antonio Fernandes Lima na emergência da guerra e desempenhou as funções de tenente cirurgião por longo tempo. Em 1878, quando faleceu Marfiza Jardim Lima, familiar de Fernandes Lima, Emigdio firmou o respectivo atestado de óbito no posto militar de tenente-cirurgião.³⁰⁷ Diversos atestados de óbito encontram-se no arquivo da prefeitura municipal de Itaqui, firmados por “[...] Emigdio Bonorino – tenente-cirurgião]”.³⁰⁸ Outras atividades públicas foram exercidas por Emigdio, filho de imigrante – Apêndice A;

³⁰⁴ *Jornal de Itaqui*, edição de 22/05/1929.

³⁰⁵ GAY, 1980, op. cit., p. 94.

³⁰⁶ SCHNEIDER, 2009, op. cit., p. 261 e 275.

³⁰⁷ Disponível: www.brangusnet.com.br/raizes.htm – Acesso em 10/06/2011.

³⁰⁸ Arquivo da Prefeitura Municipal de Itaqui – Anos 1866 a 1893, Pasta 27, Caixa AP 002.

b) o italiano João Schenini chegou em Itaqui no início da década de 1870. Tornou-se comerciante bem sucedido e passou a investir na atividade pecuária.³⁰⁹ Em 1909 o estabelecimento pastoril denominado Torreão, que dista dez quilômetros da cidade de Itaqui, era propriedade sua e do médico Galdino Santiago como se observa no processo de medição de campos, onde consta cópia da escritura de compra dessa fazenda por ambos e na qual João Schenini é titulado de “[...] proprietário e fazendeiro”.³¹⁰ João Schenini evoluiu da condição de imigrante italiano a comerciante, industrial de massas e estancieiro. Quatro décadas depois da sua chegada estabeleceu parceria com o latifúndio da aristocracia local, com Galdino Santiago. Este, além de médico que atuava no corpo clínico do hospital da cidade, era grande estancieiro, inclusive na vizinha província argentina de Corrientes, onde tinha três fazendas com 12 mil hectares e dez mil cabeças de gado. Galdino era paraibano, foi médico da Armada Nacional do Brasil, reformado no posto de capitão de corveta. A maior parte do período de 25 anos de serviço ativo na Marinha foi prestado na Flotilha do Alto Uruguai sediada em Itaqui. Também possuía fazendas no Brasil, com descendentes ainda em Itaqui, sendo a Fazenda Picapau, no segundo distrito, uma referência da sua família.³¹¹

4.6.1 Sincretismo religioso

Os imigrantes nos três municípios da pesquisa, por si só não construíram uma igreja, um convento ou um colégio na chamada linha da área colonial, como fizeram os imigrantes proveniente da imigração oficial na região serrana gaúcha para trazer os benefícios do progresso e do desenvolvimento como investimento cultural.³¹² Não havia na região essa ansiedade de construir ou reconstruir, primeiro porque uma minoria diluída e depois por não estarem isolados em área distante dos núcleos habitacionais.

³⁰⁹ Idem entrevista de P. Schenini.

³¹⁰ APERGS – 1909. Processo de medição nº 316, Maço 14, Estante 115.

³¹¹ COSTA, 1922, op. cit., p. 317 – II vol.

³¹² MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul* – implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975, p. 185.

Por sincretismo religioso cita-se a observância do uso de práticas sob a denominação de simpatia cabocla para a cura de bicheira de animal de trabalho, em pleno mundo urbano por João Schenini.³¹³ Literalmente tratava-se de socorro a uma “[...] mula de padeiro [...]” como diz Raul Pont, utilizada nas antigas padarias antes da energia elétrica como força de tração para mover o malacate, equipamento que era indispensável para a fabricação de massas e também era empregado nas olarias para amassar o barro.³¹⁴

Observou-se também que italiano pertencente à maçonaria fazia parte do coral da igreja matriz em Itaqui. Trata-se de Alexandre Cacciatore.³¹⁵ E que outros imigrantes italianos também trilharam a senda maçônica, por exemplo: Gualtiero Frezinghelli, João Baptista Rossi, Paulo Bonapace, na Loja Maçônica Progresso Itaquiense; Roberto Rastelli, na Cruzeiro do Sul II, em Uruguaiana.³¹⁶ Alguns deles foram líderes maçônicos ao exercerem a direção de lojas maçônicas. Cita-se, Carlos Drago, em São Borja.³¹⁷ E o mesmo Alexandre Cacciatore, em Itaqui.³¹⁸

Fazemos aqui uma breve digressão de caráter histórico sobre essas duas lojas maçônicas nominadas no parágrafo anterior. A Cruzeiro do Sul II foi fundada em 1873 e a Progresso Itaquiense, em 1875. Também em 1873, em São Borja foi fundada a Loja Maçônica Vigilância e Fé.³¹⁹ Na edição de 2003, da autora Eliane Lucia Colussi consta, em anexo, o *Quadro de filiados em lojas maçônicas*. Por este quadro, a Cruzeiro do Sul em 1873 contava com 156 filiados; a Progresso Itaquiense, em 1876, já com o adendo de Filantropia Itaquiense, contava com 90 filiados. E a Vigilância e Fé, em 1873, com 33 filiados.³²⁰ O capítulo 4 da mencionada edição de 2003 contém o questionamento “Quem eram os maçons?”, e alinha

³¹³ Idem entrevista de M. L. Cademartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura.

³¹⁴ PONT, 1986, op. cit., p. 876.

³¹⁵ Idem entrevista de A. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore.

³¹⁶ FONTTES e FANTI, 2009, op. cit., p. 18.

³¹⁷ Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago.

³¹⁸ Idem entrevista de J. O. Ramos Sayago.

³¹⁹ COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EdUPF, 2011, p. 190.

³²⁰ COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EdUPF, 2003, p. 576.

diversos perfis como origem econômico-social, profissão, escolaridade. Como noticiamos, constatamos a presença de imigrantes italianos naquelas lojas nessas três cidades situadas em linha de fronteira.

Colussi também aborda a presença do clero nas lojas maçônicas.³²¹ Anteriormente, alinhamos notícia informando que o imigrante italiano Alexandre Cacciatore era maçom, dirigente maçônico e parte atuante no coral de cantos da igreja em Itaqui. E outro fato que segue na linha narrativa de Colussi é a rememoração da época da emancipação de Itaqui em 1858. O vigário da paróquia de São Borja, cônego João Pedro Gay, era dirigente [venerável mestre] da Loja Maçônica Cordialidade ao Oriente. A petição emancipacionista à Assembléia Provincial teve participação ativa do juiz da vila de São Borja, José Hemetério Velloso da Silveira. Enfurecido com esse fato, face à redução do seu ordenado pela redução da arrecadação pública com o desmembramento de São Borja, o referido pároco travou luta corporal com o juiz da comarca. E de forma fulminante o excomungou da igreja católica.³²² Gay e Silveira, como historiadores, são aqui referenciados diversas vezes.

4.6.2 Casamentos e miscigenação “racial”

A vida urbana da maioria e o casamento foi instrumento de abrasileiramento. Logo à chegada dos imigrantes em estudo, observam-se pautas matrimônios com tendência à endogamia, seja, casais constituídos por pessoas de origem italiana – vide Quadro-listagem I. Em momento posterior imediato, os filhos de italianos ou mesmo alguns destes, consorciaram-se com pessoas brasileiras e de outras origens ou nacionalidades, como a espanhola e a francesa. Houve início ao afastamento do grupo étnico e o idioma ou dialeto foi abandonado pelas desconfianças interpessoais, como lembrou a seguinte narrativa: “[...] vinham pra cá, já casavam com brasileira [...] já não pode falá porque já fica desconfiado, porque não entende, [...]”³²³. Vide nomes resultantes desses casais no Quadro-listagem II.

³²¹ COLUSSI, 2011, op. cit., p. 303-308.

³²² MARENCO, Cláudio V. F.; MARTINS, Nerí Camargo. *Itaqui – 120 anos*. Porto Alegre: Editora Intermédio, 1979, p. 58.

³²³ Idem entrevista de A. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore.

Como recordou ítalo-descendente entrevistado, B. Contursi, ex-prefeito do município de Itaquí, ao evocar Darci Ribeiro: “A miscigenação é a riqueza do Brasil. [...] aqui esta região é rica nisso [...] como outras tantas partes do Brasil. E essa mistura é que deu justamente essa riqueza.”³²⁴

³²⁴ Idem entrevista de A. Contursi e B. Contursi.

QUADRO-LISTAGEM I

(Pautas matrimoniais com tendência à endogamia)

Alfano e Bonelli, Bonetti e Schenini, Bonapace e Veppo, Bonetti e Boccacio, Bonorino e Cachaniga ou Caccianiga, Bonorino e Schenini, Cademartori e Schenini, Chiarelli e Ricciardi, Deferrari e Mazuhy, Degrazia e Risso, Lamarca e Faraco, Mascia e Chiarelli, Messa e Victor, Rastelli e Pollini, Rossi e Biasca ou Biasque, Ruffoni e Mondadori, Mandarino e Brandi, Mautone ou Maltone e Colina, Minoggio e Defendenti, Mondadori e Degrazia, Moretti e Schenini, Petrine e Flain, Piffero e Signoretti, Piffero e Piffero, Schenini e Moretti, Schenini e Rossi.

Fonte: Apêndice A e quadro-síntese no Capítulo 3.

QUADRO-LISTAGEM II

(Pautas matrimoniais de natureza exogâmica – casais de nacionalidades diversas: italiana com brasileira e outras)

Beltran e Monte, Beltran e Monti [Montti], Bonapace e Silveira, Bonorino e Barbosa, Braccini e Neimayer, Cacciatore e Sayago, Cacciatore e Silveira, Cademartori e Pereira da Rosa, Caffarate e Ardais, Chiarelli e Gomes, Cocolichio e Palma, Contursi e Silva, Cremontti e Souza, Dondo e Guimarães, Depedrine e Araizó, Degrazia e Barbosa, Degrazia e Carvalho, Drago e Dornelles, Faraco e Gomez, Fossari e Dias, Fresinghelli e Gentil, Gotuzzo e Moreira, Guglielmi e Mouguiart, Guglielmi e Ornellas, Landarini e Berro, Lunardini e Pereira, Malfussi e Corrêa, Malfussi e Gutiérrez, Mautone ou Maltone e Tavares, Messina e Escobar, Messina e Rodrigues, Moretti e Cabral, Passarello e Menezes, Portella e Trindade, Schenini e Figueiredo, Passamani e Dornelles, Passamani e Santos, Rossi e Neves, Ruffoni e Floriano, Vecchio e Marques, Vitali e Tatsch, Vomero e Escobar.

Fonte: Apêndice A e quadro-síntese no Capítulo 3.

4.6.3 Atividades laborais e mudanças

Em relação à economia e à chegada dos imigrantes italianos, o depoimento de ítalo-descendente conhecedor da realidade local, advogado e jornalista, com experiência profissional em outros locais do país, inclusive na capital da República, bisneto de imigrante considerado tomateiro quando da sua chegada em Itaqui, expressou uma realidade histórica que teima em não ser contada:

[...] vamos nos [...] nos deslocar àquela época, àquele vaporzinho atracando no porto de Itaqui, uma cidade essencialmente agropastoril, dominada por coronéis donos de extensões enooooormes de campo e, digamos assim, alguma réstia de escravos, talvez. Aí atraca um vaporzinho e desce meia dúzia de italianos, sem falar o português, não é! Mal vestidos, cansados, em viagem de vapor, imagine de Buenos Aires pra cá, com uma maleta na mão. O que que essa gente vai quere aqui no Itaqui?”, devem ter pensado os coronéis da época. “Ou então vão trabalhá pra nós ou então vamos deixá por aí.”³²⁵

Concluiu M. A. Degrazia Barbosa, também de origem luso-brasileira e etnicamente muito à vontade para externar a memória com isenção sobre as modificações sociais e econômicas advindas do fenômeno imigratório de peninsulares itálicos:

[...] houve modificações, como até hoje, econômico-financeiras, no Império e depois no Estado. Quer dizer, o que era viável naquela época, ter uma charqueada – num determinado período Itaqui foi um dos maiores produtores de charque do Brasil, [...] – depois de um determinado período não servia mais. Economicamente não servia mais, dava prejuízo. E assim outras atividades. Então [...] Do agropastoril e extensões de meia dúzia que mandavam na cidade, que tinham terra e gado, extensões enormes, mas o desenvolvimento se deu com a agricultura. Começou na horta, terminou no arroz, no soja e outras culturas que nós temos. O desenvolvimento desta região aqui, já nem digo de Itaqui, mas Itaqui, Uruguaiana e São Borja e especialmente da Fronteira Oeste como Livramento, Bagé, se deu com a agricultura.

³²⁵ Idem entrevista de M.A. Degrazia Barbosa.

A entrevista-depoimento evidencia integração dos chegados ao contexto local de época, mudanças e a força dos ciclos econômicos. Expressa e atesta o pioneirismo italiano na região com a agricultura na referência “Começou na horta [...]”, já antes do início dos anos noventa, com seu bisavô Degrazia e outros imigrantes italianos que chegaram em Uruguaiana, Itaqui e São Borja via Montevideu ou Buenos Aires.

Nos escritos de outro descendente de italiano chegado via rio da Prata, de G. Alfano, constata-se depoimento exemplificando que aos pioneiros italianos chegados à região fronteira dos municípios de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, seguiu-se uma leva posterior. São descendentes de italianos, agricultores, que chegaram na região da pesquisa no período 1940-1960, vindos pela imigração oficial nos portos brasileiros: “[...] vieram os agricultores, descendentes de italianos, em sua maioria de Dona Francisca, distrito de Santa Maria, RS, para o cultivo de arroz, “[...] tornando, na época, Uruguaiana o maior produtor de arroz do Brasil”.³²⁶

Referindo-se à Uruguaiana, Alfano acrescentou:

O município que era o maior produtor de lã do Estado, com o maior rebanho ovino, com um dos melhores rebanhos bovinos, somente voltado à pecuária, começa uma nova experiência com a agricultura [...] os campos antes de pouca densidade demográfica, se encontram agora povoados. Os tratores sulcam as terras antes virgens; as picadas viraram estradas, por onde passam os caminhões levando arroz.

Dona Francisca, atualmente município autônomo, pertencia à área de imigração italiana da chamada Quarta Colônia, de Silveira Martins, RS, geograficamente situada na região central do território sul-rio-grandense e próxima aos municípios de São Borja, Itaqui e

³²⁶ ALFANO, 2006, op. cit., p. 195.

Uruguaiana, como se constata em obra sobre a colonização italiana neste Estado, da autoria de Mário Maestri.³²⁷

4.7 Declínio das sociedades italianas

Em regra, a língua italiana foi esquecida e diversos depoimentos de descendentes nascidos nesse período falam a esse respeito. Já os filhos de italianos chegados na área falavam o português, até por exigência dos pais, que não quiseram transmitir a língua como evidenciado em entrevistas dos descendentes M.L. Cademartori Aramburu, M.C. Cademartori de Moura, J.Piffero Signoretti e P. Schenini.

Em consequência da Segunda Guerra, quando a Itália tornou-se inimiga do Brasil, a sociedade em Uruguaiana foi fechada e seus bens confiscados. Em 1951, houve reversão da situação com a devolução do patrimônio e a sociedade foi reaberta.³²⁸

O espírito de nacionais italianos havia arrefecido e os associados, na sua maioria, já eram brasileiros natos. “Não tinha mais italianos, era só filhos de italianos.”, assim analisou G. Alfano que foi presidente da sociedade hoje denominada Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi em Uruguaiana. Alfano era contrário à mudança do nome da sociedade, proposta que foi a decisão vencedora pela diferença de um voto e tal sucedeu no final da década de 1960.³²⁹

Assim, em 1968 a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, em Uruguaiana, passou a denominar-se Sociedade Ítalo-Brasileira José Garibaldi.³³⁰ Este fato,

³²⁷ MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra*. A colonização Italiana no Rio Grande do Sul [1875 – 1914]. Passo Fundo: ACIRS/EdUPF, 2005, p. 66-68.

³²⁸ FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 76.

³²⁹ ALFANO, 2006, op. cit., p. 195.

³³⁰ FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 76.

pela sua significação, é tomado por data limite posterior para o período de abrangência da presente pesquisa.

T. Lunardini Pereira, presidente da mesma, por ocasião da pesquisa de campo para esta dissertação, lembrou que quando da fundação dessa sociedade com o nome de União e Beneficência, realmente era uma sociedade italiana e que, antes da nova denominação, esteve algum tempo desativada.

Também observa-se claramente o declínio do vigor e da representatividade da Mútuo Socorro Itaquense. J. Piffero Signoretti, em sua entrevista narrou que depois de constituída a Sociedade Italiana, “[...] essas famílias começaram a trabalhar, se organizaram e essa sociedade ficou meio que esquecida! [...] Com o passar dos anos, eles foram adquirindo seus bens e foi vendido o terreno, [...]”.

Realmente, em 10 de novembro de 1945 a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense que já se encontrava irregular sob o aspecto legal, vendeu o terreno que tinha adquirido em 1897 e onde havia construído a sua sede e benfeitorias na Rua 15 de Novembro nº 390.³³¹ Outro fato sintomático: a ítalo-descendente Lair Vomero e Maria Neves, nora do italiano André Rossi, ambas foram professoras do então Ginásio São Patrício em Itaquí. No início da década de 1950, por ocasião das comemorações da data cívica nacional brasileira de 7 de setembro, tomaram a iniciativa e organizaram um carro alegórico-histórico que contou com o apoio das netas dos italianos que fundaram a antiga Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. Nesse carro, ornado com bandeiras das comunidades plantadas à beira do lago Como na Lombardia, de onde diversos eram originários, desfilaram muitos dos italianos ainda vivos e presentes em Itaquí. Dentre esses encontrava-se André Rossi, com idade já bastante avançada. Observa-se que a organização do evento carro alegórico evocava o viço da sociedade italiana em Itaquí já no passado.³³²

³³¹ Cartório do Registro de Imóveis de Itaquí – Livro 3M, fl. 186, Transcrição das Transmissões.

³³² Idem entrevista de M. Neves e Carolina Rossi.

A respeito da Mútuo Socorro Itaquiense, B. D. Rossi Nery, neta do casal italiano João Baptista Rossi e Isolina Biasca, informou na sua entrevista que, há muito tempo, essa entidade “[...] terminou [...]”. A situação da Sociedade Italiana União e Beneficência em Uruguaiana não seria diferente caso não tivesse admitido em seu quadro social cidadãos brasileiros, fazendo jus à nova denominação de ítalo-brasileira.

Neta do italiano Ângelo Caffarate se manifestou sobre a Sociedade Italiana em Itaquí: “Dessa sociedade o que eu vejo, é no cemitério, viu. Lá tem um túmulo grande, [...]”. Informou que esse seu avô faleceu de infarto e foi sepultado no túmulo da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquiense.³³³ E pelo conteúdo da resenha histórica que há nas primeiras folhas do seu estatuto, essa obra foi construída em 1893. Relembrou outros descendentes como J. César Fossari, filho do italiano Domingos Fossari, esse túmulo acolheu muitos nacionais italianos.³³⁴

No inventário de Amadeo Minoggio, falecido em 15/3/1918, com 65 anos, está registrado que era italiano e foi sepultado no túmulo em referência. Amadeo era filho de Salvador Minoggio e Ambrozina Bonetti. Deixou dois filhos: Salvador Minoggio, também de nacionalidade italiana e Carolina Minoggio Rossi, casada com André Rossi.³³⁵

4.8 Referências étnicas

A condição de imigrantes para muitos dos chegados via rio da Prata era de subestima.³³⁶ Pelas diferenças, a começar pelo sotaque estrangeiro, os nacionais brasileiros identificavam os imigrantes de origem italiana. Aqui vimos o equívoco de cartório do registro

³³³ Idem entrevista de A. Ardais, C. Caffarate Ortigara e A. Caffarate.

³³⁴ Idem entrevista de J. César Fossari.

³³⁵ APERGS – 1918. Inventário nº 203, Maço 5, Estante 115.

³³⁶ Entrevista de M. Robalo Guimarães. São Borja, em 03/05/2010.

de nascimentos lembrado por descendente do italiano Benjamin Passamani, em função do sotaque do pai que fez com que o nome da filha fosse grafado de modo que a mesma veio a detestar. São facetas étnicas em rememoração, “[...] essas coisas todas [...] essa italiaaanada, como a gente era chamado aqui no Itaqui, [...]”.³³⁷

A propósito da grafia do nome de família – sobrenome, ou *cognome*, que foram modificados, aportuguesados ou são grafados de várias formas. Ouvimos comentários dos seus descendentes detentores e até reclamações. Exemplificativamente: Biasca, Biasque, Biasqui; Cremonti, Cremontti e Cremonte; Caffarate, e não Caffarata; Cachaniga, Caccianiga; Monti, seria anteriormente Montti; Mautone e Maltone; Passarello – Passarella e Passarelli, seriam famílias diversas. Outra particularidade observada refere-se ao uso familiar tradicional do mesmo prenome – também dito nome de batismo – ou nomes abreviados por gerações sucessivas como Alexandre Cacciatore, Antonio Bonorino, Antonio Contursi, Domingos Moretti.

Quanto à identidade nacional e étnica, reitera-se: os súditos italianos que pediram indenização ao governo brasileiro por danos em consequência de guerra externa, e que nada receberam, declaradamente eram estrangeiros. Já os imigrantes que se abrigaram nas sociedades italianas de mútuo socorro e que demonstraram desinteresse no cultivo da língua de origem por seus filhos, afirmavam porque brasileiros, estavam na construção de uma nova identidade. A resultante foi o desaparecimento das sociedades italianas ou a transformação em sociedades ítalo-brasileira.

Alongando-se as vistas para um outro foco, vê-se que Olívio Manfrói, com obras escritas sobre a imigração italiana oficial nas zonas de colônias, diz que “[...] os descendentes

³³⁷ Idem entrevista de M. A. Degrazia Barbosa.

dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul nunca esconderam sua origem étnica e também nunca a negaram, com aconteceu em São Paulo e na Argentina”.³³⁸

Em uma região mestiça e multiétnica, como na observação de Tau Golin, buscavam assim construir uma forma de identidade legitimadora, aquela que surge com a afirmação do próprio estado-nação.³³⁹ No dizer de Manuel Castel, “[...] induzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”.³⁴⁰

³³⁸ MANFRÓI, Olívio. *Imigração e nacionalismos.* ” In” DAL BÓ, Juventino e *etalli*, [Org.]. Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana. IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Caxias do Sul: EdUCS, 1999, p. 46.

³³⁹ GOLIN, Tau. *Identities* – questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Méritos, 2004, p. 47.

³⁴⁰ CASTEL, Manuel. *O poder da identidade.* A era da informação, sociedade e cultura. São PauloTerra e Paz, 1999, vol. 2, p. 23.

5 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO PRATA: CORRELAÇÕES E PARALELOS COM OS QUESTIONAMENTOS NESTA PESQUISA

O recorte geográfico adotado na fronteira Brasil, Argentina e Uruguai, conduz a uma visualização e análise multinacional da imigração italiana nesses dois países no tangente aos questionamentos levantados na parte introdutória desta dissertação. Assim, se poderá alcançar as razões da re-imigração constatada, seja, italianos chegados no Uruguai ou na Argentina depois se instalaram em São Borja, Itaqui ou Uruguaiana.

A presença de pessoas oriundas da Península Itálica na América espanhola teve início no período colonial, apesar das dificuldades impostas pela complexa legislação. Geralmente tratavam-se de casos isolados de aventureiros, militares, perseguidos políticos, clérigos ou simplesmente pobres que se lançavam na busca de melhor sorte na vida. Na região marginal e fronteira ao Rio da Prata essa presença era um pouco mais relevante.³⁴¹

Especialmente, desde a segunda metade do século 18, o número de estrangeiros aumentou ao ritmo do crescimento da população, estimulado pela expansão do comércio aí centrado em função do ciclo exportador do couro e, logo depois com a criação da máquina burocrática decorrente da re-estruturação administrativa da colônia espanhola sul-americana e a conseqüente instalação, em 1776, do vice-reinado do Prata.

³⁴¹ DEVOTO, 2006, op. cit., p. 28.

A estratégia de Carlos III em criar a sede do novo vice-reinado em Buenos Aires, não visava tão só obstaculizar o avanço dos portugueses rumo ao sul do continente.^{342, 343} Desencadeou como fatores a expansão do comércio e o vigor da burocracia que geraram novas oportunidades nas regiões austrais, exemplificativamente para artesões, marinheiros e comerciantes.

Escreveu Fernando J. Devoto que, embora tais fossem casos isolados de imigração e ainda que o grupo mais numeroso em Buenos Aires fosse de portugueses, por iniciativas individuais aumentou a presença de estrangeiros hoje chamados italianos, o que não configurava uma corrente imigratória autêntica e tampouco gerava colônia dessa origem.³⁴⁴ Ainda que a maioria procedesse dos domínios genoveses, que incluía a Ligúria e também outras antigas possessões genovesas do Mediterrâneo oriental e que se definiam como nação genovesa, a diversidade dos lugares de origem não permitia caracterizar nenhum núcleo consistente de imigrantes de um mesmo local, os quais procediam de todas as regiões da Itália atual.

Esses imigrantes que chegaram isoladamente, em momentos diversos e com poucos laços entre si, não constituíam nenhum tipo de comunidade. Essa observação de Devoto ao ocorrido em Buenos Aires, paralelamente, e resguardadas as proporções, é perfeitamente aplicável ao caso específico desta pesquisa ao observar-se os locais de procedência e as datas de chegada contidas no quadro-síntese no Capítulo 3.

De se observar que às crises agrárias no Piemonte, Lombardia e Veneto, uma parte da população respondeu emigrando até o Rio da Prata nos últimos anos da década de 1870.³⁴⁵

³⁴² HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina – a questão de Palmas*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 62.

³⁴³ GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica*. Passo Fundo: EdUPF, 2004, p. 574.

³⁴⁴ DEVOTO, 2006, op. cit., p. 28

³⁴⁵ BJERG, 2009, op. cit., p. 26.

5.1 Italianos na atividade fluvial do Prata

Devoto destacou, também, que muitos barqueiros de origem itálica valiam-se da rede fluvial conectada com o grande estuário ou Rio da Prata. Sem noção de limites ou linhas de fronteira, partiam rio acima. Este quadro contextual acrescenta elementos para a explicação à presença de estrangeiros italianos em 1821, quando da demarcação das ruas e divisão do perímetro da povoação que surgia na Cruz brasileira, hoje Itaqui: “Entre os estrangeiros que compuseram o vizindário sobressaíam italianos e franceses, na maior parte marinheiros de pequenas embarcações procedentes do Rio da Prata”.³⁴⁶

O mesmo entendimento é cultivado pelo italiano Domenico Ruocco, em sua obra denominada *L'Uruguay e gli italiani – O Uruguay e os italianos*, no trecho intitulado “Comerciantes e militares italianos em Montevideo no século 18”, ao aludir que era notória a experiência marítima genovesa e que muito contribuiu para a descoberta e a exploração da América e do comércio entre a Espanha e suas colônias nos séculos 15 e 16, depois limitando-se à Cádiz, Lisboa e Gibraltar.³⁴⁷

Na época da independência argentina, os marinheiros lígures faziam a rota entre a Europa e América. Afirmaram-se na navegação de cabotagem ao longo do litoral brasileiro e argentino, no rio da Prata e igualmente nos rios que aí deságuam. Ruocco também acentua que os lígures prestaram grandes serviços às cidades banhadas pelas águas fronteiras em que navegavam, as quais, em fins do século 18, alcançaram consistência demográfica e desenvolvimento econômico. Pelo aumento da população imigrante no Prata nas últimas décadas do século 19, a atividade fluvial na Argentina, em geral, e no interior platino em particular, alcançou importante desenvolvimento em consequência do crescimento do comércio, da agricultura, das atividades extrativas, da criação de gado e das indústrias que se instalavam na região, muito em virtude da chegada e do trabalho dos imigrantes.

³⁴⁶ SILVEIRA, 1909, op. cit., p. 383.

³⁴⁷ RUOCCO, Domenico. *L'Uruguay e gli italiani*. Roma: Società Geografica Italiana, 1991, p. 60.

Durante longos anos, a navegação de cabotagem no rio da Prata e seus afluentes foi privilégio quase exclusivo dos imigrantes lígures.³⁴⁸ Por isso não é de se estranhar que no rio Uruguai, na jurisdição brasileira, como em São Borja ou em Itaqui, a presença de italianos em 1821, na fundação desta, ou em 1856, quando o representante do governo da Sardenha visitou “[...] a colônia italiana de Itaqui [...]”, lá estivessem imigrantes peninsulares. Nem tampouco que súditos italianos, na época assim chamados os estrangeiros, pleiteassem indenização do governo brasileiro face aos estragos que haviam sofrido com a invasão dos paraguaios.

Os três mapas referentes à Península, Figuras nº 1 a 3, no final da Introdução, facilitam uma visualização sobre as linhas da geografia política dos diversos estados independentes lá existentes como se visualiza na Figura nº 1 e na Figura nº 2, até alcançar o estágio de estado nacional pela Unificação Italiana, que foi concluída em 1870, configurado pelas regiões – Figura nº 3. Os emigrantes que enumeramos no quadro-síntese, no Capítulo 3, são procedentes praticamente de todos os quadrantes do território italiano.

5.2 A presença italiana no Uruguai, o Salto e localização

Os italianos deram origem a uma grande parte da população uruguaia que, pelas ações desenvolvidas e experiência em todas as atividades do mundo de relações, deixaram marcas profundas naquela sociedade nacional, quer na iniciativa privada, nas atividades econômicas, em todos os setores produtivos, na arquitetura, na escultura, nas promoções culturais as mais diversas, no associativismo assistencial e religioso. A presença italiana

³⁴⁸ MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguai: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1850-1889)*. São Paulo: Departamento de História da USP, 1989. Tese de doutoramento.

reflete mais ainda a importância de Montevideu como porto de redistribuição e ponto de passagem obrigatória da rota marítima ao Prata.³⁴⁹

Dentre os primeiros povoadores da cidade de Montevideu, encontram-se os italianos. Muitos constituem as raízes na gênese da família uruguaia e os promotores da independência política do Uruguai. Desde os anos setecentos já eram numerosos nas guarnições militares, ocupando diversos níveis da hierarquia do então exército espanhol, sendo que a maioria era originário de Cuneo – na atual região do Piemonte – e de Gênova, como também de outras cidades italianas. Outros eram comerciantes provenientes da Ligúria e dos vales piemonteses.³⁵⁰ No quadro-síntese há um exemplo, do genitor de Antonio Bonorino, que se enquadra neste perfil.³⁵¹

Observa-se a chegada de diversos contingentes, com perfis distintos. Durante a Guerra Grande, em grande parte a defesa de Montevideu foi feita por estrangeiros, tendo-se destacado a Legião Italiana. A chamada Guerra Grande perdurou no período 1839 a 1851.³⁵² Na opinião de alguns historiadores, “[...] la mejor inmigración [...]” ocorreu ao finalizar-se aquele conflito, com a chegada de artesões, profissionais e intelectuais laboriosos, a maioria de italianos.³⁵³

Além de se instalarem em Montevideu, os imigrantes de origem italiana se radicaram principalmente nas cidades do litoral e nos departamentos próximos à capital do país. Em tal sentido, a pesquisa detectou a presença de descendência de imigrantes que se localizaram em Durazno, Paisandu e Salto. No Apêndice A exemplifica-se com os italianos de sobrenome Mautone, Lamarca para as duas primeiras das localidades citadas, e para o Salto existem diversos imigrantes ao longo do período examinado.

³⁴⁹ RILLA, 2003, op. cit., p. 25.

³⁵⁰ VILLAMIL, Silvia Rodriguez; SAPRIZA, Graciela. *Los italianos – la inmigración europea en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983, p. 23.

³⁵¹ APOLANT, 1975, op. cit., p. 1089 -1091.

³⁵² FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do estado imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006, p. 90-99 e 223. Tese de doutoramento.

³⁵³ ROSSI, Ketty Corredera. *Inmigración italiana en el Uruguay, 1860-1920*. Montevideo: Fimasa, 1989, p. 39.

Algumas referências em forma sintética: ³⁵⁴

- o período mais importante quanto ao impacto imigratório no Uruguai fica compreendido entre 1881 e 1890, que é a etapa de maior incidência da imigração italiana;
- no período 1860/1908, depois de Montevideú os italianos se concentravam, por ordem de preferência, em Canelones, Salto e Paissandu, Colonia, Soriano e São José;
- a partir de 1875-1880, o imigrante radicado no interior, especialmente o que tenta se dedicar à agricultura, começou a sentir a pressão do latifúndio do gado e iniciou movimento de retorno para os arredores de Montevideú. E os que estão chegando, em alta proporção, tendem a permanecer na cidade;
- no Uruguai de fazendas e portuário, com comércio de trânsito centrado em Montevideú e no Salto, dentre as notáveis mudanças econômicas no período 1890-1905, é observada a decadência deste, do comércio de trânsito.

O Salto, cidade uruguaia, encontra-se localizada na margem do rio Uruguai, em ponto chave da fronteira uruguaia com a Argentina e próxima à do Brasil. Nas primeiras décadas dos anos noventa, diversos imigrantes italianos transmigraram-se do Salto para Uruguaiana. Em período mais recuado o contato era mais intenso com Itaqui, pois a fundação desta precede à época da fundação de Uruguaiana. Susana Bleil de Souza lembra que esta cidade oriental foi eminentemente mercantil e último porto uruguaio da grande artéria então representada pelo rio Uruguai. ³⁵⁵

Continua a referida autora: desde 1860, Salto convertera-se no mais importante porto de concentração e distribuição de todo o norte uruguaio e de diversas praças ribeirinhas situadas no Brasil e na Argentina. Seja, na margem brasileira do rio Uruguai, a partir de

³⁵⁴ VILLAMIL e SAPRIZA, 1983, op. cit., p. 28, 32 e 40.

³⁵⁵ SOUZA, 2002, op. cit., p. 62-63.

Uruguaiana até São Borja. E na margem ocidental, lado argentino, de Monte Caseros até Santo Tomé.

No capítulo inicial temos exemplos de imigrantes italianos com interesses ligados ao Salto, o que se pode observar através de dados contidos e extraídos de diversos inventários. Os meios disponíveis para a mobilidade da população e transporte de produtos e mercadorias da época, apoiavam-se, portanto, muito na navegação fluvial pelo rio Uruguai e, mais tarde, na ferrovia. Por essa via aquática, vejamos algumas distâncias:³⁵⁶

De Salto a Buenos Aires	231 milhas
De Salto à Itaqui	158 “
De Salto à Santo Tomé e à São Borja	210 “
Da Cruz à Santo Tomé	48 “

Como elementos para compreensão do fenômeno imigratório nesta tríplice fronteira internacional, a partir de 1888 Itaqui e Salto ficaram ligadas por estrada de ferro com trajeto por Uruguaiana e Barra do rio Quaraí, atualmente sede do município de igual nome.³⁵⁷

Ao longo dessa estrada, na travessia do rio Ibicuí houve necessidade da construção de uma ponte ferroviária extensa, onde também se manifestou a presença e a obra de italianos. Na construção da mesma houve a colaboração do trabalho de italianos chegados no Brasil pelo Prata, conforme depoimento de descendentes, Apêndice A – Cacciatore, Caffarate, Drago e Mondadori.

³⁵⁶ LOBO y RIUDAVETS. *Manual dela navegación del Rio de la Plata y de sus principales afluentes*. MadrT. Fortanet, 1868, p. 323.

³⁵⁷ Centro Cultural Pedro Mariani em Uruguaiana. Acervo Raul Pont. *Histórico da Viação Férrea do Rio Grande do Sul*, 1964.

Em 1906, se realizou a Exposição Universal de Milão. Os italianos residentes no Departamento de Salto resolveram se apresentar por meio de um álbum, onde consta o perfil da colônia italiana aí localizada e diversos dados informativos, como o lugar de origem ou procedência dos italianos, as tendências de ocupação, o ofício por procedência e outras mais.

358

Além de várias ligações do Salto com imigrantes em São Borja, Itaqui e Uruguaiana, evidencia-se a mais antiga aqui registrada e uma das mais recentes. A primeira relaciona-se com o italiano Manoel Di Amico, comerciante em Itaqui e onde faleceu em 1856, como comentado no capítulo 2. Di Amico era proprietário de uma casa no Salto e outros interesses econômicos. Também era proprietário de outra casa na localidade de Constituição, pertencente ao departamento de Salto.³⁵⁹

E a conexão mais recente em termos de re-imigração do Salto para a área da pesquisa, veja-se o Apêndice A com catalogação sob o cognome Petrine. Nesse tempo, outros imigrantes estiveram no Salto ou lá residiram. Depois se estabeleceram em locais como Uruguaiana, Itaqui e outros. Ainda no Apêndice A, vejam-se sobrenomes: Braccini, Gotuzzo, Mandarino, Schenini. Outros cultivaram interesses comerciais ou relações familiares no Salto, como se observa no inventário dos citados Alexandre Lombardo, Francisco Bergallo, Manoel Di Amico.

5.3 Imigração italiana no Uruguai por Buenos Aires

As autoras da obra *Los italianos – la inmigración europea en el Uruguay*, afirmam que, em estudos históricos, não levar-se em consideração a imigração via movimento fluvial, tal postura significa ignorar, um aspecto importante do fenômeno, especialmente nos movimentos de curta duração, justamente porque estes têm grande

³⁵⁸ VILLAMIL e SAPRIZA, 1983, op. cit., p. 117 e seg.

³⁵⁹ APERGS – 1856. Idem Inventário nº 65.

importância para períodos determinados.³⁶⁰ No estudo de casos, Apêndice A, temos um exemplo referente ao imigrante Matteu Chiarelli, que exemplifica esta ocorrência.

Matteo Chiarelli, natural de Lauria, na Basilicata, desembarcou em Buenos Aires por volta de 1911. Era o mais novo dos irmãos, os quais já se encontravam em Montevideu, para onde dirigiu-se depois. Na ocasião tinha onze anos. Casou-se na capital uruguaia com uma moça da família Ricciardi. Depois se estabeleceu definitivamente em Uruguiana.³⁶¹

5.4 Progresso e ascensão social no Uruguai³⁶²

Depois de muitos sacrifícios, alguns imigrantes chegavam a sua independência. Com algumas economias amealhadas, em geral associavam-se a algum compatriota dono de alguma oficina ou pequeno comércio. Ou para abrir o seu próprio empreendimento, uma microempresa do tipo familiar, que contava com o trabalho e a participação de toda a família, inclusive das crianças. Exemplo, o caso de Guillermo Mautone ou Maltone, no Apêndice A, italiano proveniente de Pisciotta, na Campânia. Instalou-se em Durazno no Uruguai, onde casou-se e depois foi para o Brasil e tem descendente em São Borja.

Muitos conseguiram alcançar certo êxito econômico através de criatividade, disponibilidade e espírito de luta e, conseqüentemente, alcançar certa promoção social. Em regra, os imigrantes italianos ficaram excluídos da propriedade da terra, da participação nas grandes indústrias e também excluídos das classes dirigentes. Contudo é certo que alcançaram sucesso em várias atividades comerciais e industriais. Nestas iniciaram em caráter artesanal. Depois, com a participação de toda a família e, mais adiante, com um pequeno número de empregados, a maioria dos quais também era imigrante.

³⁶⁰ VILLAMIL e SAPRIZA, 1983, op. cit., p. 23.

³⁶¹ Idem entrevista de C. Chiarelli Mascia.

³⁶² ROSSI, 1989, op. cit., p. 42-43.

Por meio do progresso econômico, ascenderam às categorias sociais superiores. Para a oligarquia, constituída pelos grandes fazendeiros e pelos industriais – da indústria têxtil e frigoríficos, basicamente – os italianos estavam excluídos. Eram vistos com muito receio, trabalhadores sem limites, que insistiam em atuar como *criollos* [nacionais] e que se obstinavam em melhorar sua situação, a ponto de comprar modesta casa. E também enviar os filhos para a universidade, um desplante para os receptores das levas de imigrantes.

Em realidade, ressalta Ketty Corredera Rossi, o sonho mais ou menos secreto de todo imigrante era adquirir a casa própria e fazer do filho um doutor. Já o fato de ter um filho na universidade confirmava o novo status social da família, coroando o sucesso econômico.

363

Os estudos universitários dos filhos, da mesma forma que o dinheiro ganho por seus pais, facilitava a aceitação social pela sociedade *criolla*. E a universidade conferia um grande prestígio para o grupo familiar, alimentando a ilusão de haver sepultado o passado de imigrantes. Entretanto, por mais calorosa que fosse a aceitação no seio da sociedade *criolla*, esta era sempre relativa, não permitindo o ingresso na oligarquia dos grandes proprietários de terra – fazendeiros. Rossi lembra que alguns sociólogos afirmam que, na América, o estatuto social está mais vinculado à situação econômica do que na Europa.

Por fim, observa-se que no caso dos imigrantes italianos, a promoção econômica foi antecedente necessário para a ascensão social do indivíduo, até como recompensa pelo mérito do trabalho e ao sucesso econômico, tanto lá no Uruguai como na aquém linha da fronteira Brasil/Uruguai e Brasil/Argentina. No Apêndice A temos os imigrantes de sobrenome Bonapace, Braccini, Degrazia, Mondadori, Portella, Schenini que, por dedicação e muito trabalho, cedo penetraram no círculo dos proprietários rurais e, ao seu tempo, tornaram-se fazendeiros nos municípios de Uruguaiana e Itaqui.

³⁶³ ROSSI, 1989, op. cit., p. 43.

5.5 A falta de terra e a habitação na Argentina

Em 1888, foi publicado na Europa um aviso chamativo nos seguintes termos: “[...] el trabajador europeo accede en la Republica Argentina, por medio de fáciles economias, a la propiedad de la tierra que cultiva [...]”.³⁶⁴ Mas é sem dúvida que o acesso à propriedade da terra já estava inviabilizado na Argentina, bem como no Uruguai, que tinha uma situação de vida similar com Buenos Aires. O mesmo não se pode dizer para os que antes se dirigiram para outras áreas, que viveram uma situação relativamente fácil.

Ketty Corredera Rossi descreveu o processo dos imigrantes que chegavam no Rio da Prata. Permaneciam no Uruguai ou na Argentina, e faziam muitas viagens entre ambos os países em busca da “[...] terra prometida [...]”, praticamente impossível em encontrá-la. Apesar das repetidas promessas oficiais, as terras se encontravam nas mãos dos grandes proprietários.³⁶⁵

Maria Bjerg anotou que apesar dos esforços colonizadores na Argentina, o grosso dos imigrantes se concentrou no mundo urbano.³⁶⁶ Esse diagnóstico está refletido na imensa maioria dos imigrantes relacionados no Apêndice A. Observa-se que, na década de 1880, houve chegadas massivas de italianos em Buenos Aires. Nessa época, os emigrantes do norte italiano predominavam sobre os das zonas meridionais. A maioria dos emigrantes havia saído de Gênova, da Ligúria, da Lombardia e do Piemonte, uma demonstração da componente regional nesse momento.³⁶⁷

Quanto à costa brasileira, também não havia terras para a colonização, conforme expediente da Câmara de Vereadores de Uruguaiana ao então presidente da Província

³⁶⁴ ROSSI, 1989, op. cit., p.7.

³⁶⁵ *Ib.*, p. 38.

³⁶⁶ BJERG, 2009, op. cit., p. 23 e 101.

³⁶⁷ *Ib.*, p. 24.

atendendo consulta. Nada receberam do poder público, ao contrário dos imigrantes italianos sob o guarda-chuva da imigração oficial, a partir de 1875, no planalto. O latifúndio, advindo das sesmarias aos conquistadores do território de fronteira, em 1801, não dispunha de terra para a agricultura:

Ilmo. e Exmo. Snr. – A Câmara Municipal desta Villa tem a honra de accusar a recepção dos quinze officios que aodiante menciona aella expedidos pela Presidencia da Provincia, cujos em Sessão de hoje foram recebidos elidos, a saber: [...] 13º: De 20 do dito Fevereiro, exigindo desta Camara declarace com urgencia quaes as terras devolutas, que haneste Municipio, para que cultura são mais próprias, e se nellas podesse se estabelecer colonias com vantagem dessa cultura. 14º: [...] Quanto porem ao Officio accusado sob número 13º, tem a informar a V. Exa. que neste Município não consta haverem terras devolutas próprias para Colonias, por quanto são todos os campos povoados por criadores de gados; e, mesmo quando as houvesse, o que poder-se-hia conhecer unicamente por meio de huma medida que obrigasse aos Sismeiros medirem edemarcarem suas Sismarias, nenhuma vantagem trarião esses estabelecimentos pela má qualidade do terreno em geral para a agricultura. [...]

Villa da Uruguayana, aos 23 de Agosto de 1847.

Venancio José Pereira, Francisco José Dias, Theodolindo de Oliveira Fagundes, Manoel Thomas do Prado Lima, Manoel Doria da Silva, José Pereira da Silva.” 368. Grafia da época.

Impedidos de irem para o campo, viram-se obrigados a fixar moradia nos centros urbanos ou nas suas vizinhanças. Buscaram um modo de subsistência como trabalhadores ou simples changadores – realização de qualquer serviço ocasionalmente a troco de *changa*, remuneração irrisória, sem vínculo de emprego. E esta condição grassou, de forma aproximada, em ambas as margens do Rio da Prata.

Nos anos 1860-1870, as famílias pobres foram obrigando-se a se agruparem para pagarem o menor aluguel possível de uma moradia. Inicialmente cada família se submetia a uma habitação de duas ou três peças e, frequentemente, até uma peça. Aproveitando-se da

³⁶⁸ Centro Cultural Dr. Pedro Mariani, em Uruguaiana, RS. Livro de Registros de Offícios Expedidos Câmara Municipal, anos 1847 a 1848, folhas 2-verso a folha 4, em Sessão de 28/04/1848 – Offício ao Presidente da Província, 23/08/1847.

procura crescente, os proprietários eliminavam algumas paredes internas e edificavam os chamados puxados, improvisações de morada com material barato visando à locação.³⁶⁹

No final do século 19 e começo do século 20, a habitação se transformou em um dos problemas centrais do mundo urbano, expressando um conjunto de valores materiais e atitudes que acompanharam o processo de ajuste dos imigrantes a vida em um novo país. O *conventillo* foi a forma mais comum de acomodação dos estrangeiros há pouco chegados na Argentina urbana que, depois de passar os cinco dias permitidos pelo *Hotel de los Inmigrantes*, precisavam encontrar local para habitar.³⁷⁰

Na outra banda, ou margem do Rio da Prata, em Montevideu, o problema habitacional era o mesmo. Os imigrantes primeiro viveram em *conventillos*, compartilhando o espaço habitacional com outra gente tão pobre e desfavorecida quanto eles: os trabalhadores *criollos* e os gaúchos sedenterizados. Estes se achavam inúteis, desde o momento em que leis e o campo fecharam as porteiras, que chegavam com os alambrados, para os vacantes, para os sem eira nem beira.³⁷¹

De tal forma, vê-se que os cortiços urbanos eram ambientes sórdidos, apinhados de inquilinos, quartos pouco arejados e sem luz natural, latrinas escassas, água contaminada de algum poço de balde ou corredeira comum. No pátio comum, mulheres lavavam e estendiam roupas, crianças brincavam, moradores transitavam a um banheiro coletivo ou a cozinha compartilhada nesse local de promiscuidade, de mistura de pessoas, cheiros e isso tudo os transformavam locais insalubres e doentios.

A. Brod Cacciatore, viúva de neto do imigrante Alexandre Cacciatore que, como Giovanni Schenini, passou uma temporada em Buenos Aires e depois se instalaram em Itaquí, não está desguarnecida de conhecimento desses fatos transmitidos pela tradição oral

³⁶⁹ BJERG, 2009, op. cit., p. 41.

³⁷⁰ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires, (1880-1920)*. Niterói: EdUFF, 2006, p. 201. Tese de doutoramento.

³⁷¹ ROSSI, 1989, op. cit., p. 41.

familiar, mesmo que sob uma expressão sintética. Em sua entrevista afirmou que “[...] diziam que a vida lá era muito difícil.” – Apêndice A.

5.6 Imigrantes e trabalhadores em Buenos Aires

Através de fontes orais, obtiveram-se testemunhos de descendentes de italianos que chegaram via Montevideú e Buenos Aires e radicaram-se na fronteira sul-rio-grandense do rio Uruguai – quadro-síntese no final do Capítulo 3. Em depoimento, J. Piffero Signoretti menciona o nome de alguns imigrantes saídos da capital argentina na década de 1870, para Itaqui. As depoentes A. Brod Cacciatore, B.D. Rossi Nery e J. Carlos Fossari também mencionou nomes de imigrantes que transitaram pela capital argentina.

Os irmãos Carlo e Ítalo Drago resolveram emigrar e partiram juntos do porto de Gênova.³⁷² Carlo desembarcou em Santos e Ítalo prosseguiu a viagem até Buenos Aires. Como marinheiro, este havia navegado por muitas partes do mundo e conhecia a panorâmica de Buenos Aires. Achava-a muito semelhante às cidades européias. Era o local onde sonhava viver. Lá não permaneceu muito tempo. Foi para o Brasil. Por tradição familiar era ferreiro.

Ítalo Drago chegou em Uruguaiana e conseguiu trabalho na construção da ponte ferroviária sobre o rio Ibicuí. Tornou-se chefe dos ferreiros que montaram a estrutura metálica da ponte, concluída em 1888. Certamente pertenceu à turma que trabalhava na terraplanagem e na ponte propriamente, já que duas outras turmas trabalhavam nos trechos em construção entre Uruguaiana e Ibicuí e entre Ibicuí e Itaqui.³⁷³ Ítalo trabalhou na construção de outras pontes metálicas. Depois pilotou barco de passageiros da Empresa de Navegação Barbará na linha Uruguaiana-São Borja. Finalmente radicou-se em São Borja.³⁷⁴

³⁷² Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago.

³⁷³ HERRLEIN, Natálio, *Uruguaiana, “querência” das Trindades* – história das três pontes e outros enfoques. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2006, p. 100.

³⁷⁴ Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago.

Norberto Osvaldo Ferreras, na sua tese de doutorado escreveu que a experiência dos grupos de imigrantes no mercado de trabalho em Buenos Aires apresentou muitas dificuldades para que se possa enquadrá-lo como um fator de coesão. Nesse mundo foi denominador comum a precariedade e a heterogeneidade.³⁷⁵ Os imigrantes italianos que se trasladaram de Buenos Aires para a orla fluvial brasileira nesses três povoados, lá vivenciaram também os problemas com a moradia e a alimentação, esta de cunho identitário.

Os empregos eram precários face o caráter rudimentar das forças produtivas no país, que demandava um grande número de trabalhadores com baixa qualificação, facilitando alta rotatividade da mão de obra nas oficinas e indústrias. A precariedade e a instabilidade foram as características principais do mercado de trabalho, em consequência da sazonalidade da demanda e qualificação já requerida pelo mercado. Os ciclos rurais de produção e os humores dos mesmos vinculavam as atividades econômicas e atingiam a produção no seu todo.

Ferreras alinha dois momentos marcantes da funcionalidade do mercado: a) no período entre 1880 e 1890, excetuando-se momentos de crise, a demanda excedeu a oferta de mão-de-obra e o número de trabalhadores temporários era maior que dos empregados permanentes; b) a partir de 1900, a situação se inverteu em relação ao período anterior, quando observa-se que foi na década de 1880 o período de maior número de imigrantes aportados na região.³⁷⁶

5.7 Alimentação e questões identitárias

Trata-se deste tema em relação à Buenos Aires, que não deixa de ter similitude com a alimentação dos locais onde se estabeleceram os imigrantes temas deste trabalho. A

³⁷⁵ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 14.

³⁷⁶ Id., p. 15.

alimentação é uma questão relevante, um fator importante na configuração das identidades, na aproximação de culturas diferentes e na construção de uma visibilidade comum.³⁷⁷ Além da alimentação, o imigrante teve que lidar com a questão da habitação, do trabalho e da mobilidade territorial. Primeiramente as experiências de trabalho levaram a conflitos, como greves gerais, confrontos entre os trabalhadores e as forças do Estado ou com as classes proprietárias promovidas por alguns na imprensa, no parlamento e até mesmo nas ruas da capital portenha.³⁷⁸

Todavia, o cotidiano, como catalisador, permitiu unificar as experiências e o sentimento de exploração comum, o que acelerou o processo de aproximação com os mesmos tipos de alimentação e de habitação. Escreveu Ferreras que o sentimento de exploração pelo sistema dominante tornou-se mais evidente a cada leva de imigrantes no momento que descobriam que a nova realidade era diferente do “[...] país da Cocanha[...]” anunciado por inescrupulosos agentes da imigração. Para os camponeses italianos, este país imaginário seria a terra da abundância, da vagabundagem, da juventude eterna e da liberdade.

Na questão da alimentação, destacamos duas dietas básicas: a *criolla*, original e própria da região bonarense. A outra é dos imigrantes italianos em geral e ambas influenciaram-se, não se podendo esquecer-se dos impactos advindos da industrialização.

A carne e o mate ou chimarrão – infusão das folhas da *Ilex Paraguayensis* – eram o principal alimento do portenho. Pela sua aceitação após a devida adaptação, veio a ser a parte central da dieta operária. Embora o autor em referência esteja com o foco da narrativa em Buenos Aires, pela força dos costumes pampeanos, a proximidade geográfica e a influência do centro grande, ela é perfeitamente aplicável ao local desta pesquisa.

Ainda como bebida, lembra-se do consumo de vinho, que cresceu de forma significativa com a chegada dos imigrantes. Todavia, até 1880, por ser caro e importado, não

³⁷⁷ BERTONHA, 2005, op. cit., p. 113.

³⁷⁸ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 13 e 164.

podia ser consumido pelos proletários. Os *criollos* preferiam consumir água durante as refeições. Mas, por volta de 1920, o vinho passou a ser um dos elementos que mostram claramente as mudanças nos hábitos elementares dos trabalhadores em Buenos Aires. Não era o vinho consumo exclusivo dos imigrantes. O vinho era consumido pelos argentinos na campanha e, em geral, o *criollo* ingeria a *caña*.³⁷⁹

No inventário do italiano de Manoel Di Amico, abordado em capítulo inicial, ocorrido em Itaqui no ano de 1856, estavam 3 pipas de aguardente e 7 pipas de vinho.³⁸⁰ E no inventário de outro comerciante chamado José Pando, ocorrido em 1879, também em Itaqui, vê-se que dois fornecedores habilitaram-se perante o juízo para receberem créditos por vendas de mercadorias ao armazém ou bolicho do falecido.³⁸¹ Dentre as mercadorias que cobravam, estavam: Marcelino Domingo Lacroix relacionou a venda de 96 litros de vinho tinto, por vez, em 1º/09/1876, 09/02/1877 e 26/11/877; e o fornecedor Pedro Negra & Companhia cobrava a venda de “[...] 1 barril de vinho carbon [...]”, em 27/05/1878.

A carne teve efeitos identitários duradouros. Durante quase três séculos, a contar da segunda fundação de Buenos Aires até a imigração massiva, reinou absoluta. A pobreza inicial de recursos alimentícios da região bonarense transformou-a num hábito, numa cultura alimentar, principalmente dos portenhos e dos *criollos*. E, diríamos, sabidamente dos fronteiriços. Prossegue Ferreras: “A abundância de carne atraía os imigrantes e deixava felizes os *criollos*.”³⁸² Os *criollos* e espanhóis tinham como um dos principais ingredientes do puchero a batata, que os italianos incorporaram rapidamente ao seu cardápio.³⁸³

Conforme Ferreras, o puchero, prato barato e substancioso, é parente próximo do cozido português, é de origem ibérica, mas a estima dispensada pelos *criollos* deu-lhe carta

³⁷⁹ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 114-115.

³⁸⁰ Idem APERGS – 1856. Inventário nº 65.

³⁸¹ APERGS – 1879. Inventário nº 310, Maço 10, Estante 114.

³⁸² FERRERAS, 2006, op. cit., p. 99.

³⁸³ Ib., p. 114-115 e 126.

de cidadania. Sem este prato local principal, os portenhos sentiam fome. Ao meio dia, reinava nos cortiços e nas mesas da sociedade tradicional. Era alimento indispensável.³⁸⁴

Uma questão de conceituação no território sul-rio-grandese, quanto a assado e churrasco. Diz Dante Laytano, provavelmente em relação a tempos passados: “O assado é feito no espeto; o churrasco é atirado diretamente nas brasas para ser cozido, podendo conservar o couro ou não.”³⁸⁵

Ressalta Ferreras, a carne assada, popularmente conhecida no Rio Grande do Sul como churrasco, não fazia parte das mesas populares em Buenos Aires. Por ser feito de animais novos e tenros, o assado era mais caro e era substituído nas moradias proletárias pelo puchero ou pela farinha de milho como polenta, ou o guisado – carne picada. As criaturas que não podiam comer puchero por serem muito pobres confortavam-se e conformavam-se com alternativas alimentícias como os *pastelitos* [pasteizinhos] e as *empanadas* [empadas].³⁸⁶

O alto consumo da carne na capital portenha foi caindo lentamente, à medida que ia sendo substituída por outros produtos. A vida do imigrante estava em transformação. Assim, a alimentação teve de ser recriada no meio das muitas mudanças dos costumes originais, após um período passageiro ou de resistência aos costumes locais.³⁸⁷

O imigrante pretendia retornar a sua terra e pensava o fenômeno imigração como temporário e reversível, na esperança de juntar algum dinheiro e retornar para adquirir sua propriedade, uma casa, um sítio ou pequena fazenda. Observa-se que esse estado de espírito e por suas próprias razões viveram ao menos dois imigrantes, que retornaram à Itália e depois

³⁸⁴ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 173 e 175.

³⁸⁵ LAYTANO, Dante. *A cozinha gaúcha na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1981, p. 42.

³⁸⁶ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 176.

³⁸⁷ Id., p. 113 e 196.

reimigraram para o Brasil e aqui se radicaram definitivamente Paschoal Lamarca, em Uruguaiana.³⁸⁸ E Paulo Vecchio em São Borja, ao retornar da Itália radicou-se em Itaqui.³⁸⁹

As estatísticas mostram que quase 50 % (cinquenta por cento) dos que chegaram à Argentina, retornaram. A frugalidade dos napolitanos, que preferiam não acostumarem-se ao consumo de carnes, relacionava-se com a expectativa de retorno. Ao contrário, os espanhóis adotavam a alimentação rapidamente. Por certos costumes alimentares, os italianos poderiam ter reconhecida a região de origem: os genoveses cheiravam a pesto; os piemonteses comiam legumes crus, pão e queijo; e os napolitanos deliciavam-se com alho e vinho.

Nos *conventillos* as cozinhas eram precárias. Os moradores desapertavam-se como podiam com algum tipo de fogão, desde que não ocupasse muito espaço. Podia ser um braseiro, uma caixa ou recipiente que segurasse as brasas para o preparo da alimentação. O puchero e a polenta constituíam a alimentação face o preço, o tempo e a facilidade no preparo, sobretudo quando, por questões estacionais ou por outras razões batia a escassez de ervas e verduras.

O império dessa dieta era abandonado nos dias de folga ou de festejos familiares. Nestas ocasiões retornavam aos costumes da cozinha italiana, com o consumo de vinho, carne de porco ou ovelha. Era uma forma de não deixar morrer a identidade da terra de origem, cultivando velhos costumes de família que tendia ao desaparecimento com a fusão da cultura alimentar na terra nova.

Após períodos de redefinições culinárias pela miscigenação, resultou em uma cozinha portenha, baseada nos consumos comuns a italianos e *criollos*. Dentre os principais pratos estavam o puchero, o assado, os fideos [massas], o bife com salada e polenta, cardápios

³⁸⁸ Entrevista de J. M. Gomez Faraco. Uruguaiana, em 29/09/2010.

³⁸⁹ Idem entrevista de G. Vecchio.

esses garantidos na mesa dos trabalhadores, em casa ou fora do lar. Contrariamente, foram abandonados pelas classes abastadas.³⁹⁰ Não há quem resida na fronteira Brasil-Argentina ou nela tenha residido, que desconheça o apreciado fideo dos correntinos. Correntinos é adjetivo muito utilizado na área para os argentinos da outra banda do rio Uruguai, residentes na província de Corrientes.

No inventário do mencionado José Pando em 1879, também se observa que o credor Marcelino Domingo Lacroix incluiu na relação das mercadorias que vendeu a prazo ao inventariado, “[...] 2 caixões de fideos [...]”, um em 03/02/1877 e outro em 26/11/1877. Assim, salvo melhor juízo, com a demonstração da venda de vinho pelos comerciantes Di Amico e José Pando, e também de fideos por este, tem-se prova robusta de que as práticas identitárias através da alimentação na fronteira brasileira do sudoeste sul-rio-grandense não diferiam das vigentes em Montevidéu ou Buenos Aires.

Uma especial referência à polenta quanto a sua origem e consumo no território desta pesquisa. A sua história é paralela a do homem e às suas formas de alimentação. Foi sustento alimentar sobretudo da Itália meridional.³⁹¹ Já era conhecida no Egito, na Grécia e em Roma, embora fosse preparada sob outras técnicas, quando o milho, produto americano, ainda não era conhecido. Na Grécia, era chamada *polts* e, em Roma, *puls*. A polenta teria chegado no Vêneto com as hordas de Átila, no século 4, dC, com a denominação de *pulint* e era preparada com trigo sarraceno. Este cereal chegou à península itálica através da Pérsia, terra dos sarracenos.

O autor na referência em rodapé, informou que o pesquisador Arlindo Battistel tece considerações sobre a importância da polenta em obra denominada *Polenta e Liberdade*. É prato apreciado na culinária italiana e sul-rio-grandense, que vai da preparação da tradicional forma simples e alcança preparação mais sofisticada. Luigi Carnacina é citado como um dos maiores *gourmet* italianos, o qual escreveu uma obra de receitas dedicadas à

³⁹⁰ FERRERAS, 2006, op. cit., p. 207.

³⁹¹ Disponível: www.iprimiditalia.it – Acesso em 30/07/2011.

polenta.³⁹² Na área rural dos municípios desta pesquisa, com predomínio da miscigenação luso-brasileira, a polenta era mais conhecida com a preparação de farinha de milho cozida com leite e açúcar, para ser cortada e servida como sobremesa com leite natural.

De qualquer forma, a cozinha foi a ponte que uniu e distanciou a sociedade italiana e a argentina. Não difere do que ocorreu na fronteira oeste sul-brasileira. Evidenciando ainda, tanto em Uruguaiana como em Itaqui os italianos implantaram padarias e fábricas de massas para um hábito alimentar que inexistia. A hibridização dos anteriores hábitos alimentares e incorporação de novos elementos gerou hábitos comuns. Em Uruguaiana, como visto no Capítulo 3, *O Moinho* era obra dos italianos, que tinha até uma máquina de cortar massas. E, em 1910, foi inaugurada a Fábrica de Massas Cósia, do italiano João Cósia.

Na fronteira oeste não foi diferente. Os anúncios em jornal sobre fábrica de massas Schenini, em Itaqui induzia o consumo, com hábitos tomados dos imigrantes. Reveja-se a narrativa para os afazeres dos Schenini, conforme notícia na obra *O Rio Grande do Sul* no ano do centenário da Independência do Brasil:

[...] uma bem montada fábrica de massas alimentícias e padaria do industrialista André Schenini, a qual “[...] produz excelentes massas e pães, artigos muitíssimo procurados pela sua superioridade indiscutível. Os diversos tipos de massas alimentícias, fabricadas com esmero, são consumidas no Itaqui e exportadas para os municípios vizinhos.”³⁹³

Vê-se, assim, que, por trás dessas questões comuns, moradia e alimentação, se desenvolveram as identidades coletivas pela apropriação cultural, que lentamente foram descobrindo as diferenças e a nova realidade.

³⁹² ALBERTI, Antonio. *La polenta attraverso i secoli*. “In” SULIANI, Antônio, [Org.]. Etnias & Carisma. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001, p. 116-121.

³⁹³ COSTA, 1922, op.cit., p. 319.

5.8 Re-imigração para o Brasil

Nas últimas décadas dos anos oitocentos e início do século 20, o cenário em Buenos Aires, as transformações, as mudanças sofridas pela estrutura urbana e as reclamações por melhorias salariais, estavam relacionadas às condições de trabalho. Isso tudo afetou os moradores no seu habitat operário, na situação de suas moradias, no custo de vida. O trabalho e a moradia estavam ligados pelo cotidiano, fazendo que alguns tomassem outros rumos, desde cedo, como os nominados e enumerados neste trabalho.

A saturação das oportunidades para os imigrantes em geral ocorreu mais cedo no Uruguai em relação à Argentina, em razão de causas diversas, como as limitações da estrutura de produção do país baseada na monocultura e no latifúndio, além da falta de uma política oficial de estímulos à imigração.³⁹⁴ Diversos desses imigrantes, como muitos dos que inicialmente aportaram na Argentina, transmigraram-se para povoações na linha ao longo do rio Uruguai, tanto do lado argentino como uruguaio, vários alcançando a fronteira sul-brasileira às margens do rio Uruguai, sobretudo Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Também questões políticas, agitações internas no Prata influenciaram na re-imigração de alguns, como o caso de Antonio Bonorino e Paschoal Vomero.

Para ilustrar, citamos casos que a pesquisa apurou através de entrevistas. Trata-se dos imigrantes portadores do sobrenome Braccini, Lamarca, Mautone e Schenini. Os nomes dos ancestrais mencionados pelos entrevistados encontram confirmação de existência em assentamentos escritos – a maioria no registro civil, que são juntados para corroborar a existência dos personagens das narrativas na oralidade.

Para se captar o fenômeno imigratório em maior extensão e magnitude, as autoras Villamil e Sapriza lembram que aspecto a considerar é o fato frequente de o imigrante, ao

³⁹⁴ VILLAMIL e SAPRIZA, 1983, op. cit., p. 17.

chegar em terra americana, não ter definido ainda o seu ponto de destino. Ocorria em muitos casos certo período de nomadismo, deslocando-se o mesmo de Montevideú a Buenos Aires ou vice-versa, ou de Montevideú à campanha ou ao litoral; e do litoral à Argentina, em múltiplas combinações. Asseveram que tão acentuada mobilidade deve ser levada em conta para uma compreensão mais ajustada do fenômeno. Fernando J. Devoto chama este processo de mobilidade de migração por etapas.³⁹⁵

No subtítulo 3.3.1 *Área de atração*, temos a narrativa de descendentes acerca do itinerário percorrido por alguns imigrantes que finalmente se estabeleceram na linha de fronteira, já no lado brasileiro. Tal comprova a cátedra das autoras mencionadas no parágrafo anterior. Aqui melhor focamos a trajetória percorrida pelos imigrantes a seguir. Antonio Deferrari e Domingos Passamani instalaram-se definitivamente em Uruguaiana e no município de Itaqui. Todavia, cada qual, por sua vez, residiu ou perambulou em solo uruguaio. Antonio, em Artigas ou imediações, depois em Quaraí, Santiago e São Francisco de Assis.³⁹⁶ Domingos, em Bela União, onde viuvou, depois adentrou o território brasileiro pela hoje Barra do Quaraí, andou por Alegrete e São Francisco de Assis antes de encontrar o ponto de destino de assentamento final.³⁹⁷

Com estabelecimento definitivo também em Itaqui, reiteramos o caso da caminhada de João Schenini. Ao aportar na América do Sul pelo Prata viveu uma temporada em Buenos Aires. Posteriormente, deslocou-se seguindo o eixo do rio Uruguai, em ziguezague em Concórdia, RA e no Salto, ROU.^{398, 399} E mais um exemplo: o italiano Alexandre Cacciatore, logo à chegada teria permanecido algum tempo em Buenos Aires. Depois se transmigrou para Curuzú-Cuatiá, província argentina de Entre Rios, onde casou-se e residiu. Finalmente estabeleceu-se em Itaqui, conforme entrevista de entrevista individual de J. O. Ramos Sayago, A. Brod Cacciatore e R. Cacciatore Silveira, anteriormente referenciados. Acrescenta-se, ainda, o itinerário já referido de Luis Cocolichio e Paschoal

³⁹⁵ DEVOTO, 2006, op. cit., p. 31.

³⁹⁶ Entrevista de S. Deferrari. Uruguaiana, em 24/02/2010.

³⁹⁷ Idem entrevista de C. B. Passamani dos Sanos e C. T. Passamani dos Santos.

³⁹⁸ Idem entrevista de P. Schenini.

³⁹⁹ Idem entrevista de M. L. Cademartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura.

Vomero. Ambos, de per si, saíram de Buenos Aires, permaneceram algum tempo no Paraguai e depois se situaram em Itaquí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na bibliografia, há carência de subsídios escritos em relação aos italianos espontaneamente instalados na área que percorremos, chegados por Montevideu e Buenos Aires. Ao visualizar o fenômeno migracional como memória coletiva, sempre feita de encontros e conflitos, diferenças e semelhanças, êxitos e fracassos, projeto e trajeto, a tarefa narrativa, pela sua complexidade, comporta história social, demográfica, econômica, política e cultural.

Verificou-se que os imigrantes desembarcaram em Montevideu e Buenos Aires e que diversos permaneceram por algum tempo em uma ou outra dessas capitais, ou interiorizaram-se no Uruguai ou na Argentina. Até mesmo no Paraguai, antes do estabelecimento em São Borja, Itaqui ou Uruguaiana.

Embora o APERGS disponibilize, sem custos, para o público de forma ampla o seu acervo documental, os registros arquivados referentes às pessoas físicas naturais das cidades sul-rio-grandense correspondem a um curto lapso de tempo, do período de 1929 aos primeiros anos da década de 1940. Para épocas anteriores ou posteriores, encontra-se em mãos das serventias notariais, que sob o pretexto do sigilo de informações individuais são mantidas no monopólio sob sete chaves, que cedem com o pagamento dos malfadados emolumentos. E não existe a busca livre de documentos nesses bancos de dados e nos eclesiásticos em geral, como na secretaria da cúria metropolitana de Porto Alegre e outros bispados, de manuseio exclusivo dos seus cartórios e para agravar, quando de dado documento se faz necessário, o emolumento taxativo é de valor exorbitante como se pode observar no corpo da certidão eclesiástica Figura nº 8. Nos arquivos históricos municipais de São Borja, de Itaqui, no Centro Cultural Dr Pedro Marini em Uruguaiana, no arquivo do

Padre Luiz Sponchiado em Nova Palma, RS, religioso recentemente falecido, a inteligência e a colaboração para as pesquisas históricas são elogiáveis.

Em dado município, respeitável cidadão octogenário tido por fonte de informação de clã familiar de origem italiana, de boa posição econômica e sociocultural, entendeu pautar os trabalhos da nossa pesquisa, pretendendo que alguns dados que tentou professar, que depois descobrimos que foram levados ao conhecimento do público local de forma equivocada, configurassem verdade histórica. Com sua teimosia, que ignoramos, também colaborou para que aprofundássemos as buscas em torno do nome de meia centena de imigrantes. Mais uma vez ficou demonstrada a importância da chamada História Nova, centrada em profundo apreço pela gente e obra do povo, ao contrário dos clássicos ultrapassados ainda imperantes até o início dos anos noventa.

Ultrapassados os questionamentos inicialmente formulados, ao longo dos capítulos buscou-se responder, também, quais as características ou traços italianos que persistem em função da presença italiana e quais as mudanças sociais decorrentes desse processo no povoamento e desenvolvimento de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Como se observa no Apêndice A, partindo-se da profissão no quadro-síntese quando da chegada no Brasil, diversos imigrantes mudaram da atividade ocupacional inicial. O progresso material levou a uma maior aceitação pela matriz social regente configurada pela aristocracia rural, pela presença do latifúndio criatório. Houve uma soldadura nas diferenças e com o tempo surgiram novos elementos humanos timbrados pela identidade nacional gestada para essa área de fronteira.

Alguns imigrantes italianos, de pequeno agricultor ou comerciante bem sucedido, em certo momento tornaram-se e foram pecuaristas ou estancieiros, ou cumulativamente comerciante e estancieiro, demonstrando progresso material e de assimilação pela sociedade receptora de adoção. Exemplificativamente, cita-se os italianos ou ítalo-descendentes da primeira geração portadores do sobrenome Bonapace, Braccini, Cacciatore, Degrazia, Mondadori, Petrine, Portella, Schenini.

Tanto Montevideu como Buenos Aires foram como esquinas de atração e passagem para várias direções, inclusive a fronteira brasileira. Exemplificativamente, João Petrino saiu da Toscana, via Buenos Aires, esperançoso em chegar a Washington, onde tinha familiar. Viveu cinco anos na Argentina e depois se estabeleceu definitivamente em Itaqui. Em trajetória de sentido inverso, Domingos Fossari partiu da Calábria para Washington, onde tinha três irmãs e lá permaneceu durante quatro anos. A chamado de outros parentes foi para Buenos Aires trabalhar na obra do Teatro Colon. Depois, radicou-se de vez em Itaqui, onde já estava um irmão. Muitos são os casos e cada qual com suas particularidades. Ora rememoram-se alguns.

Ítalo Drago, marinheiro de muitas águas, conhecia Buenos Aires de suas viagens anteriores. Veio para ficar na capital portenha. Seu irmão Carlo saltou do mesmo navio em Santos. Ítalo não se demorou no centro do Prata. Transmigrou-se para a fronteira brasileira. Fernando Malfussi partiu de Roma para Buenos Aires. Radicou-se na terra de San Martin, em Yapeju, entre Uruguiana e Itaqui, na Argentina. Integrou-se à comunidade local, tendo sido intendente – prefeito municipal de Yapeju. Depois se mudou para Alvear, fronteira à Itaqui. O filho Fernando Francisco casou-se com uma brasileira em Itaqui e aí deu partida à descendência brasileira.

Em rápida revisão contextual, na área, desde cedo funcionou o poderoso atrativo do espaço econômico local como imã para a presença de aventureiros e empreendedores em busca da boa fortuna ou, pelo menos, de horizontes mais promissores, no caso do elemento de origem italiana. Os ciclos econômicos de pujança despertaram a atenção e o progresso, a exemplo da erva-mate nos anos oitocentos, sucedido pelo comércio e da indústria do charque até as duas primeiras décadas de 1900, favorecidos pela via líquida do rio Uruguai, conectado diretamente com Montevideu, Buenos Aires e outras comunidades ribeirinhas.

Assim, no extremo sul do Brasil, em ponto da tríplice fronteira com a Argentina e com o Uruguai, em área essencialmente de criação de gado e grandes fazendas, a postura dos imigrantes italianos foi de resistirem ao trabalho escravocrata. Vivenciaram momento da necessidade de resguardo coletivo e, interagindo, surgiram duas sociedades italianas.

Há uma emotividade cultural compartilhada nessa área. Pulsa a poderosa mestiçagem, resultante do caldeamento dos recém-chegados com os lusos e todas as etnias como demonstrado. O processo de inclusão, de integração realizou-se pelo trabalho e diversos empreendimentos foram da iniciativa ou contaram com a colaboração dos italianos, deixando marcas no espectro cultural que revelam novas identidades, novos hábitos.

Manoelito de Ornellas em *Terra Xucra* registrou que muitos desses italianos imigrantes circundaram a cidade de hortos e pomares e que cidadãos aprenderam com eles, a comer verduras e legumes. Recorrendo-se aos registros de Ornellas, tem-se que esses italianos trouxeram “[...] as caixas de mascates, os balcões de comércio, as ferramentas de carpintaria, de ferraria, os delicados instrumentos da relojoaria, tudo quanto habilitava os homens às profissões, aos ofícios e aos artesanatos”.

Como escreveu Ornellas, surgiu um novo colorido às sociedade locais ao inaugurarem as grandes casas de comércio e as grandes oficinas. Diversos desses italianos circundaram as então pequenas cidades com hortas e o gaúcho local aprendeu a comer verduras e legumes e toda a variedade de massas que começaram a fabricar, o que não foi diferente do que ocorreu em território uruguaio e argentino.

Toda essa gama de atividades, estimulada pelos conflitos administráveis das relações humanas, foi uma realidade que a pesquisa de campo constatou, por documentos escritos e pela oralidade dos descendentes que gravaram memória coletiva. Também exemplificando, dentre outros tantos, no comércio observou-se os italianos ou descendentes

portadores do sobrenome Betinelli, Belline, Bonapace, Bonorino, Cósia, Degrazia, Drago, Lanziani, Mondadori, Machiavello, Mandarinino, Mascia, Moretti, Rossi, Schenini.

No cultivo de horta, pomar, agricultura e criação tem-se nomes como Bonapace, Cademartori, Depedrine, Degrazia; na fabricação de pães, massas, sabões e congêneres – Cacciatore, Cademartori, Rossi, Schenini; na hotelaria e pensões, Beltran, Balloni e Lunardini, Flain, Pellegrini; na alfaiataria, Fittipaldi e Alfano; na exibição de filmes no cinema, Contursi e Drago; no setor de serviços médicos, com Degrazia, Demarchi e Maliverno; na advocacia, Piffero e Degrazia. E outros tantos dos imigrantes ou seus filhos na área dos três municípios.

A cultura culinária italiana atingiu e modificou a cozinha, especialmente a *criolla* nos vizinhos uruguaios e argentinos, de onde a imigração italiana na área é refletida. Escreveu Osvaldo Norberto Ferreras que a cozinha é um espaço de encontros e misturas, local do sincretismo culinário pelo processo de integração, que também houve.

Acrescenta-se a consideração que as sociedades de socorro mútuo também eram agências de conservação da cultura dos imigrantes no convergente à lealdade ao Estado de origem, à nacionalidade italiana, à língua. A integração linguística e a diluição dos costumes, hábitos e características dos italianos e descendentes se processou muito mais rápida em função do contexto de área em relação aos co-nacionais que povoaram as conhecidas colônias oficiais no Rio Grande do Sul.

Filhos de imigrantes, italianos ou descendentes, integraram-se rapidamente ao estado nacional brasileiro. Mostra disso é o exercício de funções públicas. Cita-se os exemplos dessa absorção da primeira geração dos descendentes: Emigdio Bonorino, boticário ou farmacêutico, no exercício de variadas funções públicas em Itaquí por longo período, a

partir de 1859. E Carlos Piffero – notário firmando as certidões de nascimento, casamento e óbitos por volta da década de 1930.

Outro nome, João Batista Drago, filho do mencionado Ítalo Drago, prestou serviços à Fazenda Nacional na aduana por volta de 1920/1930. Foi massacrado por contrabandistas em Uruguaiana por cumprir a lei e o seu dever. Outros tantos podem ser citados nos mais diversos setores da máquina pública nacional como brasileiros natos, filhos de italianos, perfeitamente integrados à sociedade receptora dos seus pais.

Com o decorrer do tempo, sociedade com o designativo de ítalo-brasileira na sua denominação sucedeu a antiga Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, fundada em 01/06/1879, e que agregava os italianos em Uruguaiana. A co-irmã Mútuo Socorro Itaquiense extinguiu-se ainda antes do final da Segunda Guerra. O que restou materialmente do seu passado, no período da pesquisa, é o mausoléu da última morada de muitos italianos.

Percebemos que a presença de peninsulares itálicos está em relação direta com ciclos econômicos ou no bojo de espaços econômicos promissores. A derrocada da Bolsa em 1930 e nova reorientação da economia nacional para o mercado interno se fizeram sentir na área. A pecuária, atividade principal na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, começou a claudicar na época apontada. Longe ficou o comércio da erva-mate com o Prata. E a navegação no rio Uruguai foi suplantada pela consolidação do porto de Rio Grande como porto com a primazia legal de comércio com o Exterior.

E algumas presenças têm por móvel razões de natureza política no centro do Prata. Pairam outras percepções que são como pontas de fio condutor de outras intrigas, que lembramos na parte introdutória e que poderão ser trabalhadas por futuras pesquisas face o surgimento de uma variedade de temáticas a serem adensadas, questionadas, não incluídas no

objeto principal deste trabalho. Para exemplificar, nos anos oitocentos, em termos de relações internacionais, a linha de fronteira e a sub-região onde foi desenvolvida

esta pesquisa era uma região em efervescência, uma tríplice fronteira quente entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

O Povo da Cruz, hoje Itaqui, como vimos teve seu traçado esboçado em 1821 após os movimentos de retomada das missões por Andresito Artigas e depois por Frutoso Rivera. Para a época se notou a presença de estrangeiros com destaque aos italianos, além daqueles mencionados pela literatura de viajantes como Lallemant. Logo após a invasão dessa mesma área pelas forças paraguaias em 1865, observa-se novamente o incremento da presença de imigrantes italianos na sub-região, com tendência de maior localização na novel Uruguiana. Tanto assim que surgiram duas sociedades de mútuo socorro dirigidas para os peninsulares itálicos. Esses dois movimentos armados – tentativa de retomada das Missões e a Guerra do Paraguai – repercutiram no centro do Prata, em Montevideu e Buenos Aires. Esses fatos não teriam despertado a atenção de imigrantes naquelas duas capitais para a fronteira que, como toda fronteira, sempre revestida de esperança e utopia?

Outros temas, que não nos foi possível aqui melhor investigar, também são instigantes para os pesquisadores da história, como a presença da maçonaria e a possível influência junto aos deserdados imigrantes em terras novas. Ou o conteúdo de inventários da época para enfoques sócio-econômicos mais aprofundados. Ou ainda, a ampliação e o aprofundamento dos principais objetivos desta dissertação enfeixados principalmente no resumo da mesma.

Os cidadãos italianos da época examinada, naturalmente, não mais existem. Como se constata na identificação e qualificação no Apêndice A, a faixa etária da maioria dos colaboradores entrevistados é altíssima e o conhecimento da história dos seus, a partir da Itália, é apreciável. Há sério risco da perda da memória de tais eventos da imigração na área

pesquisada. De muitos dos nomes de origem italiana que visualizamos em registros no APERGS ou no AHRGS, ou em documentos antigos, não encontramos descendentes nessas três localidades, ou seus descendentes jovens não conhecem o passado da imigração dos seus ancestrais. As sociedades italianas mencionadas se extinguíram ou houve transformação em ítalo-brasileira. Em regra, os descendentes desconhecem totalmente o idioma dos seus antigos vindos da península. A praça Itália, por exemplo, em Itaqui, desapareceu. A entrevistada A. Brod Cacciatore, em 1945 chegou na cidade e procurou conhecê-la: não mais existia, assim como também não existe a equipe de futebol em Uruguaiana denominada Sport Club Sá Vianna, que era patrocinada pelos italianos da cidade e cuja camiseta ostentava as cores italianas.

Todavia, há uma memória de pertencimento, que se revela forte. O estado do quadro-síntese no final do Capítulo 3 é revelador da memória coletiva à ancestralidade itálica. Poucos são os entrevistados que não lembram o local de origem do emigrante familiar e por ora encontram-se assinalados com um sinal de interrogação. Em regra recordam o *paese*, o vilarejo ou a localidade de onde originário o *nonno* e declinam facilmente o nome do ancestral italiano. Contrariamente ao ano ou época de chegada na área da pesquisa, fato menos lembrado ou conhecido do que o porto de chegada – Montevidéu ou Buenos Aires.

Esse sentimento de pertencimento atávico em tempos de mundo globalizado e da instantaneidade das comunicações sente-se vivo face ao direito de sangue aos descendentes de italianos, que lhes outorga o reconhecimento de dupla cidadania. Alguns dos entrevistados informaram que pretendem buscar esse reconhecimento, ou já o fizeram. Exemplifica-se com os nomes Braccini, Cacciatore, Cademartori, Chiarelli. Assim, como na identidade étnica, a memória dirige-se ao passado coletivo e considerando que as identidades se criam, se inventam, se reforçam ou desaparecem, na área da pesquisa reflete apenas a herança cultural dos italianos que aí viveram, auxiliaram no povoamento e no progresso e onde constituíram família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Antonio. *La polenta attraverso i secoli*. “In” SULIANI, Antonio [Org.]. Etnias & Carisma. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.
- ALFANO, Gennaro. *Concomitante: contos e versos*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2006.
- ALFANO, Gennaro. *Memorial da Santa Casa de Uruguaiana*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2007.
- APOLANT, Juan Alejandro. *Génesis de la familia uruguya*. Montevideo: Vinnak, 1975.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo sul do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953.
- BALESTRA, Efraín Nuñez. *Buenos Aires 1810: revolución o golpe de estado?* Montevideo: Orbe Libros, 2010.
- BARACCHINI, Hugo. *Historia de las comunicaciones en el Uruguay*. Montevideo: Universidad de la Republica/Division Publicaciones y Ediciones, 1981.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: EST 1982.
- BERTONHA, João Fabio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay, (1865-1870)*. Buenos Aires: Tallares G. Buschi, 1943.
- BJERG, María. *Historias de la inmigración - en la Argentina*. Buenos Aires: Edhasa, 2009.
- BONPLAND, Aimé. *Diário Viagem de São Borja à Serra e a Porto Alegre*. Porto Alegre: Instituto de Biociências-UFRGS, 1978.
- BORGES, Stella. *Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar*. “In” Etnias & Carisma. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.
- BÓRIS, Fausto. *Imigração: cortes e continuidade*. In NOVAIS, Fernando A. [Coord.]. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- BRAGA, Laura Lúcia da Costa. *Imigração e Legislação: a campanha do Visconde de Taunay*. Brasília: UnB, 1983 – Dissertação em história.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1959.
- CAMARGO, Fernando. *Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia*. Passo Fundo: EdUPF, 1996.
- CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Porto Alegre: PUC, 2000. Tese de doutoramento.

- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. (Org.). *Raízes italianas no Rio Grande do Sul, 1875 - 1997*. Passo Fundo: EdUPF, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *De volta à Fronteira*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese de doutoramento.
- CARVALHO, Haroldo Loguercio. *A trama da integração*. Soberania e identidade do Cone Sul. Passo Fundo: EdUPF, 2005.
- CAVALARI, Rossano Viero. *O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- CASTEL, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação, sociedade e cultura. São Paulo: Terra e Paz, 1999.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: “andiamo in Merica”*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- CERVO, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: UNB, 1992.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- COLVERO, Ronaldo B.; e SOARES, Luiz Matias, [Org.]. *Câmara de Vereadores de Itaquí – 152 anos de História*. Resgate da História Política de Itaquí. Porto Alegre: Faith Ltda., 2010.
- COLVERO, Ronaldo B. *Negócios na madrugada: formação e expansão do comércio ilícito em Uruguaiana*. Passo Fundo: UPF, 2003 – Dissertação de mestrado em história.
- COLVERO, Ronaldo B.; SERRES, Helenize. *O Saladeiro São Felipe de Itaquí: 1910-1930*. Porto Alegre: Faith Ltda., 2009.
- COLVERO, Ronaldo B. *Região Missioneira: Palco de Rupturas e Continuidades*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F. [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda., 2011.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EdUPF, 2011.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italiano na Cidade: a imigração itálica nas cidades brasileiras*. Passo Fundo: EdUPF, 2000. Tese de doutoramento.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da geografia*. “In” CASTRO, Iná Elias e Outros. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

- CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, 1875 – 1914*. Passo Fundo: EdUPF, 2002. Dissertação de mestrado em história.
- COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: estudo completo*. Porto Alegre: Globo, 1922.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis A. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdUCS, 1984.
- COSTA, Rovílio et al. *Antropologia Visual da Imigração Italiana*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.
- CRISORIO, B. Carolina. *Argentina, Brasil y el proceso de integración: Desde dónde?* En: González Arana, Roberto y Crisorio, Carolina. *América Latina y el Caribe. Análisis sobre procesos de regionalización*. Barranquilla-Colombia: Uninorte, 2001.
- DACANAL, J. H. ; GONZAGA, S. [Org.]. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- D'EU, Conde. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST/UCS/Vozes, 1982.
- DE BONI, Luis Alberto. [Org.]. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1986.
- DE BONI, Luis Alberto. [Org.]. *La Mérica*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdUCS, 1977.
- DJENDEREDJIAN. Julio. *Gringos en las pampas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana S/A, 2004.
- DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. *Argentina e Brasil 1850-2000 – Um Ensaio de História Comparada*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- DOURADO, Ângelo. *Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: EdUFSM, 2010. Tese de doutoramento.
- FELDE, Alberto Zum. *Proceso Histórico del Uruguay*. Montevideo: Maximo G. Editor, 1919.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do estado imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006. Tese de doutoramento.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; e AMADO, Janaína. [Org.] *História oral – usos & abusos da*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- FERRERAS, Norberto Osvaldo. *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires*, (1880-1920). Niterói: EdUFF, 2006. Tese de doutoramento.
- FLORES, Elio Chaves. *No rastro dos gringos: italianos na Bagé oitocentista*. “In” Revista Veritas - volume 37/nº 35.
- FLORES, João Rodolpho Amaral. *A vila de São Borja (1834 – 1887) numa conjuntura de transição: história sócio-econômica e geopolítica*. São Leopoldo: Unisinos, 1996. Dissertação de mestrado em história.
- FLORES, Moacyr. *República Rio-grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2002.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Imigrantes na Fronteira rio-grandense*. “In” Boletim da Biblioteca Pública do Estado, Número Comemorativo ao Centenário da Colonização e Imigração Italiana no Rio Grande do Sul – 2, (1): 11-16, 1975. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdUCS, 1988.
- FRAGOSO, AugustoTasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração*. Campinas: EdUnicamp, 2006.
- GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguai*. Rio de Janeiro: Typ. de José Domingos dos Santos, 1863.
- GAY, Cônego João Pedro. *Invasão paraguaia*. Porto Alegre: IEL/EST/EdUCS, 1980.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.
- GIRON, Loraine Slomp; e BERGAMASCHI, Helois Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EdUCS, 1996,
- GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, vol. 1 e 2.
- GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica*. Passo Fundo: EdUPF, 2004. Tese de doutoramento.
- GOLIN, Tau. *Etnocídio e herança indígena*. Passo Fundo: EdUPF, 1999.
- GOLIN, Tau. *Identities – questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Méritos, 2004.

- GOLIN, Tau. *Missioneirismo, Guaranização e Indianização*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F., [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda., 2011.
- GONZÁLEZ, Jorge F. Lima Bonorino. *Bonorino y González Bonorino*. Buenos Aires: Editorial Armerías, 2008.
- GRIJÓ, Luiz Alberto *et al.* *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- GRIMSON, Alejandro. *La nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Brasil-Argentina*. Barcelona: Gedisa, 2003.
- HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina – a questão de Palmas*. Passo Fundo: Méritos, 2007. Dissertação de mestrado em história.
- HERRLEIN, Natálio, *Uruguaiana, “querência” das Trindades – história das três pontes e outros enfoques*. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2006.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre a história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- IOTTI, Luiza Horn. Org. *Imigração e Colonização – Legislação 1747 - 1915*. Caxias do Sul: EdUCS, 2001.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Edições Senado Federal/vol. 61, 2006.
- LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel – a vida cotidiana*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda, 1979.
- KROEBER, Clifton. *La navegación de los ríos en la historia argentina*. Buenos Aires, Paidós, 1967.
- LAGO, Luíz Aranha Corrêa do. *Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.
- MAESTRI, Mário. *Nós, os italo-gaúchos*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1996.

- MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875/1914)*. Passo Fundo: ACIRS/EdUPF, 2005.
- MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul; IEL/DAC/SEC, 1975.
- MARTINI, Luiza Maria. *Tatu, caboclo, gaúcho a pé*. “In” BOEIRA, Nelson; GOLIN Tau, [Coord. Geral]. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira – a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. São Paulo: USP, 1989. Tese de doutoramento.
- MEIHY, José Carlos Sebe; e HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, p. 155-156.
- OCTÁVIO, Rodrigo. *Direito do Estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Terra Xucra*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1969.
- ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Historia de los ferrocarriles argentinos*. Buenos Aires: Editorial Lancelot, 2009.
- OVIEDO, Norma. *Relaciones comerciales y conflictos fronterizos siglo XIX: Misiones en la red platina*. Porto Alegre: PUC, 1997. Dissertação de mestrado em história.
- PAHIM, Jesus. *O portal do Rio Grande*. Itaquí: Novigraf, 2006.
- PONT, Raul. *Campos realengos: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983.
- POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti*. Passo Fundo: EdUPF, 2005. Dissertação de mestrado em história.
- QUEVEDO, Júlio. [Org.]. *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- RAPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina [1880-2003]*. Buenos Aires: Emecé Editores S.A., 2009.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai – 1983-1904*. P. Alegre: PUCRS, 1997. Tese de doutoramento.

- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O macro e o micro: a região nas relações internacionais*. “In” KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2000.
- REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no espaço platino*. “In” BOEIRA, Nelson; e GOLIN Tau, [Coord. Geral]. *Colônia – Volume 1*. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- RILLA, José. *Del lago al río – historias de la inmigración lombarda en el Uruguay*. Montevideo: Obsur, 2003.
- RISSO, Juan Ignacio. *Guía para navegantes: la familia Risso – de San Martino d’Albero, Génova*. Montevideo: Edición Liris, 2001.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROSSI, Ketty Corredera. *Inmigración italiana en el Uruguay, (1860-1920)*. Montevideo: Fimasa, 1989. Tese de doutoramento.
- RUOCCO, Domenico. *L’Uruguay e gli italiani*. Roma: Società Geografica Italiana, 1991.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do ESPAÇO*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SANTOS, Paulo Corrêa dos. *Agenda 150*. Itaquí: Novigraf, 2008.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”*. “In” GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos *et all* [Org.]. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.
- SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2009.
- SILVA Sany. *Itaquí: primeiros governos (1859 a 1896)*. Itaquí: Oficina Gráfica da Prefeitura Municipal de Itaquí, 1978.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Echenique, 1909.
- SEMPÉ, Moarcí Matheus. *São Francisco de Borja: o primeiro dos Sete Povos*. Santa Maria: Palloti, 1982.
- SOARES. Mozart Pereira. *Santo Antonio da Palmeira*. Porto Alegre: Editora Bels, 1974.
- SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. *Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX*. GRIJÓ, Luiz Alberto Fábio Kuhn; GUAZELLI, César

- Augusto Barcellos e *at alli*. [Org.] “In” Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de doutoramento.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória – temporalidade, experiência e narração*. Caxias do Sul: EdUCS, 2004.
- TEDESCO, João Carlos (Org.). *Usos e memória – política, educação e identidade*. Passo Fundo: EdUPF, 2002.
- VANINI, Ismael. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Passo Fundo: EdUPF, 2004. Dissertação de mestrado em história.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana, atalaia da Pátria: o homem, o meio e a história*. Canoas: Editora La Salle, 1971.
- VEGAS, Diego Jorge Herrera. *Familias argentinas*. Buenos Aires: Callao, 2006.
- VILLAMIL, Silvia Rodriguez; SAPRIZA, Graciela. *Los italianos – la inmigración europea en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.

ANEXO 1

Algumas das inovações e mudanças provocadas por imigrantes e descendentes italianos, via Rio da Prata, em São Borja, Itaqui e Uruguaiana no período 1834-1968. Dentre colchetes encontra-se a fonte da informação.

Em São Borja:

- Carlos Drago, filho do italiano Ítalo Drago, que desembarcou em Buenos Aires, foi comerciante, proprietário de dois cines em São Borja e de olaria de porte. [Entrevista de F. N. Dornelles Drago]. E o italiano Paulo Vecchio e outros ítalo-descendentes, como narrado no capítulo que aborda conflitos, opuseram-se a políticos locais tradicionais;

Em Itaqui:

– em 1872, João Schenini fundou casa comercial na Rua XV de novembro e depois instalou padaria e fábrica de massas impulsionadas pelos filhos André e Bernardo, com clientela consumidora também nos municípios vizinhos da fronteira oeste; [COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: estudo completo*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 319]. Também vide Apêndice A, Schenini;

– em 1880, estabeleceu-se na cidade a Casa Degrazia. Tornou-se o maior estabelecimento comercial da fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Importava e exportava em grande escala diretamente seus itens de negócio com secos e molhados, fazendas, ferragens, artigos de moda e bazar, bijouterias, calçados, louças, confecções, móveis, materiais de construção,

armazém de produtos do país; [COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: estudo completo*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 318].

– no decorrer dos anos noventa, a antiga Casa Degrazia adotou a denominação de S. Degrazia & Companhia, observando-se a presença de sócios portadores dos sobrenomes Mondadori e Ruffoni, também de origem italiana; [COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: estudo completo*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 318]. Em certo período, esta empresa abasteceu com móveis importados as Lojas Bromberg em Porto Alegre, uma das principais lojas de grande luxo da capital sul-riograndense; [Idem entrevista de E. Mondadori e R. Alves Filho].

– em 1906, foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Itaquí. Dentre os seus nove sócios fundadores, constam cinco italianos ou descendentes, todos empresários: André Rossi, Domingos Morretti, Pedro Ruffoni, Salvador Minoggio e Atilio Mondadori; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 29/07/1994].

– em 1914, funcionava a empresa Camino & Cademartori, dos sócios José Camino e Victor Manoel de Cademartori, ambos de origem italiana, a qual produzia cangica e telas de arame em grande escala; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 03/08/1996].

– o cinema sempre foi objeto do interesse dos italianos e descendentes em Itaquí: “[...] em Itaquí surgiu mais ou menos entre 1920 ou 1922. Quem instalou esse cinema foi o Dr. Paschoal Minoggio, engenheiro e arquiteto; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 30/04/1994].

– Paschoal Minoggio foi pioneiro no uso de diversas inovações em Itaquí. O primeiro aparelho de rádio-receptor instalado no lugar pertenceu à família Minoggio. Na época, sintonizava-se no local somente as estações argentinas. As emissoras brasileiras ainda não possuíam potência suficiente para serem captadas naquela região de fronteira; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 04/06/1994].

- em 1919, surgiu a luz elétrica e um dos diretores da primeira usina elétrica de Itaquí era o advogado Osvaldo Degrazia, descendente de imigrante italiano que aportou na América do Sul por Buenos Aires; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edições de 23/07/1994 e 03/02/1996].
- por obra de Paschoal Minoggio, através de usina acionada por máquina a vapor, em 1922 Itaquí possuía luz elétrica, que funcionava das 18 às 23 horas, sendo que nas ruas era apagada antes das 22 horas; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, idem edição de 30/04/1994].
- no decorrer do movimento armado que eclodiu em 1924 contra o então Presidente da República Arthur Bernardes, Roque Degrazia e Bernardo Piffero também comandaram a resistência ao chamado “Cercos de Itaquí”]; [LAGO, Luíz Aranha Corrêa do. *Oswaldo Aranha – O Rio Grande e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 109-120]. Roque Degrazia era o intendente – prefeito municipal da cidade; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 09/07/1994].
- fábrica de guaraná fundada em 1935, de propriedade do descendente italiano José Amendolêa, que funcionava em um prédio antigo em frente ao atual Clube Náutico Ipiranga; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 18/05/1996].
- Banco Moretti como noticiado, no Apêndice A. Fazia parte do grupo comercial de Domingos Moretti Filho, proprietário da extinta Casa Moretti localizada na rua Osvaldo Aranha, esquina com a rua Bento Gonçalves; [J. Rosi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 22/10/1994].
- em 1935, Atilio Mondadori participou do ato da fundação do Sindicato Rural de Itaquí, realizado na casa do ítalo-descendente Luiz Nabor Piffero, entidade que na ocasião chamava-se Associação Rural de Itaquí; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 16/07/1994].

– em 07 de janeiro de 1937, perante o Conselho Municipal – denominação da Câmara de Vereadores – e na presença de autoridades e do povo em geral, Roque Degrazia tomou posse no cargo de primeiro prefeito constitucional do município. No Conselho referido havia dois vereadores com ancestrais italianos: Atilio Mondadori e Luiz Cacciatore; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 03/02/1996].

– em Itaqui, havia uma fábrica de vassouras de palha, de propriedade de Pedro Biasque Rossi, que funcionou até por volta de 1937; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 22/10/1994].

– em 1938, o italiano Antonio Contursi e Sully Silva arrendaram o Teatro Prezewodowski. No mesmo funcionava o Cine Elite; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 01/07/1996].

– o primeiro taxi a operar em Itaqui, por volta de 1939, pertencia à David Flain, ítalo-descendente com ancestrais chegados pelo Salto/ROU. Foi um automóvel marca Ford V8, todo fechado e na época era chamado de carro de aluguel; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 23/04/1994].

– em 1939, entre os alunos do Grupo Escolar Aureliano Barbosa com ascendente italiano em Itaqui via Rio da Prata, estavam: João Rossi Nery, Paulo Degrazia, Luiz Moretti Filho, Ema Passamani Isolabella e Ima Passamani Isolabella; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 21/10/1995].

– em 02/01/1942, sob a presidência do advogado Luiz Nabor Piffero, reuniram-se os advogados militantes no Foro de Itaqui, para deliberarem sobre proposta de sindicalização da Ordem dos Advogados do Brasil. Entre os presentes na reunião, encontravam-se os advogados Aluizio Pahim Degrazia e Osvaldo Degrazia, também descendentes de italianos chegados por Buenos Aires; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 28/09/1996].

– em 1942, foi fundada a Associação dos Professores Católicos de Itaqui, com a diretoria a seguir. Presidenta; Dionéia Bonapace; Vice-presidenta: Beatriz Degrazia; 1ª Secretária: Elvira Ceratti; 2ª Secretária: Dorsolina Ferreira Alves; 1ª Tesoureira: Iná Silva; 2ª Tesoureira: Inglair Gôndola; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 28/09/1996].

– também em 1942. surgiu em Itaqui o Club Náutico Ipiranga e dentre os idealistas da iniciativa encontrava-se o descendente de italianos João Tito Cademartori; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 18/03/1995].

– em 1944, integrava o quadro de professores do Grupo Escolar Aureliano Barbosa, dentre outras, as professoras Maria de Lourdes Cacciatore, Rosa Piantá, Ilza Degrazia e Gilda Degrazia; [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, edição de 11/01/1997].

– Casa Degrazia depois S. Degrazia & Companhia, Padaria e Fábrica de Massas de André Schenini, Comércio Bom Marchet & Cia., Casa Moretti, Botica Bonorino depois Farmácia de Luis Bonorino, estes estabelecimentos pertenciam a peninsulares chegados pelo Prata ou a descendentes dos mesmos. Anúncios em jornais e cópia de documentos fiscais emitidos na época, em anexo no final deste capítulo, também comprovam a existência desses estabelecimentos;

Em Uruguaiana:

– Luiz Bettinelli nesta cidade foi um imigrante dotado de grande visão empresarial. Na sua época participou de diversos empreendimentos; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 112].

– no final do século 19, Bettinelli visitou uma exposição em Turim e ficou fascinado com uma maquete em gesso da biblioteca de Varsóvia. Adquiriu o projeto e juntamente com outros homens de posses, o materializou na construção da sede do Clube Comercial, de estilo neoclássico. A data de fundação deste clube consta ser 13 de agosto de 1893 e as obras foram

concluídas no início dos anos noventa; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 112].

– consta que o prédio conhecido por *O Colonizador*, de estilo rústico, situado na avenida Flores da Cunha, foi mandado construir pelo italiano Luiz Bettinelli na última década do século 19; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 159].

– em 1892, o *O Colonizador* foi inaugurado e possuía um conjunto de máquinas para moer trigo, limpar, separar as impurezas, outra para lavar e secar, além de outras máquinas para separar sêmolas e semolinas, peneiras, elevadores, prensas, amassador e uma máquina para cortar massas; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 159].

– há informações que outro italiano, Melchior Carlos Cairolí, mais tarde se instalou no mesmo endereço, montando uma padaria. Luiz Bettinelli, antes de morrer em 1911 vendeu essa fábrica. Em consequência da sua morte, sua esposa Fellipa Bettinelli, naquele mesmo ano fixou-se em Buenos Aires; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 159].

– desde a “Ata de Instalação e Reorganização da Diretoria da Casa de Caridade de Uruguaiana” em reunião ocorrida em 30/05/1897, como em diversas atas de sessões seguintes até os primeiros anos do século passado, observa-se o registro da atuação do referido Bettinelli em prol da Santa Casa; [ALFANO, Gennaro. *Memorial da Santa Casa de Uruguaiana*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2007, p. 25].

– pela “Ata de Cerimônia de Colocação da Pedra Fundamental do Edifício da Casa de Caridade de Uruguaiana”, em 20/09/1897, vê-se que o ato também contou com a presença de “[...] Francisco Zaccaro, representando a Sociedade Italiana”; [ALFANO, Gennaro. *Memorial da Santa Casa de Uruguaiana*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2007, p. 25].

– na “Sessão de Inauguração do Edifício da Caridade em 24/02/1901”, Luiz Bettinelli continuava presente na Santa Casa, exercendo a função de tesoureiro na diretoria provisória. Dentre os discursos pronunciados relativamente ao ato, ficou gravado que “[...] o Dr. Malinverno pronunciou um bonito discurso em italiano.” A Sociedade Italiana em Uruguaiiana tinha em seu quadro um sócio que chamava-se Carlo Malinverno, conforme relação dos sócios no seu estatuto-regulamento; [Statuto e Regolamento della Società Italia na di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza. Uruguaiiana: Comercial e Bazar Comercial, 1905, p. 31 e 32].

– no início dos anos noventa, houve novo entusiasmo pela plantação da parreira e a viticultura surgiu promissora pelas mãos de italianos radicados em Uruguaiiana, como Agustini Bergallo, André Demarchi, Antonio Portella, Francisco Guglielmoni, José Tellechea, Luiz Betinelli, Probo Pratti, Ramona Tellechea e outros; [VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiiana, atalaia da Pátria: o homem, o meio e a história*. Canoas: Editora La Salle, 1971, p. 150].

– na esquina da Rua Bento Martins com a Duque de Caxias, existia a Cigarraria e Bamboniere Lanziani, construída em 1909, de propriedade do italiano Giovanni Lanziani. Entre as décadas de 30 ou 40, consagrou-se tradicional com seus cigarros e charutos finos. A empresa cerrou suas portas pouco depois da morte da viúva proprietária, por volta de 1960/1970; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 66].

– no centro de Uruguaiiana, na esquina das ruas Bento Martins e General Câmara, existiu a Casa Comercial R. Machiavello, fundada em 1910. Essa importante casa comercial trabalhava com avultadas operações e grande estoque de mercadorias. Girou sob a razão social de R. Machiavello, nome do imigrante italiano seu proprietário; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 165].

– a Casa Comercial R. Machiavello trabalhava também com importações e exportações e a venda de muitos artigos como ferro em bruto, ferro galvanizado, carvão de pedra, ferragens, arames, cimento, camas, fogões a lenha, tintas e vernizes, vidros, louças, cama e mesa, armas e munições. Importava artigos da Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Argentina e Uruguai. R. Machiavello era o único depositário no Rio Grande do Sul dos produtos da Companhia Argentina de Gás, de Buenos Aires; [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 165].

– em 1910, foi inaugurada a Fábrica de Massas Cósia, de propriedade do italiano João Cósia. Em 1939, a razão social da empresa era Cósia & Dora. O comércio de Uruguaiana também foi representado por outras firmas tradicionais com sócios ou proprietários de origem peninsular: a Casa Mascia, a Casa Papaléo, a Joalheria Mandarino, a Sapataria Mandarino; [VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana, atalaia da Pátria: o homem, o meio e a história*. Canoas: Editora La Salle, 1971, p. 153].

– além dos prédios de residência relacionados com os imigrantes de sobrenome Beltran, Depedrine, Lamarca, Rastelli referidos no Apêndice A, e que guardavam estilos e características trazidos pelos italianos seus proprietários, menciona-se a antiga Casa Belline. No local, existia, além da “Casa NB” do imigrante italiano Nicola Bellini, que comerciava confecções e material esportivo, a Sapataria Belini com venda de calçados. [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 68]. Na lista dos sócios do Estatuto da Sociedade Italiana, os Belline de nome Giacomomo e Domenico constam como fundadores mais antigos dessa Sociedade; [Statuto e Regolamento della Società Italia na di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza. *Uruguaiana: Comercial e Bazar Comercial*, 1905, p. 31].

– o tradicional Colégio do Horto, de forte presença italiana, é um estabelecimento educacional comprometido com o espírito missionário do seu fundador, Santo Antonio Maria Gianelli, nascido em 1789 no norte da Itália, em La Spezia, Itália. [Disponível: <http://www.gianelline.net> – Acesso em 15 de setembro de 2010]. A imprensa anunciou a sua chegada em Uruguaiana: “Colégio dirigido por freiras: No dia 1º de março vindouro, abrir-se-

á nesta cidade, um colégio dirigido pelas irmãs de Nossa Senhora do Horto”. [*Jornal A Nação*, Uruguaiana, edição de 10/02/1909]. Ex-aluna, ex-professora desse estabelecimento e neta do italiano João Lunardini, o qual chegou na América do Sul por Buenos Aires, recordou: “As irmãs do Horto vieram direto da Itália e de Montevideú elas se deslocaram [...]”, para cumprir missão em áreas como a educacional, inspiradas no exemplo do patrono Santo Antonio Maria Genelli; [Entrevista de T. Lunardini Pereira, Uruguaiana, em 29/04/2010].

– Gennaro Alfano, filho de italianos, foi provedor por três vezes do hospital da Santa Casa de Caridade de Uruguaiana e por diversas vezes membro da mesa administrativa do mesmo. Ao escrever a história da Santa Casa de Uruguaiana na obra em referência, evidenciou registro em ata daquela instituição que revela as condições adversas enfrentadas pelas “Irmãs Filhas de Maria Santíssima do Horto”, desde que saíram, em 1910, de Montevideú para Uruguaiana, para assumirem os cuidados de enfermagem conveniados com esse hospital. Na ocasião portavam vários baús contendo material para o Colégio do Horto. [ALFANO, Gennaro. *Memorial da Santa Casa de Uruguaiana*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2007, p. 63-66].

APÊNDICE A

Fonte:

- a) partes de entrevistas com descendentes, transcritas ou comentadas;
- b) registros extraídos de fontes escritas, também referenciadas.

Alfano, Vicente. Natural da Calábria. Aportou em Buenos Aires e lá trabalhou durante cinco anos. Em 1919 recebeu convite para trabalhar em Uruguaiana, para onde se mudou definitivamente: “O meu pai veio [...] convidado [...] para Uruguaiana, depois começa a trabalhar e quando arruma um dinheiro volta pra lá pra casar com a minha mãe”. Voltou à Calábria para casar-se. Gennaro Alfano, filho, informou que a trajetória do italiano Vicente Alfano e de outros imigrantes em Uruguaiana encontram-se na obra intitulada “Concomitante”, de sua autoria. Disse que o imigrante seu pai “[...] veio moço como consta no livro que te ofereci [...] Tu vai ver a história, [...]”. [Entrevista de G. Alfano, 74, filho do italiano Vicente Alfano, advogado e escritor. Uruguaiana, em 24/02/2010].

O entrevistado G. Alfano concentrou sua narrativa oral sobre os italianos oriundos do sul da Itália, de Lauria e Acqua Fredda, na Basilicata, a maioria chegada via Montevideú. Empregou a expressão colônia italiana por mais de uma vez. Em certo momento referiu-se à colônia lauriote: “[...] todos de Lauria. Na época era uma grande colônia, tanto que fizeram a Associação. Era a terceira colônia.” Continuando, disse: “A primeira de Uruguaiana era a francesa, era a maior colônia francesa, acho que uma das maiores do estado era Uruguaiana. Depois a espanhola e a terceira foi a italiana”. Acrescentou, em relação aos italianos: “[...] eles vieram [...] começou um, depois veio outro. Veio Bellini [...]. O Bellini trouxe o Chiarelli. O Chiarelli trouxe o Mandarino”.

Também fez abordagens sobre a Sociedade Italiana em Uruguaiana, tangenciou a mudança da denominação desta para Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi em substituição à Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, já que em Uruguaiana não mais existiam italianos e sim descendentes. Referenciou a organização da comunidade italiana na vizinha Paso de los Libres. Lembrou da ainda antiga sociedade e que elaborou o estatuto da nova denominação. Registrou que a sociedade voltou a funcionar em prédio novo no mesmo endereço da antiga Sociedade de Mútuo Socorro – no edifício Itália. [Idem entrevista de G. Alfano].

Em 1914, o imigrante Vicente Alfano chegou a Buenos Aires, época que a peste bubônica fazia muitas mortes e não havia trabalho. Tinha 18 anos e sem ninguém a lhe esperar. Perambulava pela cidade, quando, quase ao acaso, conseguiu trabalho numa pequena loja de um casal judeu, do qual se tornou empregado e amigo. Trabalhava o dia inteiro e à noite passou a estudar corte em uma escola francesa para alfaiates, onde se formou. Um ano depois, como oficial cortador passou a trabalhar no centro da cidade, na alfaiataria de um italiano de Lauria, Província de Potenza, Basilicata. Passados cinco anos de sua chegada no Prata, a convite da Alfaiataria Fittipaldi, alcançou Uruguaiana em 10 de março de 1919. [ALFANO, Gennaro. *Concomitante: contos e versos*. Porto Alegre: Renascença Ltda., 2006, p. 19].

A alfaiataria em referência era um estabelecimento com raízes fundacionais nas últimas décadas dos anos oitocentos, de propriedade de imigrantes italianos. Em 1899, lê-se em edição do Jornal “A Notícia”, este anúncio:

Fittipaldi y Comp.

Previnem aos seus numerosos fregueses que acabam de receber um variado sortimento de verão, taes como: Brins, Cachemires, Modernísimos Chapéos de Palha de todos os feitios e qualidades, lenços, meias e etc., o que tudo vendem por preços inacreditáveis.

Uma visita ao Fittipaldi.

[*Jornal A Noticia*, Uruguayana, edição de 28/10/1899].

Em março de 1896, por meio de jornal, os sócios dessa mesma alfaiataria apresentaram ao público, fornecedores e clientes a seguinte:

DECLARAÇÃO

Em vista de acabar-se, neste primeiro semestre, o nosso contrato social e não sendo decidido qual dos sócios ficará com a alfaiataria, resolve-se o seguinte:

A principiar desta data ficarão fechadas as contas dos nossos fornecedores, como também não abriremos novas contas.

Vai a conta junto com a roupa; ao mesmo tempo avisamos aos nossos devedores de virem saldar suas contas o mais breve possível para não entrarem na lista que será entregue ao nosso procurador em fim de fevereiro.

Uruguayana, 17 de janeiro de 1896.

Zaccaro & Fittipaldi.

[*Jornal Commércio*, Uruguaiiana, edição de 22/03/1896].

Para chegar à fronteira brasileira, Vicente Alfano realizou viagem de trem de mais de vinte e quatro horas. Na contraproposta de trabalho que fez para ser cortador de ternos, ficou acertado o pagamento através da comissão de três por cento do valor do terno a ser confeccionado e por ele cortado. Aos poucos, o imigrante Vicente Alfano se integrou à nova vida na fronteira Brasil-Argentina. A alfaiataria onde passou a trabalhar, à tarde era local de encontro de figuras importantes da cidade. Com os dois filhos do titular dessa firma onde trabalhava, que também tinham origem italiana, passou a estudar a língua portuguesa. Sua professora observou ser o único italiano a estudar o idioma em Uruguaiiana, onde, na época, a comunidade italiana era numerosa e centrada na Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, da qual passou a ser sócio:

As reuniões da Sociedade Italiana eram memoráveis. Grandes comilanças. A grande maioria dos italianos era oriunda da cidade de Lauria, Província de

Potenza, Região da Basilicata, no sul da Itália. Era ele o único calabrés da sociedade.

[ALFANO, 2006, op. cit., p. 22 e 23].

Vicente também foi apresentado e aceito como sócio do refinado Clube Comercial. Anteriormente havia adquirido experiência na sua atividade profissional de alfaiate. Em Buenos Aires, conheceu o sistema de operações da firma inglesa Gath & Chaves, que vendia ternos sob medida através de almanaque e visita pessoal aos clientes em todo o território argentino. Concebeu semelhante projeto de vendas nas cidades vizinhas da fronteira oeste do Estado e o apresentou à Alfaiataria Fittipaldi, visando à expansão dos negócios que calculava com perspectivas limitadas face à possível clientela tão só na cidade de Uruguaiana. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 23 e 24].

Aprovado seu projeto pela empresa empregadora, em setembro de 1924 Vicente começou a transitar pelo pampa através dos trens da Viação Férrea. Primeiramente, visitava Itaqui e São Borja, onde permanecia quatro dias em cada, depois retornava à Uruguaiana para confeccionar as encomendas. Em quinze dias as concluía e as enviava pelo trem. Com o tempo, a clientela aumentava mais. Além dos fregueses habituais, muitas pessoas o procuravam no hotel, onde tomava as medidas, e era feita a escolha da fazenda no mostruário que portava. Concluídas as tarefas relacionadas a essas duas cidades, dava início ao segundo roteiro, um pouco mais demorado: Alegrete, Cacequi, Rosário e São Gabriel. Depois de atender aos pedidos, cumpria a terceira etapa, que compreendia viagem a Dom Pedrito, Livramento e Quaraí. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 25 e 26].

O imigrante Vicente Alfano já andava há mais de três anos no vai e vem sobre trilhos. O movimento da Alfaiataria Fittipaldi havia aumentado enormemente, a ponto de ter de empregar mais alfaiates para atender aos pedidos. O seu salário era o maior da alfaiataria, baseado em comissões. Gastava pouco e depositava no banco o que sobrava, pensando em comprar um imóvel no centro de Uruguaiana, como veio a fazê-lo. Frequentava a alta sociedade. Aos sábados e domingos jogava tênis no Tênis Clube Rio Branco, fazia parte do

departamento técnico do time de futebol da Alfaiataria. Em certo momento, foi o técnico do time que se sagrou campeão. Como exímio dançarino, fazia sucesso no Clube Comercial. Sempre estava vestido a rigor e era bem visto pelas moças do lugar. Mas tinha planos pessoais: ser proprietário da sua alfaiataria, adquirir razoável independência financeira, voltar a sua terra natal, San Benedetto Ullano, Província de Cocenza e lá encontrar a sua consorte. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 26 e 27].

Em 1928, a alfaiataria empregadora reclamou do salário alto que recebia, “[...] a casa não tinha condições de continuar pagando”. De nada adiantou ponderar que decorria das comissões da sua produção, dos muitos ternos que estavam fazendo em função de suas viagens. “Vicente Alfano, então, informou à firma que ficaria por mais sessenta dias, e que depois abriria sua própria alfaiataria, [...]”. Assim surgiu a Alfaiataria Alfano, que começou com os clientes da Alfaiataria Fittipaldi que acompanharam o imigrante Vicente junto à nova empresa. O estabelecimento se especializou em confecções militares, entre as quais a fabricação de culotes militares – espécie de calça, própria para montaria. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 31 e 32].

Dois anos passados, a alfaiataria estava em pleno sucesso e novos planos lhe povoavam a mente, dentre os quais estava o de, em dois ou três anos, voltar à Itália, comprar uma casa para a família e encontrar uma esposa. “A família de Vicente Alfano era pobre, seu pai Gennaro Alfano, um homem do campo, sem nenhuma posse, sua mãe Vicentina Mayo era dona de casa, [...]”. Tinha três irmãs. As duas mais jovens acompanhavam a mãe e a mais velha havia casado. O irmão Vicente havia mandado o dinheiro para constituir o dote da irmã noiva, costume que ainda persistia no sul italiano. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 33].

Depois de 19 anos distante de San Benedetto Ullano, um pequeno povoado de 2.500 habitantes a 20 km de Cinza, a capital da província de igual nome, no início de junho de 1933, Vicente partiu do Porto de Rio Grande em direção ao de Gênova. Agora, viajava na

primeira classe e não em acomodações de terceira como o fizera quando chegou a Buenos Aires. No destino, foi recebido pela família e de imediato depositou no altar da Igreja do seu *paese* uma corrente de ouro para ser colocada na imagem de Nossa Senhora do Bom Conselho, “[...] tal fato causou comoção no povoado”. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 34].

Vicente logo tratou de conhecer as possíveis candidatas que a sua mãe havia escolhido para casar. “De imediato gostou de Dona Luisa Bonelli que trabalhava na *posta*, o correio, [...]”. Vicente era uma pessoa do povo, mas a mãe da candidata era uma nobre consorciada com membro de família conceituada, Cavaleiro de San Silveste, ordem menor do Vaticano. Para vencer a barreira das convenções devido à condição social do pai do pretendente, o emigrado Vicente, agora chamado o americano, bem apessoado e bem vestido recorreu ao médico do povoado, que era primo da mãe da moça, para ser seu embaixador. Muito ajudou nessa intermediação o fato de Vicente ser maçom, tal como o Dr. Aristodemo Migliano. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 37 a 39].

Em fins de outubro, realizou-se o casamento de Vicente Alfano com Luiza Maria Carmela Bonelli, com cerimonial religioso celebrado por Don Napoleone Tavolaro, tio político da noiva, na presença da alta sociedade local. A festa se prolongou até a madrugada e os noivos realizaram viagem de lua de mel à Nápoles e a Roma. Quando o casal voltou a San Benedetto, através da maçonaria o médico Dr. Aristodemo soube que havia ordem para Vicente prestar o serviço militar italiano e que este seria de dois anos. “Como Vicente já estava bastante tempo longe de Uruguaiiana, e sem trabalhar, era hora de voltar. Os irmãos maçons fizeram o casal chegar ao porto de Gênova sem nenhum problema [...]”. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 40 e 41].

Nos últimos dias de janeiro de 1934, Vicente e Luiza chegaram a Uruguaiiana. Vicente instalou sua residência atrás da sua alfaiataria na Rua Bento Martins. “Durante a viagem e por mais algum tempo em Uruguaiiana, Dona Luiza guardou escondido dinheiro doado por seu pai para comprar uma passagem de volta, caso não gostasse da cidade ou fosse

maltratada pelo marido”. A primeira amiga da sua jovem esposa foi Dona Rosalima Silva Aquino, esposa do ourives do qual Vicente havia comprado o prédio onde instalou a alfaiataria e que tudo fazia para ajudá-la, “[...] que só falava italiano, tentava entendê-la e lhe ensinava, aos poucos, falar o português”. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 41].

O tempo foi passando e, três dias antes de completar o primeiro aniversário de casamento, nasceu a primeira filha do casal – Catharina Vicentina, odontóloga. Depois nasceu o filho Gennaro, advogado. Vicente Alfano faleceu em 1991, lúcido aos 95 anos de idade, em sua residência no endereço antes citado. Em outubro de 1997, data do depoimento escrito pelo autor em referência, Dona Luiza contava 90 anos e residia no Rio de Janeiro com a filha Catharina. [ALFANO, 2006, op. cit., p. 42].

Retornando ao Brasil, Vicente afastou-se da maçonaria a pedido de Dona Luiza, sobrinha de Don Angelo Bonelli, irmão do seu pai e pároco de San Benedetto à época do seu casamento. Ao referir-se à atividade da sua mãe antes de vir para o Brasil, o filho dos italianos Vicente e Luiza Alfano, nascido em Uruguaiana, em seu depoimento-entrevista evidenciou a ligação que havia entre a comunidade italiana de origem dos seus pais e os imigrantes dela oriundos e estabelecidos na capital argentina:

Era secretária das cidades pequenas na Itália, principalmente do sul. [...] o correio, é correio e banco. Meu avô comandava o correio e a minha mãe comandava o banco. Os [...] “sanbeneditesi”, como se diz os são beneditanos moradores em Buenos Aires, me fizeram um jantar em homenagem porque eu era filho da minha mãe! Porque eles mandavam dinheiro pra minha mãe e ela entregava para os pais, os parentes lá em San Benedetto. O jantar foi em Lomas de Zamora, um distrito de Buenos Aires. [Idem entrevista de G. Alfano].

Beltran, José. Italiano, chegou à América do Sul pelo Uruguai e instalou-se em Itaquí. Nesta localidade foi comerciante, tinha casas de aluguel e também se dedicou à hotelaria. Depois se mudou para Uruguaiana. Casou-se com descendente de origem francesa

de sobrenome Monte. [Entrevista de P. C. Rodrigues Beltran, 48, neto, microempresário da área de prestação de serviços imobiliários. Uruguiana, em 30/04/2010].

O neto entrevistado narrou que, pelo que contavam os imigrantes, era mais fácil entrar no Brasil pela Argentina ou pelo Uruguai do que em porto brasileiro face aos controles da entrada, em função da “[...] fiscalização [...]”. E acrescentou, a entrada para o Brasil pela fronteira era mais fácil na linha Uruguai-Brasil do que na linha Argentina-Brasil, enfatizando “[...] pelo menos é o que falavam na época.” [Idem entrevista de P.C. Rodrigues Beltran].

Em Uruguiana, na antiga Rua do Uruguai, hoje Rua José Domingos de Almeida, a esposa deste imigrante, Ana Monte Beltran, tinha uma pensão onde muitos italianos se encontravam e realizavam bailes. Ao lado dessa pensão havia um terreno baldio, que foi adquirido por um grupo desses italianos para a construção da sede da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência, aí fundada em 1º de junho 1879. [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguiana* – na linguagem plástica e histórica. Santa Maria: Gráfica Palloti, 2008, p. 75].

A edição de 22 de maio de 1929 do *Jornal de Itaqui*, do qual diretor o ítalo-descendente Oswaldo P. Degrazia, publicou anúncio comercial da *A Casa Beltran* sobre suas mercadorias e preços. No mesmo consta o nome do proprietário e endereço do estabelecimento: “José Beltran, Rua Independência – Itaqui”. [*Jornal de Itaqui*, nº 1090, Ano 12, edição de 22/05/1929].

Bonapace, Paulo. Desembarcou em Montevideu. No seu passaporte bilíngue austro-italiano, emitido em 27 de maio 1888, consta domicílio em Roncone, distrito de Tione no Tirol, então domínio da Áustria. Em Santos, em 4/12/1889 foi apostado “Visto bom para Montevideu”. Estabeleceu-se em Itaqui. Foi comerciante. Casou-se com a ítalo-descendente

Eliséia Veppo. O casal Paulo e Eliséia teve seis filhos. Dos homens, dois seguiram a carreira das armas: Heitor, foi oficial superior do Exército Brasileiro e Dante, coronel médico da Aeronáutica. Outros dois, Jacomo e Romulo, também foram comerciantes no mesmo estabelecimento do pai. Posteriormente tornaram-se fazendeiros no 2º distrito do município de Itaquí, respectivamente fazendas denominadas Sociedade e Casa Branca, vizinha uma da outra. [Entrevista de R. H. Silveira Bonapace, neta, proprietária rural arrendatária. Itaquí, em 07/06/2010].

Paulo Bonapace pertenceu à Loja Maçônica Fraternidade Itaquense, conforme registros existentes na mesma. Obra publicada em 1922, em comemoração ao centenário de Independência do Brasil e que abordava as potencialidades do Estado do Rio Grande do Sul, menciona as maiores casas comerciais existentes em Itaquí. Dentre as mesmas constava a da “[...] Viúva Paulo Bonapace”. [COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul: estudo completo*. Porto Alegre: Globo, 1922, pág. 314 – II vol.].

Bonetti, Bernardo. Italiano originário do Piemonte. Aportou em Buenos Aires. Arquiteto, “[...] veio para o Brasil pra trabalhar com uma firma”. Estabeleceu-se em Itaquí. Depois trouxe a família. A filha Catharina consorciou-se com o também italiano Giovanni Schenini. E a filha Maria consorciou-se com membro da família Piffero. [Entrevista de M.C. Cademartori de Moura, 75, viúva, bisneta, residente em Porto Alegre; e M.L. Cademartori Aramburu, 78, viúva, bisneta. Itaquí, em 8/11/2009. Idem entrevista de Paulo Schenini, 84, bisneto, professor estadual aposentado e advogado. Porto Alegre, em 20/11/2009].

Bernardo Bonetti foi um dos fundadores da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, fundada em 05/06/1887. Na sinopse histórica do estatuto dessa entidade, editado em 1920, consta seu nome dentre outros fundadores na data referida, bem como o seu genro Luiz Piffero. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

O inventário de Bernardo ocorreu em 1904, ano do seu falecimento. Inventariante: Thereza Minoggio Bonetti, esposa; Luiz Piffero por ser casado com a filha Maria Bonetti Piffero; e João Schenini, por casamento com Catharina Bonetti Schenini. Nos autos desse inventário, observa-se a existência de peça documental onde constam pagamentos aos credores, italianos ou ítalo-descendente, Antonio Guglielmi, Emigdio Bonorino e João Schenini. [APERGS – 1904. Inventário nº 114, Maço 3, Estante 115].

Bonorino, Antonio. Entrevistas com descendentes não clarificaram a trajetória deste imigrante, obtida através de pesquisa documental e bibliográfica:

a) D. Bonorino Floriano recorda os seus tios Assis e Vespertino de Medeiros Bonorino [Tininho], em Itaqui, “[...] não eram homens escolados, [...] Autodidatas, lendo o que fosse possível, [...] eram muito chegados às leituras [...]”. Disse que os mesmos comentavam sobre a origem dos ancestrais de sobrenome Bonorino, “[...] eles nos falavam a gente guri, que ficava escutando essas conversas [...] sempre comentavam que eles tinham vindo desta região do Prata, pelo Prata, vindo de uma região da Itália [...]”. [Entrevista de D. Bonorino Floriano, 63, trisneto, economista e professor estadual aposentado. Itaqui, em 05/11/2009];

b) E. Bonorino Floriano manifestou-se e informou: “[...] temos [...] Bonorino [...] nesta região aqui da fronteira. [...] transpassa Buenos Aires e Uruguai [...] existe uma legião muito grande de Bonorino na Argentina [...]”. Recordou que em Buenos Aires há obra genealógica sobre a família Bonorino, intitulada *Bonorino y González Bonorino*, abrangendo argentinos e brasileiros. A ramificação brasileira constante em *Bonorino y Bonorino González*, advém de minhas pesquisas e da colaboração para com o autor da obra referenciada, genealogista e historiador em Buenos Aires – [GONZÁLEZ, Jorge Federico Lima Bonorino. *Bonorino y González Bonorino*. Buenos Aires: Editorial Armerias, 2008, p. 5, 29-38]. O entrevistado Bonorino Floriano, por ser detentor do sobrenome Floriano, informou que: “[...] os Florianos, que possuíam grandes extensões de terras neste município, todos eles fazem parte da mesma família”. Narrou que, pela tradição oral familiar, sabe que a Fazenda Sociedade, no município

de Itaqui, “[...] seria dos Florianos [...] que abrigaria em toda a sua extensão vinte mil cabeças de gado”. Lembrou o nome do proprietário Ismael Floriano Machado, que foi grande estancieiro nas últimas décadas dos anos oitocentos, conforme autos de inventário no arquivo público do Estado. [Entrevista de E. Bonorino Floriano, 61, trisneto, advogado. Itaqui, em 07/06/2011];

c) W. Odoberto Bonorino, filho de Vespertino de Medeiros Bonorino [Tininho] e neto de Odorico Bonorino, este filho de Antonio José Bonorino, disse: “[...] meu pai nasceu na localidade de São Donato [...] O pessoal conheceu ele, por muito tempo, só por Tininho”. Foi preso político em 1964. Posteriormente foi prefeito eleito de Itaqui. São Donato é uma localidade no município de Itaqui na divisa com o município de São Borja. [Entrevista de W. Odoberto Bonorino, 61, trisneto, agricultor. Porto Alegre, em 17/06/2010];

d) T. Schenini Bonorino, filho de Xisto Bonorino, fez referência ao seu avô Arthur e ao bisavô Emigdio: “O pai do Arthur se chamava Emigdio [...]”. Referindo-se a parentes em Buenos Aires, disse: “[...] queria fazer um comentário a respeito dessa senhora Máxima González, [...] Emigdio Bonorino também teve uma filha que botou o nome de Máxima, [...]”. [Entrevista de T. Schenini Bonorino, 73, trisneto, comerciante. Porto Alegre, em 21/06/2010]. O nome de Arthur Bonorino consta em diversos trechos da obra *Câmara de Vereadores de Itaqui*, da qual foi secretário por várias legislaturas, tendo lavrado a ata que notícia a adesão desta Câmara ao sistema republicano proclamado em 15 de novembro de 1889. [COLVERO, Ronaldo Bernardino; e SOARES, Luiz Matias, [Org.]. *Câmara de Vereadores de Itaqui – 152 anos de História – Resgate da História Política de Itaqui*. Porto Alegre: Faith Ltda., 2010]. Pela Loja Maçônica Progresso Itaquense, também assinou, em 1884, diploma em nome do imigrante João Baptista Rossi. [Diploma em nome de João Baptista emitido pela Loja Maçônica Progresso Itaquense, em 16/06/1884];

e) I. M. Bonorino Figueiredo também nasceu em São Donato. Filha do agricultor Antonio Gonçalves Bonorino e neta de Antonio José Bonorino. A esposa deste chamava-se Antonia Catalina Gonçalves, de origem indígena. A respeito desta sua avó, disse a entrevistada: “Eu conheci ela quando [...] o meu pai viuvo. Ele levou a família uns tempos pra lá, [...] pra nos cuidar lá, que nós era pequena. Depois, daí uns anos, ele casou de novo. Aí elas foram embora

[...] As tias foram embora pra São Borja. A velhinha já era falecida.” Com o advérbio “lá”, refere-se a São Donato; a avó paterna Antonia Catalina é chamada de velhinha e as tias, eram irmãs solteiras do seu pai, “[...] filhas da minha avó”. Informou, também: que se casou com o mascate Marciano Messa Figueiredo; que residiu sessenta e dois anos no interior do município de Itaqui [26 anos em São Donato e 46 nos Figueiredos]; que sabe que os ancestrais do seu esposo mudaram-se de Rio Pardo para Palmeira das Missões e para o município de Itaqui e que transportavam em carretas puxadas por bois, erva mate da Palmeira para Itaqui. [Entrevista de I. M. Bonorino Figueiredo, 88, bisneta, viúva; e M. S. Reis Bonorino Figueiredo, 55, trisneta, professora universitária. Florianópolis, em 20/06/2010];

f) J. D. Pinto Bonorino, neto de Luiz Bonorino: “[...] nasci no Rio de Janeiro [...] e com dezoito dias, fui [...] pra Itaqui, onde fui registrado”. Fez referência a sua tia de nome Luiza Bonorino, que foi casada com cidadão de sobrenome Floriano Machado. A mesma mudou-se de Itaqui para Buenos Aires, onde constituiu nova família. [Entrevista de J. D. Pinto Bonorino, 75, trisneto, artista plástico. Porto Alegre, em 16/07/2010]. O entrevistado Pinto Bonorino informou que o filho de Luiza, chamado Luis Júlio Piriz Bonorino, jornalista e médico, era ativista político e que desapareceu com a ditadura militar argentina. [<http://www.elortiba.org/escritores.html> – Acesso 15/12/2010].

Assim, houve necessidade de aprofundamento de buscas em fontes escritas sobre o imigrante Antonio Bonorino. Assentamento paroquial informa que o mesmo nasceu em Montevideú, em 1807. [Livro de Batismos nr. 10/Catedral, fl. 403v, Arcebispo de Montevideú]. Seu nome completo: Antonio Alejo Bonorino Pérez. [VEGAS, Diego Jorge Herrera. *Famílias argentinas*. Buenos Aires: Callao 1823, 2006, p. 530 e 550]. Era filho do italiano Giorgio Antonio Moreno Bonorino natural de Mallare, Ligúria, que chegou a Montevideú por volta de 1772. [APOLANT, Juan Alejandro. *Génesis de la familia uruguya*. Montevideú: Vínnak, 1975, p. 1090]. Este peninsular aí se tornou comerciante, começando com dinheiro emprestado. [Arquivo Histórico-Judicial de Montevideú, Testamento Protocolo 15, Cível 1º, Tomo 1774, Escrivão N. del Castillo].

Antonio Bonorino, que imigrou para o Brasil, tinha dois irmãos e sete irmãs, também nascidos em Montevidéu. [VEGAS, 2006, op.cit., p. 529 e 530]. O irmão mais velho, Esteban, militar, participou dos fatos que assinalaram a histórica data argentina de 25 de maio de 1810 e das lutas de fundação do estado nacional argentino. [BALESTRA, Efran Nuñez. *Buenos Aires 1810: revolución o golpe de estado?* Montevidéu: Orbe Livros, p. 115]. Esteban conflitou com o pai, que em Montevidéu tomou partido pela causa realista e cedeu goleta de sua propriedade para ser armada contra os autonomistas e *criollos*. [AGN/Montevidéu, Livro Protocolo del Cabildo de 1808 a 1814 n° 12, folhas 64 a 66].

Face às agitações no centro do Prata, Antonio preferiu passar para o Brasil por volta de 1830, acompanhado da irmã Juana Dominga e da sobrinha Teresa. Inicialmente estabeleceram-se em São Borja. Seguiu a profissão do pai italiano, comerciante. Casou-se duas vezes. Teve 11 filhos. Os dois mais jovens chamavam-se Felinto Antonio e Antonio José, do segundo casamento. A filha Adélia casou-se com o primo Adolpho Cachaniga Bonorino, filho de Dominga, em Itaqui. A filha Palmira casou-se com José Palmeiro Arttayata, em Nonoai, RS. E a filha Eulina, casou-se com Veríssimo Lucas Annes. [APERGS – 1875. Inventário n° 185, Maço 7, Estante 61]. Este foi comerciante em Cruz Alta. [SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Erus, 1979, p. 269]. E coronel da guarda nacional naquela cidade. [APERGS – 1886. Autos n° 1100, Maço 34, Estante, 62].

Em 1850, Antonio encontrava-se em Itaqui. Comprova sua presença o registro de correspondência que lhe foi endereçada, “[...] à Dn. Antonio Bonorino (em Itaqui) [...]”, no diário de viagem do naturalista francês Aimé Bompland em 13 de fevereiro daquele ano. [BONPLAND, Aimé. *Diário Viagem de São Borja à Serra e a Porto Alegre*. Transcrição do manuscrito original, notas e revisão pela Dra. Alicia Lourteig. Porto Alegre: Instituto de Biociências-UFRGS, 1978, p. 131]. No final da década de 1850, Antonio encontrava-se estabelecido em Cruz Alta. Tal fato é provado pelo pedido que fez em 1859 ao “[...] juiz de órfãos [...]” daquela cidade, para tutelar dois filhos de escrava. [APERGS – 1859. Autos de tutela n° 624, Maço 24, Estante 61]. Os filhos Marciano e Fernando também se radicaram

em Cruz Alta. Tornaram-se comerciantes. Fernando pertenceu à Guarda Nacional e alcançou o posto de major. [APERGS – 1886. Autos nº 1100, Maço 34, Estante 62].

Em Itaqui permaneceram o filho mais velho, Emigdio e o mais novo, Antonio José, este no interior do município, agricultor. [Entrevista de I. M. Bonorino Figueiredo, 88, bisneta, aposentada. Florianópolis, SC, em 20/06/2010; e Certidão de casamento de Antonio José, Livro nr. 1, folha nr. 28V da Paróquia de São Patrício. Mitra Diocesana de Uruguaiana]. Em 1869, Emigdio viuvou. Ficou com 6 filhos e uma dívida à Casa Dimarchi Irmãos e Cia., em Buenos Aires, representada por letra a vencer em 28/02/1877. [APERGS – 1877. Inventário nº 288, Maço 10, Estante 114]. Em São Borja radicou-se Felinto Antonio, pedreiro. [Certidões do Registro de Imóveis e do Registro Cível de São Borja]. Os descendentes destes, de Antonio José e Felinto Antonio, agricultor e pedreiro, face as condições sócio-econômicas e por razões de meio-sangue dos pais, distanciaram-se dos descendentes dos outros filhos de Antonio.

Em 1859, Emigdio foi membro da primeira administração do novo município de Itaqui. [SILVA, Sani. *Itaqui – primeiros governos, 1859 a 1896. Segunda Semana de Itaqui, 1/6 de dezembro de 1978 - Administração Lydio Carneiro da Silva. Itaqui: Oficina Gráfica da Prefeitura Municipal de Itaqui*]. Exerceu outras atividades públicas. Foi tenente cirurgião. [Arquivo da Prefeitura Municipal de Itaqui, Ano 1866 a 1893, atestados de óbito, pasta 27, caixa AP 002]. Abolicionista, foi integrante da associação abolicionista sul-rio-grandense da Corte. [SOARES, Tanira Rodrigues. *O Movimento Abolicionista Itaquense*. In: Itaqui 150 – Resgate Cultural. Itaqui, RS: *Jornal Folha de Itaqui*, edição de 16/05/2008]. Desempenhou a função de juiz municipal, nomeado em anos diversos. Foi conselheiro municipal por 30 anos em Itaqui – atualmente corresponde à função de vereador – historicamente o vereador com maior tempo de legislatura local. Em 1900, na presidência do Conselho Municipal assumiu a prefeitura municipal por falecimento do titular. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 21/01/1995; PAHIM, Jesus. *Itaqui – o portal do Rio Grande*. Itaqui: Novigraf, 2003, p. 30, 39 e 79]. Seu nome é citado em diversas narrativas e transcrições contidas na obra *Câmara de Vereadores de Itaqui*. [COLVERO, Ronaldo Bernardino; e SOARES, Luiz Matias, [Org.]].

Câmara de Vereadores de Itaqui – 152 anos de História – Resgate da História Política de Itaqui. Porto Alegre: Faith Ltda., 2010, p. 17, 20, etc.].

Três dos outros filhos de Antonio Bonorino radicaram-se em Buenos Aires: Affonso, Ósman e João. O primeiro dos citados, na capital portenha, adotou o nome de Antonio Bonorino. Comprovam tais fatos procuração passada naquela capital para terceiro representá-los em Cruz Alta perante o inventário “[...] de su finado Señor Padre Don Antonio Bonorino. [Idem APERGS – 1875. Idem Inventário nº 185]. Consta no censo da cidade de Buenos Aires do ano de 1855 que Antonio, ex-Affonso, residia na casa do seu tio Esteban Bonorino. Comerciante, foi sócio do primo Adolfo F. González Bonorino. [GONZÁLEZ, Jorge F. Lima Bonorino. *Bonorino y González Bonorino*. Buenos Aires: Editorial Armerias, 2008, p. 26 e 46]. João foi militar na Argentina: “Ingresó como Cirujano de Cuerpo de Sanidad del Ejército, el 28-12-1907, siendo soltero. Se le dio baja el 18-3-1911. Hablaba Francés e Italiano”. [Arquivo Histórico do Exército Argentino – Leg. nº 1973]. O irmão Emigdio, como noticiado, também foi tenente cirurgião no Brasil. Igualmente radicaram-se na Argentina as oito netas de Juana Dominga, casada com Pablo Cachaniga ou Caccianiga, as quais eram filhas de Mercedes. [APERGS – 1898. Inventário nº 471, Maço 17, Estante 114].

Antonio Bonorino faleceu em 1875, em Cruz Alta, onde residia. Comerciante, possuía estoque de mercadorias também em Itaqui, dentre as quais se observa a existência de erva-mate. [Idem APERGS – 1875. Inventário nº 185].

Braccini, Humberto. Nasceu no Uruguai, filho do italiano José Pecaro Braccini que aportou em Montevideu juntamente com um irmão, por volta das duas últimas décadas do século 19. Estabeleceu-se no Salto/ROU. Humberto Braccini desejava expandir a atividade pecuária no chaco argentino ou no pantanal mato-grossense. Não seguiu em direção a esses dois locais face à perda do valor do dinheiro que possuía, a libra esterlina, que se desvalorizava à medida que aumentava o distanciamento da linha da fronteira sul brasileira.

[Entrevista de J.H. Neimayer Braccini, 60, bisneto, zootecnista e co-gestor de grupo empresarial. Itaqui, em 02/03/2010].

Na época, a libra esterlina era a moeda corrente na linha da fronteira do rio Uruguai. Veja-se a narrativa de fato que evidencia essa realidade quanto à circulação e ao uso dessa moeda:

Quando se aproximava a época das liquidações das tropas compradas pelo Saladeiro aos invernadores, era comum assistir à chegada do vapor NETUNO, que singrava as águas do rio Uruguai desde Buenos Aires. O vapor conduzia uma carga um pouco estranha, dado que comumente vinha protegida de vários homens armados. O Netuno atracava ao trapiche do São Felipe e se iniciava a descarga: centenas de sacos de cotonina, contendo libras esterlinas destinado ao pagamento. A época, a libra era moeda corrente.

[COLVERO, B. Ronaldo & SERRES, Helenize S. *O Saladeiro São Felipe de Itaqui: 1910-1930*. Porto Alegre: Faith Ltda., 2009].

Ao alcançar a idade de 18 anos, Humberto Braccini obteve a maioridade e estabeleceu-se em Uruguaiana, dedicando-se à pecuária. Como filho de italiano, nada apreendeu da língua italiana. No Brasil só falava o espanhol: “[...] por todo o tempo que eu conheci ele, convivi com ele, que eu era o neto mais velho, ele só falava em espanhol.” Em casa com os familiares falava o português. Fazia “[...] questão [...]” em ser uruguaio. Era preso a alguns hábitos da cultura uruguaia de então. Para o jantar, “[...] não sentava na mesa se não estivesse de casaco e lenço, [...]”. Informou o bisneto entrevistado que um primo seu, residente no Brasil, obteve o reconhecimento da cidadania italiana”. [Idem entrevista de J.H. Neimayer Braccini].

Cacciatore, Alexandre. Chegou na América do Sul através do porto de Buenos Aires. Procedente de Viguzzolo, província de Alexandria, Piemonte. Filho dos italianos Luigi Cacciatore e Paola Rubini. Seu nome completo: Alessandro Giovanni Battista Rubini Cacciatore, nasceu em 25/05/1851. Casou-se com a italiana Maria Delfina Guerra Veronese, filha de Andrea Veronese e Giuseppa Guerra. [Entrevista de J. O. Ramos Sayago, bisneto, economista de órgão público, natural de Itaqui. Porto Alegre, em 1º/07/2010].

O casamento ocorreu em 15/10/1874, em Curuzú-Cuatiá, província argentina de Entre Rios, pouco antes de o casal deslocar-se em definitivo para o território brasileiro, Itaqui. Tiveram sete filhos: Oscar, Atílio, Arnold, Hugo, Paulina, Esther, Luiz [Chiquito]. [Idem entrevista de J. O. Ramos Sayago]. Antes de estabelecer-se em Itaqui, Alexandre Cacciatore residiu em Curuzú-Cuatiá, local onde alguns descendentes brasileiros buscaram documentos para formalizar processo de reconhecimento da cidadania italiana. [Entrevista de R. Cacciatore Silveira, bisneto, advogado. Itaqui, em 03/03/2010].

A entrevistada A. Brod Cacciatore lembrou que os imigrantes chegavam e permaneciam em Buenos Aires para depois procurar um lugar melhor para trabalhar, justamente o que ocorreu com Alexandre. Acrescentou que os próprios imigrante diziam que Buenos Aires era um local difícil para viver e que ouviam falar que a fronteira com o Brasil “[...] era um lugar bom pra criar, um lugar bom pra trabalhar, pra comércio, [...] todo mundo queria o Brasil [...].”

A entrevistada também recordou que existiu em Itaqui um lugar chamado a “[...] praça dos italianos [...]”, que procurou conhecer quando chegou nesta cidade em 1946, já que é natural do litoral do Rio Grande do Sul. Informou que essa “[...] praça [...]” naquele ano já não existia. [Entrevista de A. M. Brod Cacciatore, 70, viúva de Alexandre Cacciatore, neto do imigrante Alexandre Cacciatore, professora estadual aposentada; e de J. Luiz Cacciatore, bisneto do italiano Alexandre Cacciatore. Itaqui, em 09/12/2009].

Correlacionando, coluna de jornal publicou: “A área onde se encontram localizados o Castelão e a Escola São Patrício tinha a denominação oficial de Praça José Garibaldi, também conhecida por Praça dos Italianos”. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 25/05/1996].

A esposa de Alexandre chamava-se Delfina, também era italiana. Chegou menina em Buenos Aires. Falava o idioma espanhol. Por suas habilidades na arte da boa cozinha trabalhou para os ingleses no local da construção da ponte ferroviária sobre o rio Ibicuí,

trecho Uruguaiana-Itaqui, concluída em 1888. As atividades ocupacionais de Alexandre com os filhos evoluíram da feitura de pães e salames para instalação de uma grande casa de comércio, na área central da cidade de Itaqui, denominada Buon Marché, inclusive importava e vendia produtos europeus. Os filhos de Alexandre, quando se encontravam em reunião familiar, depois de adultos, jogavam truco, bocha, comiam polenta, massa e bebiam vinho. O vinho era indispensável, “[...] vinho até pras crianças [...] da barrica [...] pra tomar ao meio-dia”. Ouviam músicas italianas antigas e cantavam. [Idem entrevista de A. M. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore].

A. M. Brod Cacciatore recordou que os italianos participaram da construção de obras em Itaqui. Mencionou o hospital, a igreja, o Teatro Prezewoodowski e o Colégio Osvaldo Cruz. Este colégio contou com a participação direta do italiano Alexandre Cacciatore, tanto assim que anos mais tarde recebeu homenagem póstuma. Na ocasião, o italiano referido foi confundido com o neto de igual nome, esposo da entrevistada. Esta também informou sobre a alimentação que os italianos ingeriam, destacando haver consumo de muita carne, sobretudo de porco. Destacou:

De porco, porque criavam porco. É tudo aquela fartura [...] O milho eles plantavam, faziam a própria farinha, aquela coisa toda. A Dooona Delfina, a vó do meu esposo, foi cozinheira dos ingleses quando fizeram essa ponte do Ibicuí, aí. Essa ponte, que temos aí.

Alexandre apreciava cantar: “Era maçom, mas ele cantava no coral da igreja”. Observou a entrevistada que o mesmo colaborou na construção do Teatro Prezedowoski e do Colégio Osvaldo Cruz, entre outras instituições na cidade. [Idem entrevista de A. M. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore].

Pela Loja Maçônica Progresso Itaquiense, Alexandre também assinou diploma em nome do imigrante João Baptista Rossi, o qual na época, em 1884, tinha a idade de 36 anos. Tal ato comprova que nesse ano ambos se encontravam em Itaqui. [Diploma em nome de João Baptista emitido pela Loja Maçônica Progresso Itaquiense, em 16/06/1884].

A entrevistada A. M. Brod Cacciatore era casada com Alexandre Cacciatore, que tinha o mesmo nome do avô, imigrante italiano. Lembrou que o idioma de origem deixou de ser cultivado, até face o casamento de italianos com nacionais brasileiros que, por não a conhecerem, era motivo de desconfianças nos relacionamentos pessoais. Ressalta a falta de interesse dos descendentes em aprendê-la, taxativamente diz “[...] já saiu tudo fora da raça, [...]”. [Idem entrevista de A. M. Brod Cacciatore e J. Luiz Cacciatore].

O nome completo de Alexandre Cacciatore era Alessandro Giovanni Baptista Rubini Cacciatore. Foi comerciante em Itaqui e líder {venerável mestre} na Loja Maçônica Filantropia e Progresso Itaquiense. Deixou parentes na Argentina e um deles, de sobrenome Cacciatore, foi prefeito de Buenos Aires. [Idem entrevista de J. O. Ramos Sayago].

Em 1887, Alexandre foi um dos fundadores da Sociedade Italiana. No estatuto desta, editado em 1920, consta seu nome, Cacciatore Alessandro, na função de presidente da entidade nesse ano e também consta seu nome na lista dos sócios honorários da sociedade. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Nesse mesmo ano Alexandre Cacciatore compareceu em juízo e desempenhou a função de terceira testemunha da inventariante Maria Graci Rossi, ou Marianna Graci Rossi, viúva – fl. 4 dos autos de tutela provisória de filho menor, em apenso ao inventário. Aí consta que Alexandre tinha “[...] 37 anos, natural da Itália, casado, comerciante, residente em Itaqui”. A função de segunda testemunha foi desempenhada por outro italiano, Paulo Ruffoni, fl. 3: “Paulo Ruffoni, 45 anos, natural da Itália, viúvo, comerciante, residente em Itaqui”. Ambos firmaram, de próprio punho, esses documentos. [APERGS – 1887. Inventário nº 396, Maço 14, Estante 114].

No inventário do súdito italiano Santiago de Ângelo, falecido em Itaqui em 1887, sem familiares no Brasil, pelo Juízo representado por Emigdio Bonorino, foi nomeado depositário dos bens do falecido, conforme consta na folha 9-verso dos respectivos autos. [APERGS – 1887. Inventário nº 101, Maço 14, Estante 114].

O italiano Alexandre Cacciatore foi proprietário de campo. Consta no arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul processo de medição de terras no qual é confinante de imóvel rural com Amâncio Machado Palmeiro na sesmária Tuparahy, onde há um mapa da área rural propriedade de Alexandre Cacciatore. [APERGS – Ano 1900, Autos de medição de terras nº 287, Maço 11, Estante 115].

Cademartori, Augusto César. Natural de Rapallo, na Ligúria. Nasceu em 20/11/1819 e foi batizado na Parrocchia San Gervasio e Protasio. Era filho de Ambrogio Cademartori e Nicoletta Vassalo. Nome de batismo: Agostino Cademartori. No Brasil passou a usar o nome de Augusto Cesar. Casou-se em Uruguaiana com Maria Luiza Pereira, com quem teve os filhos: Tito, Augusto, Dante, Francisco, Geminiana, Antonio e Luiza. [M. S. Cademartori de Moura Jardim, trisneta, arquiteta, residente na capital do Estado. Porto Alegre, em 17/4/2011]. Teria chegado na América do Sul pelo porto de Montevideú. Em Uruguaiana e Itaqui há descendência até hoje. A entrevistada M. C. Cademartori de Moura informou que providenciava a documentação necessária para o reconhecimento da cidadania italiana pela vertente Cademartori. [Entrevista de M.L. Cademartori Aramburu, 78, viúva; e M.C. Cademartori de Moura, 75, viúva, residente em Porto Alegre – as depoentes são irmãs, bisnetas de Augusto César Cademartori. Itaqui, em 08/11/2009].

Caffarate, Ângelo. Natural de Gênova. Aportou em Buenos Aires. Como operário trabalhou na construção da ponte ferroviária sobre o rio Ibicuí, situada entre Itaqui e Uruguaiana, concluída em 1888. Os descendentes entrevistados recordaram de um filho de Ângelo de nome Caitano Caffarate, que frequentou colégios especiais para surdos-mudos em Buenos Aires, encaminhado através de parentes de sobrenome Caffarate lá residentes quando visitaram Ângelo no Brasil. [Entrevista de A. Ardais, 96, genro; C. Caffarate Ortigara, neta, servidora pública federal aposentada e A. Caffarate, 60, bancário aposentado – residente em Santa Maria, RS. Itaqui, em 12/03/2010].

Depois, o filho Caitano trabalhou no Saladeiro São Felipe no município de Itaquí, na função de motorista. Destacou-se pelas suas habilidades pessoais e inteligência acentuada, superando suas dificuldades congênitas. Desempenhou muito bem várias atividades como serviços de mecânica, eletricidade, hidráulica. Foi padeiro exímio, seus pães ficaram conhecidíssimos. [Idem entrevista de Entrevista de A. Ardais, C. Caffarate Ortigara e A. Caffarate].

Em idade avançada, Ângelo Caffarate também buscou assistência médica em Buenos Aires: “O meu avô tinha parentes em Buenos Aires [...] quando ele adoeceu a minha avó foi até Buenos Aires com ele, segundo a minha mãe contava, [...]”.

Sobre a sociedade italiana, a entrevistada Catarina assim se manifestou: “Dessa sociedade o que eu vejo é no cemitério, viu. Lá tem um túmulo grande, [...]”. Ângelo faleceu de infarto e foi sepultado no túmulo coletivo da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense. [Idem entrevista de A. Ardais, C. Caffarate Ortigara e A. Caffarate].

O italiano Ângelo Caffarate é contemporâneo do imigrante Ítalo Drago, que também trabalhou na construção da ponte ferroviária no rio Ibicuí, na função de chefe dos ferreiros. O jornalista Natálio Herrlein no seu trabalho em referência, escreveu três artigos sob o título de *História das pontes em Uruguaiana* – pontes no rio Quaraí, no rio Uruguai e no rio Ibicuí. Deixou registrado que havia três turmas de trabalhadores na construção do ramal ferroviário Uruguaiana-Itaquí, sendo que uma trabalhava na terraplanagem e na ponte propriamente sobre o rio Ibicuí. E as duas outras, nos trechos Uruguaiana-Ibicuí e Ibicuí-Itaquí. Esse ramal ferroviário e a ponte mencionada foram concluídos no ano de 1888. Pela narrativa dos descendentes aqui registrada, certamente Ângelo Caffarate e Ítalo Drago faziam parte da turma que trabalhava na ponte sobre o rio Ibicuí. [HERRLEIN, Natálio. *Uruguaiana, “Querência” das Trindades* – história das três pontes em Uruguaiana e outros enfoques. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 2006, p. 100].

Chiarelli, Matteu. Natural de Lauria, Basilicata. Chegou na América do Sul por volta de 1911. Desembarcou no porto de Buenos Aires e deslocou-se para Montevidéu, onde já se encontravam alguns dos seus irmãos. Era o mais jovem dos irmãos. Foi posto em um navio pela sua mãe e encaminhado para a América do Sul. Depois de residir em Montevidéu, por volta de 1917 mudou-se para Uruguaiana a fim de trabalhar na profissão de ourives para o Banco do Brasil. Consorciou-se com italiana membro da família Ricciardi, que também chegou na América do Sul pelo Prata. [Entrevista de C. Chiarelli Mascia, 34, bisneto, advogado e comerciante. Uruguaiana, em 29/04/2010].

Em 1923, Matteu estabeleceu-se em Uruguaiana com joalheria própria, ramo de atividade que prosseguiu com o filho Cézar Augusto Ricciardi Chiarelli e depois com a neta Maria Cristina Chiarelli Mascia, mãe do entrevistado. A joalheria inaugurada por Matteu Chiarelli esteve ativa ao longo de noventa e três anos e chamava-se Relojoaria e Óptica Chiarelli. Matteu é o genitor do ex-senador sul-rio-grandense Carlos Augusto Gomes Chiarelli. Este, e outros descendentes, obtiveram o reconhecimento da cidadania italiana. [Idem entrevista de C. Chiarelli Mascia].

O filho mais velho de Matteo, Cézar Augusto Ricciardi Chiarelli, juntamente com outros filhos de italianos como Santiago Belline e Alfano Gennaro, quando na presidência da Sociedade Italiana, dirigiu a assembléia que decidiu a mudança da denominação da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Unione e Beneficienza para Sociedade Ítalo-Brasileira José Garibaldi: “Não tinha mais italianos, era só filhos de italianos. [...] Voltou a sociedade a funcionar.” [Idem entrevista de G. Alfano].

Em 1968, em razão de muitos descendentes dos associados da Sociedade já serem brasileiros, esta passou a denominar-se Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi. [FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 76].

Cocolichio, Luiz. Italiano de Melfi, província de Potenza, Basilicata. Sapateiro. Aportou em Buenos Aires. Foi o único de onze irmãos que emigrou para o Brasil. Os dez outros permaneceram na Itália e depois emigraram para a França, onde há muitos descendentes, que atualmente são professores em universidades francesas. [Entrevista de E. Palma Cocolichio, 74, neto, economista aposentado, natural de Itaquí e residente na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, em 18/06/2010].

O neto entrevistado ressaltou: “[...] o importante é que, quando o meu avô veio ao Brasil, ele trouxe na bagagem uma profissão, que era a profissão de sapateiro. [...] essa profissão ele passou para [...] os filhos, que também foram sapateiros.”

Com o italiano Luiz Cocolichio vieram várias famílias que se estabeleceram na cidade de Itaquí. O entrevistado Palma Cocolichio informou: “[...] com o Luiz Cocolichio veio a [...] a família Mandadori, [...] que se radicaram na cidade de Itaquí”. Antes de se estabelecer em Itaquí, Luiz esteve no Paraguai, local onde encontrou sua esposa, de origem indígena. Teve onze filhos. Faleceu com 96 anos, e a esposa com 105 anos. [Idem entrevista de E. Palma Cocolichio].

O imigrante Luiz é a personagem que nas passeatas cívicas que percorriam as ruas Quinze de Novembro e Sete de Setembro em Itaquí, ia na frente do cortejo espocando fogos “[...] com o Cocolichio à frente, rojões e foguetes, [...]” conforme escreveu Manoelito de Ornellas. [ORNELLAS, Manoelito de. *Terra Xucra*. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 39].

E. Palma Cocolichio, saiu da sua terra, Itaquí, com onze anos. Narrou mais:

[...] quando eu saí de Itaquí, há mais de cinquenta anos, a minha mãe disse: “Tu só tem um caminho a seguir, que é o estudar e ao mesmo tempo tu terá de ter uma sorte, porque se tu tiver sorte e estudar, tu poderá galgar determinadas posições”. Eu saí de Itaquí com o primário. Com o curso primário. Posteriormente eu fui à Uruguaiana, aonde eu fiz o segundo grau. E, mais tarde, técnico em contabilidade, a faculdade de Economia, curso de formação de professor na URS. Galguei diferentes posições no Estado como economista e ajudei implantar uma refinaria Alberto Pasqualini no Rio Grande do Sul. E mais tarde vim desempenhar uma função de chefe do setor administrativo ou diretor administrativo da Petrobrás, ocupando o cargo de assessor-chefe de relações públicas no Brasil e no Exterior. Hoje, aposentado

como economista da Petrobrás, no cargo de “Senior 4”. É o maior cargo que um funcionário, um técnico, poderá galgar dentro da Petrobrás”.

Contursi, Antonio. Procedente de Nocera Inferiore, província de Salerno, Campânia. Aportou em Buenos Aires com a esposa e os filhos Carlos e Antonio. Depois se mudaram para Porto Alegre, onde montaram uma marcenaria. A filha Joana nasceu em Buenos Aires e tinha cidadania argentina. Os filhos Carlos e Antonio voltaram à capital portenha e durante algum tempo trabalharam numa firma “[...] muito importante que se chamava Gate e Chaves”. Depois trocaram, definitivamente, a residência de Buenos Aires para Porto Alegre. [Entrevista de A. Contursi, 76, neto de Antonio Contursi, empresário; B. Contursi, 54, bisneto de Antonio Contursi, empresário e político – ex-prefeito de Itaquí. Itaquí, em 03/03/2010].

Nessa etapa dos acontecimentos, Antonio Contursi, pai, resolveu trabalhar como empresário de companhias teatrais, o que originou “[...] vinda e a futura residência dele aqui em Itaquí, lá pelo ano de 1927 ou 1928 [...]”, onde o filho Antonio também estabeleceu residência e constituiu família. Descendentes do imigrante Antonio Contursi e sobrinhos do entrevistado A. Contursi, requereram o reconhecimento da cidadania italiana. [Idem entrevista de A. Contursi e B. Contursi].

Na época da imigração de Antonio Contursi para a Argentina, “[...] junto vieram [...] dois ramos da família Contursi que eram radicados lá em [...] Nocera Inferiore”. A respeito das relações familiares posteriores, disse o entrevistado A. Contursi que:

[...] há ligação estreita entre dois grupos Contursi [...] que se estabeleceu: uma afinidade [...] um relacionamento familiar [...] com José Contursi, que [...] é autor de letras de músicas de tango argentino. Com o mais velho [...] Paschoal Contursi, com esse eu nunca consegui estabelecer um relacionamento familiar. [...] Inclusive ele visitou o Brasil, esteve em Porto Alegre, esteve no Rio de Janeiro e manteve contato com um irmão meu já falecido, Nélio Contursi.

Os familiares mencionados por A. Contursi, letristas de tango na Argentina, constam na obra *El tango y sus protagonistas*. [ROMAY, Hector. *El tango y sus protagonistas*. Buenos Aires: Bureau Editor S.A., 2004, p. 96].

Registros jornalísticos informam: “Em 1º de agosto de 1938 os senhores Antonio Contursi e Sully Silva arrendavam o Theatro Prezewodowski por 400 mil réis mensais, época também em que funcionava ali o Cine Elite”. [J. Rossi Nery, Jornal A Verdade, de 01/07/1996].

Em 1938, a empresa Contursi & Cia., proprietária do Cine Elite em Itaqui, fechou contrato com distribuidoras de filmes, como a Warner Fox e a Broadway. Algumas produções entre os filmes contratados e projetados: *Piccolino*, *Nas águas da esquadra*, *A parisiense*, *Rytmo louco*, *Cantemos outra vez*, *Vivo sonhando*, *Sétimo céu*, *Quem bem ama*, *Idyllo cigano*, *Caminho da glória*, *Ramona*, *Loyds de Londres*, *Cain e Mabel*, *Carga da brigada ligeira*. [J. Rossi Nery, Jornal A Verdade, de 06/01/1996].

Cremonetti, Vicente. Natural da Sicília. Aportou em Buenos Aires. Estabeleceu-se em Itaqui, comerciante. Casou-se com Maria de Souza. [Depoimento de O. Cremonetti, 79, neta, freira da Congregação Coração de Jesus. Itaqui, em 06/11/2009].

Urbano Lago Vilella, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana escreveu na sua obra *Uruguaiana Atalaia da Pátria*, um capítulo intitulado “Dados sobre Itaqui e São Borja”. Começa o Capítulo 11 da obra em referência dizendo: “Como lembrança social daremos a seguir o nome das pessoas mais representativas na época da invasão paraguaia até 1900 [...]”.

Dentre os nomes que Vilella relembra, todos oriundos, encontram-se Alexandre Cacciatore, Bernardo Piffero, Emydio Bonorino, João Schenini, José Maria Fontella, Pascoal Bonetti, Salvador Degrazia e Vicente Cremonete. [VILLELA, Urbano Lago. *Uruguaiana – atalaia da Pátria*. Canoas: Editora La Salle, 1971, p. 286 e 287].

Oriundos, ou *oriundi*, é termo designativo das pessoas com origem italiana, nascidas fora da Itália, tenham ou não obtido o reconhecimento da cidadania italiana. [BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 91].

Deferrari, Antonio. O imigrante referido era filho dos italianos Miguel de Ferrari e de Antonia Molinari. Depois do falecimento de Miguel, Antonio desacertou-se com o irmão mais velho, co-proprietário de uma leitaria no território italiano. Decidiu fugir do irmão para a América do Sul, também para se escapar do serviço militar italiano. Aportou em Montevideú, casou-se no Uruguai com Joaquina Mazuhy, de origem italiana e ficaram residindo em Artigas. [Entrevista de S. Deferrari, 45, neto, micro-empresário da área moveleira. Uruguaiana, em 24/02/2010].

Antonio Deferrari adentrou o território brasileiro por Quaraí, RS, e passou a residir no 3º sub distrito deste município onde, em 1912, nasceu o filho Ulysses Deferrari. [Certidão de Óbito do Registro Cível de Quaraí, RS]. Antes de radicar-se definitivamente em Uruguaiana, onde faleceu, Antonio tentou a sorte em São Francisco de Assis e Santiago, RS. [Idem entrevista de S. Deferrari].

Degrazia, Antonio e a esposa Maria Felicia Riso. Calabreses. Aportaram em Buenos Aires, juntamente com dois outros irmãos Degrazia. Como muitos dos italianos chegados em Itaqui, não foram bem aceitos pela sociedade dominante na época centrada nos estancieiros, “[...] os donos da cidade e da área da fronteira oeste do Rio Grande do Sul [...]”, no dizer do bisneto entrevistado. Receberam uma certa repulsa e foram “[...] mal observados”. Foram classificados como “[...] gente da horta [...]” e eram apelidados ou chamados de “[...] tomateiros [...]”, por plantarem e venderem tomates, e verduras.

[Entrevista de M. A. Degrazia Barbosa, 69, bisneto, jornalista e advogado. Itaqui, em 09/03/2010].

O italiano Antonio Degrazia encaminhou seus filhos para cursos de nível superior, apesar de todas as dificuldades da época. O filho Roque Degrazia foi e é caso exemplar. Saiu de Itaqui para a Faculdade de Medicina da Bahia. [Idem entrevista de M. A. Degrazia Barbosa]. Formou-se médico, especializou-se na França e tornou-se conceituado profissional na sua comunidade de origem, além de político – foi três vezes prefeito de Itaqui e deputado estadual na legislatura de 1935. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 23/07/1994 e 26/07/1996].

Geração posterior de Antonio Degrazia, constituída por 84 netos de Roque, seguiu a mesma trilha: “[...] nós éramos oitenta e quatro netos, eu sou o mais velho dessa família. Se tem dois que não tenham cursado faculdade, é muito [...]”. M. A. Degrazia Barbosa acrescentou a respeito da busca do conhecimento: “Isso era uma obsessão, daquele que não tem recurso e que luta pra ser alguém. Esse alguém significa um diploma. Esse é o reconhecimento maior. [...] Eu fui assim! E herdei isso deles, dos meus antepassados”.

Gilda Degrazia Saadi informa que o avô Antonio Degrazia era um tocador de realejo vindo da Itália. Até o ano de 1908, foi sócio do irmão Salvador Degrazia na empresa denominada S. Degrazia & Irmãos, fundada em 1890. Localizada em Itaqui, essa empresa importava artigos de países europeus como a Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e países do Prata. [SANTOS, Paulo Corrêa dos. *Agenda 150*. Itaqui: Novigraf, 2008, p. 52].

No corpo do Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquiense, editado em 1920, constam os nomes de Antonio Degrazia, Salvatore Degrazia e Dr. Rocco Degrazia no elenco dos sócios efetivos da entidade. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Em 1922, Antonio Degrazia detinha a posse da Estância São Roque. No ano seguinte, para fins de cálculo do imposto de pecuária, declara possuir entre outros bens, 1.100

vacas e 16 quadras de sesmaria nas localidades conhecidas por Cambaí e Tigre, no município de Itaqui. [SANTOS, 2008, op. cit., p. 29].

Um dos irmãos de Antonio Degrazia chamava-se Salvador Degrazia, natural de Colvello, na Basilicata, que também deixou descendentes em Itaqui. [Entrevista de E. Mondadori, 94, sobrinha-neta de Antonio Degrazia; e de R. Alves Filho, médico, sobrinho-bisneto. Itaqui, em 03/06/2010.] Foi um dos fundadores da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, fundada em 05/06/1887. Na sinopse histórica do estatuto dessa entidade, consta seu nome dentre outros fundadores e em 1920 era sócio efetivo da mesma. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Salvador Degrazia era sogro de Atílio Mondadori. [Idem, entrevista de E. Mondadori e R. Alves Filho.] Eram co-proprietários e sócios das fazendas de criação Santa Mathilde, Puytan e Santa Victória, no município de Itaqui. Essas fazendas perfaziam a extensão de 14.506 hectares de terras de campo e matos, povoadas com cerca de 12 mil cabeças de bovinos, ovinos e equinos, sob a denominação de S. Degrazia & Cia. [COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922, p. 318].

Depedrine, Primo. Filho de Giovanni Depredrini e Orsola Martellete, natural da Lombardia, nasceu próximo ao lago de Como. Aportou em Montevideu na última década do Séc. 19. Permaneceu no Uruguai por alguns anos e, em 1897, mudou-se para o município de Uruguaiana, para o lugar denominado Lagoa Bonita. Com algumas economias que trazia da Itália, acrescidas do que havia conseguido com seu trabalho no Uruguai, aí se estabeleceu com armazém de secos e molhados. [FONTTES, Carlos; e FANTI, Daniel. *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*. Santa Maria: Gráfica Pallofi, 2008, p. 29].

Segundo os autores referenciados, tornou-se conhecido por aplicar a Homeopatia no tratamento de certas doenças e adquiriu terras na localidade, onde começou com a criação

de gado. Da sua união com a jovem Rosa Lemes Araizó, teve quatro filhos: Rosa [que faleceu ao nascer], Luzia, Cecília e Afonso.

Em 1936, Primo Depedrini decidiu residir na cidade de Uruguaiana e comprou uma casa localizada na rua Domingos de Almeida. Relacionava-se muito bem com os seus compatriotas que também vieram da Itália. Na sua casa muitos deles eram recebidos, citando-se aqui Fellipe Mandarino e Humberto Braccini, também mencionados neste texto dissertativo em entrevistas com descendentes dos mesmos.

Depedrini faleceu em 29 de janeiro de 1948, com 76 anos. [FONTTES e FANTI, 2008, op. cit., p . 29].

Dellamora, Carlo. Procedente de Cavaglio Spoccia, localidade junto ao lago Maggiore, norte da Itália. No Brasil, casou-se com Adelaide Archetti. Informação familiar diz que Carlo instalou-se em Itaquí e que prosseguiu exercendo a mesma atividade dos seus ancestrais, construção de moradias, profissão seguida pelas gerações posteriores. [Entrevista de I. Dellamora Filho, bisneto, empresário da construção civil. Itaquí, em 14/11/2009]. Em 1873, já se encontrava em Itaquí, conforme recibo que passou no inventário de Alexandro Lombardo. Vide capítulo 2, onde registrado que Carlo Dellamora é parte e pertence à imigração precoce, anterior a 1875. O bisneto entrevistado informou que por curiosidade efetuou ligação telefônica para Cavaglio Spozia e disse, referindo-se à dificuldade com o idioma italiano: “[...] com a dificuldade de eu entender [...] falei com pessoas Dellamora de lá [...]”.

Nos autos de inventário do italiano Alexandre Lombardo ocorrido em 1873, em Itaquí, o conteúdo na folha 18 é um recibo de dinheiro passado por Carlo Dellamora “[...] por quinze dias de assistência al enfermo Alejandro Lombardo”. Assina seu nome, Carlo Dellamora. A folha 19 é um recibo passado e firmado por Santiago Arcetti, num misto de língua espanhola e italiana. [APERGS – Ano 1873, Autos nº 3, Maço 1, Estante 115]. Nos autos de inventário de Ambrósio Dellamora, no qual é inventariante Dorothea Dellamora,

ocorrido em 1897, em Itaqui, juntamente com Francisco Dellamora e Carlo Dellamora comparecem na qualificação de herdeiros. [APERGS – Ano 1897, Autos nº 462, Maço 17, Estante 117].

No corpo do Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquiense, editado em 1920, consta, Dellamora Francesco no elenco dos associados efetivos da entidade. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Dondo, Magdalena. Chegou com seus familiares na América do Sul pelo porto de Montevideú. Eram naturais de Vincenza. Depois se deslocaram para Santana do Livramento e daí para o Alto Uruguai – Porto Lucena, Porto Mauá, RS – onde contraiu núpcias com José Sabino, de origem portuguesa. [Entrevista de M. Robalo Guimarães, neto, advogado. São Borja, em 03/05/2010]. Posteriormente, o casal passou a residir em São Borja em época próxima a do nascimento do filho Sabino Guimarães, o que ocorreu em 23 de janeiro de 1892. [Certidão do Registro Cível em São Borja].

O filho Sabino não se assinava Dondo, que era o sobrenome da mãe. Nem mesmo o usava na atividade funcional pública de chefe da mesa de rendas federais que desempenhou em São Borja. O neto entrevistado recordou que na época era constrangedor informar a condição de imigrante italiano ou descendente. [Idem entrevista de M. Robalo Guimarães].

Drago, Ítalo. Italiano do norte – divisa com a antiga Iugoslávia. Desembarcou em Buenos Aires com 24 anos, onde morou algum tempo antes de mudar-se para o Brasil, primeiramente para Uruguaiana. Foi marinheiro durante oito anos, trabalhava nas caldeiras de navios mercantes transoceânicos. Ítalo Drago, filho de ferreiros na Itália, veio para a América do Sul com o irmão Carlo, que desembarcou em Santos. Ítalo trabalhou na construção das pontes ferroviárias sobre o rio Ibicuí no trecho da estrada de ferro Uruguaiana-Itaqui, sobre o

rio Cacequi e rio Icamaquã, na função de chefe da equipe de ferreiros nessas pontes. Depois foi piloto de vapor da empresa Barbará que fazia a linha regular de navegação no rio Uruguai entre Uruguaiana e São Borja: “[...] fazia esta linha até São Borja, quando o Uruguai tava a meia altura que podia cruzar na corredeira do Butuí, ali”. [Entrevista de F. N. Dornelles Drago, 68, bisneto, mecânico aposentado. São Borja, em 12/03/2010].

Ítalo teve dois filhos homens. Por influência do filho mais velho, chamado Carlos, mudou-se de Uruguaiana para São Borja, onde se estabeleceu com ferraria. Na sua oficina fazia desde ferradura de cavalos a todas as confecções de ferraria. Além da profissão de ferreiro, também exerceu a de armeiro. O filho Carlos Drago tornou-se empresário e, como comerciante, nas décadas de 1910 e 1920, vendeu os primeiros automóveis Ford que apareceram em São Borja, os quais vinham encaixotados e também vendeu gasolina, que vinha em latas. [Idem entrevista de F.N. Dornelles Drago].

O filho Carlos instalou dois cinemas em São Borja e uma olaria, com diversos empregados. Os tijolos eram fabricados na forma prensada e saiam com o carimbo da *Olaria Drago, São Borja*, e uma chave gravados em baixo relevo. Muitas das construções das primeiras décadas dos anos noventa como o prédio dos Correios e o asilo de pessoas com idade avançada, foram assentadas com tijolos dessa olaria em São Borja. Carlos tinha um círculo de relações ampliado, comprometido com atividades de *Lyons Club* e foi líder da maçonaria, na função de presidente de loja maçônica, em São Borja. Manteve relações e amizade com italianos residentes em Santo Thomé, República Argentina. [Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago].

O outro filho de Ítalo, que se chamava João Batista e avô do entrevistado, era guarda-aduaneiro em Uruguaiana. Foi morto numa emboscada armada por contrabandistas e deixou vários filhos menores. Uma das filhas ficou com uma madrinha em Livramento. O filho Arlindo Drago foi residir com um padrinho em Monte Caseros, província de Entre Rios. Depois incorporou na marinha argentina e aposentou-se nessa organização. Sempre manteve contato com os parentes em São Borja. Tem descendentes em Mar del Plata e Buenos Aires.

Três outros filhos de João Batista foram levados pelo tio Carlos, para São Borja, que assumiu a criação dos sobrinhos. Dentre os mesmos encontrava-se o pai do entrevistado, o qual chamava-se José Nelson Drago, alcunha Zeze no seu tempo de garoto. Anos depois, vivenciou episódio que tem relação com o conhecimento da língua italiana. Nelson, a exemplo do seu tio Carlos, também foi maçom. [Idem entrevista de F.N. Dornelles Drago].

Em fins da década 1950, estava sendo demolida a antiga igreja de pedra de São Borja. Compareceu na cidade um padre italiano em busca de suposto tesouro em subterrâneo do tempo dos jesuítas. Esse religioso precisava descobrir onde era a entrada desse caminho sob o piso da igreja. E Zezé sabia onde o local exato da entrada e, por esforço próprio, conhecia a língua italiana. Alguém lembrou: “Oh, o Zezé foi sacristão!”. O padre procurou ouvir José Nelson Drago através de um intérprete. José Nelson dispensou o intermediário e conversou diretamente com o sacerdote e sua comitiva. Mas a língua italiana em São Borja, onde a presença de italianos era escassa: “[...] não era cultivada”. [Idem entrevista de F.N. Dornelles Drago].

Os irmãos Carlo e Ítalo, que viajaram juntos da Itália para a América do Sul nunca mais avistaram-se. Carlo radicou-se no Estado de São Paulo e lá construiu família e a sua descendência. Ítalo escolheu ir para Buenos Aires porque achava que esta cidade se parecia com as capitais européias que conhecia. Mas radicou-se definitivamente em São Borja. Os irmãos perderam o contato um com o outro.

Os descendentes de ambos, paulistas e sul-rio-grandenses, acabaram se descobrindo muitos anos depois através de bisneta de Ítalo, Brenda Drago da Costa, natural de São Borja e médica do Hospital de Clínicas de São Paulo, que faleceu aos 74 anos, como narra o depoente F. N. Dornelles Drago: “Então ela [...] se encontrou com outros médicos no próprio hospital, Drago. [...] daí uns dias convidaram ela pra um festança, um encontro de Drago”. [Idem entrevista de F. N. Dornelles Drago].

Flain, Ângela Bruzzoni. Italiana, nascida em 10/12/1892. Inicialmente, radicou-se no Salto, esposa de Celestino Petrine. Depois o casal deslocou-se para Itaqui. Foi proprietária de hotel localizado nas imediações da estação da Viação Férrea em Itaqui. [Entrevista de A.C. Flain Petrine, filho, advogado e agropecuarista. Itaqui, em 05/03/2010].

Fossari, Domingos e José. Domingos e José eram irmãos, filhos de Rosário Fossari e de Grazia de La Robre, também chamada Rosária Macri. Naturais de Polistena, Calábria. [L. Fossari, 55, professor estadual aposentado, neto de Domingos. P. Alegre, 22/04/2011]. Domingos saiu da Itália com dezessete anos e foi para casa de três irmãs que emigraram para Washington, uma das quais casada com um engenheiro norte-americano. Lá residiu durante 4 anos, trabalhando durante o dia e estudando inglês a noite, língua que veio a falar fluentemente.

Domingos Fossari foi chamado em Buenos Aires por parente do lado La Robre, que trabalhava na área de engenharia e arquitetura na construção do Teatro Colon. E também passou a trabalhar nessa obra. [Entrevista de J. César Fossari, 80, filho, representante comercial aposentado. Itaqui, em 08/11/2009]. Para estabelecimento do referencial tempo em relação à chegada de Domingos em Itaqui, a construção do citado teatro teve início em 1889 e a conclusão em 1908. [Fonte: <http://www.quetalviajar.com/destinos-de-viagem/argentina/teatros-em-buenos-aires.htm>. Acesso em 01/04/2011].

Domingos saiu várias vezes de Buenos Aires para visitar seus irmãos José e Francisco radicados em Itaqui. Depois também estabeleceu-se nesta cidade, realizando trabalhos de construção civil: “Era uma mão certa, em matéria de colher, [...] Ele fazia de tudo. Fazia esses banheiros de gado, essas cosas, tudo”. Aí casou-se com Franciana Sotell Dias e tiveram dez filhos, dentre os quais citamos: Rosário, Onfale, Paulo, Marina, Bebeta, Romano, Teresa, Júlio.

Domingos pouco conversava com os filhos brasileiros sobre a Itália e da língua italiana nada ensinou aos mesmos. Pelo lado familiar da sua avó materna, havia muitos eclesiásticos na hierarquia da igreja católica na Itália, de padre a cardeal. Depois de casado em Itaquí deixou de ir a Buenos Aires, contrariamente ao seu irmão José Fossari que sempre estava na capital argentina em razão de negócios: “Trazia coisas pra vende [...] ele tinha uma lancha marítima muito linda, muito boa”. [Idem entrevista de J. César Fossari].

José Fossari foi batizado em 22/06/1871, segundo a certidão respectiva – “[...] fede di battesimo”. Casou-se duas vezes. Do primeiro matrimônio teve três filhas. Realizou o segundo casamento em Alvear, cidade argentina fronteira a Itaquí, ampliando o número de filhos: “Veio bastante hooomme [...] veio uma mulher, a Rosa [...] foram pra Buenos Aires [...]”. O filho mais novo de José, de nome Ramão, passou a residir no Rio de Janeiro. [Idem entrevista de J. César Fossari].

Quando Domingos Fossari faleceu, foi sepultado no túmulo da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, depois transladado para túmulo particular da família, construído pelo filho entrevistado. Este recorda que o número de italianos em Itaquí era grande e lembra o nome de vários, todos falecidos. [Idem entrevista de J. César Fossari].

Os italianos em Itaquí “[...] tinham um barco que eles enchiam de italiano e iam ali pró Silvestre, pra festa que eles faziam dos italianos no Silvestre”. Refere-se ao Passo do Silvestre no rio Ibicuí, onde há uma praia de muita areia branca. [Idem entrevista de J. César Fossari].

No corpo do Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, editado em 1920, o nome dos irmãos Domingos e José Fossari, Domenico e Giuseppe Fossari,

constam no elenco dos sócios efetivos da entidade. [Idem *Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquense*].

Fresinghelli, Gualtiero. Chegou na América do Sul por Buenos Aires, com mais dois irmãos, Marcilino e Inaltiero Fresinghelli. Estabeleceram-se em Itaquí. O irmão Marcilino retornou para a Argentina, do qual os irmãos no Brasil nunca mais tiveram notícias. Gualtiero trabalhou na construção civil em Itaquí. [Entrevista de T. Fresinghell, 66, neta, aposentada. Itaquí, em 07/08/2010]. Nasceu em 1878, em Trento, então Império da Áustria. Filho de Joseph Fresinghelli e Luiza Gulvagni Fresinghelli. Casou-se em Itaquí, com 33 anos, com Maria Theresa Gentil. [Registro Civil de Itaquí, Certidão de Casamento em 15/04/1911].

Gualtiero Fresinghelli transmitiu aos filhos algumas noções da língua italiana, as quais chegaram até os netos mais velhos. A neta entrevistada não alcançou essa época. O imigrante referido mudou-se da sede do município para a área rural, onde passou a residir e a construir banheiros para o gado vacum, inovação que chegava às fazendas de criação na fronteira com Uruguai e a Argentina. [Idem entrevista de T. Fresinghell].

No inventário do italiano Antonio Brambilla, natural da província de Como no Reino da Itália e que residia em Itaquí, onde faleceu em 05/08/1916, observa-se que Gualtiero Fresinghelli e sua esposa, firmaram com o inventariado, quando em vida, contrato de dívida com garantia hipotecária, com vencimento em 10/12/1916. [APERGS – 1916. Inventário nº 185, Maço 4, Estante 115].

Gottuzo, Carmem. Originária de Portofino, na Ligúria. Com quatro anos saiu da Itália com seus pais. Por volta de 1890, vieram para o Salto, ROU. Tiveram onze irmãos, sendo Carmem a quarta na ordem dos nascimentos e a última dos filhos nascidos em território italiano. Carmem possuía habilidades inatas para o desenho, Narrativa familiar também lembra que teve irmãos gêmeos e que seu pai mantinha anotamento escrito com o nome dos

filhos: “[...] quando morriam, ele riscava em cima. [...] E aquela cosa, [...] assim, um filho nascido em janeiro e outro em dezembro. Chama atenção esse lado”. [Entrevista de M. C. Moreira Kaspell, neta de Carmem Gotuzzo, professora estadual. Uruguaiana, em 30/04/2010].

Segundo a neta M. C. Moreira Kaspell, o pai de Carmem mudou-se do Salto para Pelotas com toda a família, atendendo chamado do irmão Gaetano, que já estava instalado naquela cidade. Gaetano Gotuzzo, também italiano, é o pai do pintor Leopoldo Gotuzzo, que nasceu em Pelotas e que pelo seu talento para a pintura foi encaminhado para estudar na Europa, tornando-se pintor de renome.

Em 1843, Santiago Prati e Gaetano Gotuzzo eram sócios-proprietários do Hotel Aliança, por eles fundado. Localizava-se na atual rua 15 de Novembro, ponto central da cidade de Pelotas. [Almanaque de Pelotas, 1924, p. 101]. Esse hotel foi um marco na história daquela cidade, em especial pelo trabalho da família Prati e Gotuzzo. Para referencial de tempo, em 1909, o pai de Leopoldo Gotuzzo o encaminhou para estudar na Europa. [DOS ANJOS, Marcos Hallal. *Italianos e a modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pesquisa eletrônica: www.ufpel.tche/ich/ndh/downloades/Marcos_Hallal_dos_Anjos_vol_05.pdf. – Acesso em 06/03/2011].

Entrevista realizada na sede da Sociedade Ítalo-brasileira, em Uruguaiana, momentos antes do início de aula de curso de língua italiana, na qual a entrevistada M.C. Moreira Kaspel participava como aluna.

Guglielmi, João Maria e Antonio. João Maria era pai de Antonio. Italianos de Crana, Piemonte. João Maria era bisavô materno do escritor Manoelito de Ornellas. [APERGS – 1878. Inventário nº 300, Maço 10, Estante 114]. Este escreveu na obra Terra Xucra que o seu avô Antonio Guglielmi algumas vezes o conduziu até a Sociedade Italiana Itaquense e que a família Guglielmi chegou na América do Sul pela Argentina.

[ORNELLAS, Manoelito de. *Os italianos do Itaqui*. “In” Terra Xucra. Porto Alegre: Sulina, 1969 – p. 39].

Através de informações nos autos do seu inventário no arquivo público do Rio Grande do Sul, João Maria Guglielmi faleceu em Itaqui em 28/05/1878. Era pai de quatro filhos homens e uma filha mulher. O filho Antonio foi o seu inventariante e na época tinha 31 anos. Os outros filhos eram: João Batista Guglielmi, residia em São Sepé, RS; Santiago Guglielmi e João Carlos Guglielmi, respectivamente com 28 e 23 anos, residentes em Itaqui.

A filha, Josepha Guglielmi, já era falecida quando faleceu João Maria. A mesma residia na Itália. Era casada com Miguel Angelo Giorge e deixou cinco filhos menores com o esposo, na localidade de Crana, Província de Novara, Piemonte. Josepha e o esposo residiram na mesma casa que pertenceu ao inventariado, tudo como declara Antonio Guglielmi e se observa nas peças do inventário referido. [Idem APERGS – 1878. Inventário nº 300].

Manoelito escreveu: “Nascera o Sr. Antonio Guglielmi em Piemonte, numa cidade do norte da Itália”. Profissão: marceneiro, e registrou: “Trabalhava no torno como ninguém na vida. Era um artista”. [ORNELLAS, 1969 op. cit., p. 42]. Sabe-se agora, pela descoberta que realizamos no mencionado inventário no arquivo público do Rio Grande do Sul, o local exato da origem João Maria Guglielmi e o nome dos seus descendentes imediatos.

Na fl. 20 do inventário mencionado, consta a profissão do filho Antonio Guglielmi, marceneiro, o que vem a convalidar o quanto escreveu Manoelito. Colhe-se outras informações: Marcelino Domingos Lacroix, atuou como auxiliar do Juízo na função de partidor e era de origem francesa, a mesma nacionalidade da esposa de Antonio Guglielmi, a qual chamava-se Joana Maria Irigoyen Mouguiart. [APERGS – 1878. Idem Inventário nº 300].

No inventário referido também se observa a participação de outras pessoas de origem ítalo e que são referenciados ao longo desta dissertação: Emigdio Bonorino, na função de juiz atuou na abertura dos autos e prolatou diversos despachos. E na folha 5, há uma

relação de “[...] Gastos do finado [...]”, na qual constam referências a “[...] J. Baptista Biasqui, Botica do Sr. Bonorino e Santiago Archetti”.

Lamarca, Alberto e Paschoal. Os irmãos Alberto e Paschoal residiram em Paisandu, ROU. Depois mudaram-se para Uruguaiana face informações de pessoas amigas nesta cidade e por outras razões. Marianna, filha de Paschoal e avó do entrevistado J. M. Gómez Faraco, em referência, nasceu em Uruguaiana. Mas a sua irmã mais velha nasceu no Uruguai e o irmão mais novo nasceu na Itália, face retorno de Paschoal Lamarca ao país de origem. Alguns anos mais tarde Paschoal Lamarca voltou para Uruguaiana e Marianna também voltou casada com cidadão italiano de sobrenome Faraco, daí Marianna Lamarca Faraco. [Entrevista de J.M. Gomez Faraco, bisneto de Paschoal Lamarca, engenheiro civil. Uruguaiana, em 29/09/2010].

Os irmãos Alberto e Paschoal eram naturais do sul da Itália, de Acqua Fredda. Chegaram em Uruguaiana em 1922. Alberto era casado com Josefina Paisano Lamarca e tiveram seis filhos. Alberto morou durante 45 anos na esquina da avenida Duque de Caxias com a rua General Hipólito, em prédio que mandou construir em 1935. “Como era de costume, na parte de cima da parede consta o monograma entrelaçado das letras “AL”, e o prédio foi construído pelo arquiteto italiano Ricciardi”, segundo entrevista-depoimento do seu filho Aurélio Lamarca à Daniel Fanti na referência a seguir. [FONTES e FANTI, 2008, op. cit., p. 139].

Os imigrantes Alberto e Paschoal têm parentes em Paissandu e em outros pontos da ROU. E a ligação com o sobrenome Faraco também tem origem em Acqua Fredda:

[...] sul da Itália [...] precisamente do povoado chamado Acqua Fredda. [...] Os Faraco, que me consta, informações familiares teriam chegado [...] no porto de Rio Grande [...] E vieram até Uruguaiana porque existia alguns, já, amigos que eram da mesma região.
[Idem entrevista de J.M. Gomez Faraco].

Landarini, Fidêncio. Filho de italianos oriundos de Veneza, chegados na América do Sul no ano de 1895, provavelmente. Teria nascido na travessia marítima da Itália para a América do Sul ou na chegada no porto em Montevideu, com registro de nascimento no Uruguai. Seus pais trabalharam em saladeiro uruguaio. Depois mudaram-se para o saladeiro São Felipe instalado no município de Itaqui, onde Fidêncio Ladarini veio a trabalhar. [Entrevista de J. H. Landarini Berro, neto, economista, administrador público. Itaqui, em 08/03/2010].

Fidêncio tinha um irmão que residia em La Cruz, Argentina. Também tinha parentes no Uruguai. Na localidade onde instalado o referido saladeiro, no município de Itaqui entre as cidades de Itaqui e Uruguaiana e na margem esquerda do rio Uruguai, em 1921 nasceu uma filha de Fidêncio, a mãe do entrevistado. [Idem entrevista de J. H. Landarini Berro].

Lunardini, João. Natural de Montefeltro, na região de Marche. Filho do italiano Homero Lunardini e da austríaca Maria Gaspari Lunardini. Aportou em Buenos Aires. Residiu na cidade de São Pedro, província de Buenos Aires, de onde mudou-se para Uruguaiana. Depois passou a residir em São Borja, onde faleceu. [Entrevista de T. Lunardini Pereira, 61, neta, professora estadual aposentada e presidente da Sociedade ítalo-brasileira José Garibaldi. Uruguaiana, em 29/04/2010]. O italiano João Lunardini nasceu em 1905 e faleceu em 1992, em São Borja. [Certidão de óbito no Registro Civil de São Borja].

A entrevistada T. Lunardini Pereira registrou que a língua italiana entre os naturais da Itália então existentes como o seu avô, ficou “[...] entre eles, eu sei que se comunicavam sempre em italiano [...]”. Como neta mais nova, não teve o privilégio de conviver com seu avô João Lunardini. Informou que primas suas obtiveram o reconhecimento da cidadania italiana, pelo direito de sangue.

Na ocasião da entrevista mencionada, T. Lunardini Pereira exercia a presidência da Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi em Uruguaiana, em substituição ao presidente titular Salvador Faraco, falecido anteriormente, há dois anos. [Idem entrevista de T. Lunardini Pereira].

Entrevista realizada na sede da Sociedade ítalo-brasileira, em Uruguaiana, momentos antes do início de aula de curso de língua italiana e na qual a depoente-entrevistada participava como aluna.

Malfussi, Fernando Francisco. Nasceu na Argentina, em 02/07/1905, filho do italiano Francisco Malfussi, de Roma, que aportou em Buenos Aires e na época, início dos anos noventa, uma irmã emigrou para os Estados Unidos. O italiano Fernando radicou-se em Yapeju, província de Corrientes, onde foi intendente. Casou-se com a argentina Zoila Gutierrez. Depois passou a residir na vizinha cidade de Alvear. [Entrevista de L. F. Franco Malfussi, neto, diretor da Rádio São Miguel, secretário da Sociedade ítalo-brasileira José Garibaldi. Uruguaiana, em 20/04/2010]. O filho Fernando Francisco Malfussi casou-se, em 1930, em Itaqui com a brasileira Conceição Corrêa Franco, pais do entrevistado L. F. Franco Malfussi. [Registro Civil de Casamentos em Itaqui, Casamento nr. 63, Livro de Casamentos nr. 9, folhas 83 a 85, em 29/09/1930].

L. F. Franco Malfussi recordou a presença de descendências italianas em Uruguaiana. Acrescentou que na vizinha Libres há uma sociedade italiana muito ativa e que a Sociedade Ítalo-brasileira José Garibaldi está “[...] hoje já retomando o acervo cultural [...] de tantos e tantos anos [...]”.

Mandarino, Felipe e sua esposa Teresa Brandi Mandarino eram de Lauria, na Basilicata. Deixaram a Itália já casados e vieram para a cidade do Salto, no Uruguai, onde

residiram por vários anos. Depois mudaram-se para Uruguaiana. Felipe inicialmente ocupou-se com a atividade de sapateiro e pertence ao grupo dos imigrantes provenientes de Lauria mencionados por Gennaro Alfano, também filho de italianos. [Entrevista de L. Brandi Mandarino, 81, filha. Uruguaiana, em 30/04/2010].

A respeito de naturais de Lauria em Uruguaiana, tem-se o depoimento de G. Alfano, filho de italianos em Uruguaiana, que diz: “[...] noventa e cinco por cento da colônia italiana em Uruguaiana é de [...] Lauria, na Basilicata. E quatro por cento são de Acqua Fredda. Acqua Fredda são quatro famílias: Lamarca, Ríspoli, Faraco e Castiglio.”

O descendente G. Alfano informa que os demais, por exemplo Chiarelli e Mandarino, “[...] são de Lauria, [...]”. “Na época era grande [...]” a presença italiana em Uruguaiana, que chama de colônia italiana. E ressalta: “[...] tanto que fizeram a Associação.”, referindo-se a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro União e Beneficência. Acrescentou que o local de chegada dos mesmos na América do Sul era por Montevidéu: “Todos por Montevidéu”. [Idem entrevista de G. Alfano].

Mautone ou Maltone, Guillermo Victor. Natural de Pisciotta, província de Salerno, Campania. Em 9 de maio de 1898 casou-se com a oriental Petrona Colina, no Departamento de Durazno, no Uruguai. Todas as vezes que a entrevistada referiu-se ao sobrenome do avô, o pronunciou Maltone. Guillermo exercia a profissão de comerciante e quando casou tinha 27 anos. Viveu um período no Uruguai, onde teve a maioria dos filhos e lá tem parentes. [Entrevista de A. Tavares, neta, professora estadual aposentada. São Borja, em 15/03/2010.] Na certidão de casamento consta o sobrenome grafado “Mautone”. [Certidão do Registro Civil uruguaio da localidade de Chileno, Departamento de Durazno].

Guillermo Victor Mautone almejava progresso e mudou-se para Bagé, RS. Com recursos provenientes de herança recebida pela esposa Petrona, que era filha de fazendeiro, adquiriu imóvel e instalou estabelecimento comercial de secos e molhados, sapataria e oficina, onde passou a trabalhar com os filhos. Em 1936 a filha Ielza Mautone casou-se com

o português Davi Tavares, pai da entrevistada, o qual, em 1950 radicou-se em São Borja. [Idem entrevista de A. Tavares].

Messa, Angelo Caetano. Aportou em Buenos Aires em 04/02/1890, viajando no navio Gio Batta Lavarello, procedente do porto de Gênova. [CEMLA – Centro de Migrações Latino-Americanas, Buenos Aires]. Estabeleceu-se em São Borja. Foi comerciante. Faleceu na mesma cidade em 16/03/1917, aos 61 anos.

Ângelo Caetano Messa deixou a esposa, Ildelfonsa Messa, e filhos: Conceição Vitale, casada com Antonio Vitale, pedreiro, de nacionalidade italiana; Januário Ângelo Messa, 19; Carolina Santa Messa, 18; Paulino Messa, 17; Josephina Messa, 16, Innocencio Messa, 14; Clotilde Messa, 13; Brasília Messa, 6. Inventariante: Januário Ângelo Messa. Advogado constituído para o inventário: Getúlio Dornelles Vargas, com sua assinatura em diversas peças processuais, como às fls. 4, 11, 26. [APRGS – 1917, Inventário nr. 1797, Maço 57, Estante 94].

Observa-se que Ângelo teve um filho com nome igual ao seu, Ângelo Januário Messa. O entrevistado era filho deste Ângelo Januário e tinha menos de um ano quando o mesmo faleceu em 1933. Sempre ouviu falarem que seu avô era italiano e que sua avó Ildelfonsa tinha procedência uruguaia. [Entrevista de José Messa, 77, neto de Ângelo Caetano Messa, militar aposentado. São Borja, em 11/03/2011].

Messina, Victor. Originário da cidade de Messina, Sicília. Aportou na América do Sul por Buenos Aires. Estabeleceu-se em Itaqui na época em que esta foi elevada à categoria de cidade, antes do final dos anos oitocentos. Depois dedicou-se à atividade rural de pequeno proprietário no então distrito de Maçambará. [Entrevista de Ênio Rodrigues Messina, 80, neto, aposentado; e de Fermino Messina Escobar, 48, bisneto, servidor de empresa pública/SERPRO. Itaqui, em 26/11/2010].

Minoggio, João Difendente – Natural do Reino da Itália, conforme consta em seu inventário. Estabeleceu-se em Itaqui. Teve três filhos: Ambrosina, Paschoal e Arthur. [APERGS – 1911. Inventário nº 115, Maço 4, Estante 115.] Chegou na América do Sul por Buenos Aires: “[...] o meu marido falava que [...] os avós deles, chegaram por Buenos Aires”. O marido da entrevistada chamava-se Francisco de Assis Noronha Minoggio e era filho de Arthur. Paschoal formou-se engenheiro-arquiteto em Buenos Aires, onde estudou. [Entrevista de R. Sastre Minoggio, 77, viúva de Francisco de Assis Noronha Minoggio – filho de Arthur. Itaqui, em 15/03/2010]. Paschoal nasceu em 1874, em Itaqui. Foi profissional de renome, deixando a marca de sua obra nos traços arquitetônicos de antigos prédios existentes em Itaqui e Uruguaiana. [SANTOS, Paulo Corrêa dos. *Agenda 150*. Itaqui: Novigraf, 2008, p. 64].

Mondadori, João. Italiano de Mantova, na Lombardia. Sua esposa chamava-se Bárbara, familiarmente conhecida por Barbarita. Chegou em Itaqui através do porto de Buenos Aires. Engenheiro, participou da construção da ponte ferroviária sobre o Rio Ibicuí, concluída em 1888. Igualmente participou da construção do trecho da ferrovia Itaqui-São Borja, bem como da ferrovia Monte Caseros a Santo Tomé, na outra margem do rio Uruguai, na Argentina. João Mondadori também participou da fundação da cidade de Brusque, SC, onde nasceu o filho Atílio Mondadori. João Mondadori, a esposa e a filha Francisca residiram em La Cruz, cidade argentina vizinha de Itaqui, onde faleceram e encontram-se sepultados. [Entrevista de E. Mondadori, 94, neta; e R. Alves Filho, bisneto, médico. Itaqui, em 06/06/2010].

Atílio Mondadori radicou-se em Itaqui e foi membro ativo da comunidade, vindo a casar-se com Mathilde Degrazia, filha do imigrante italiano Salvador Degrazia. Atílio também foi sócio da empresa Degrazia & Companhia, anteriormente chamada Casa Degrazia, bem como foi sócio e co-proprietário de estabelecimentos agropastoris que giraram sob a denominação de S. Degrazia & Cia. [COSTA, 1922, op. cit., p. 318].

A antiga Casa Degrazia foi estabelecida em Itaqui em 1880 e tornou-se o maior estabelecimento comercial da fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, segundo consta na obra em referência, publicada por ocasião do centenário da independência do Brasil. Em certo momento teve 22 empregados. Importava e exportava em grande escala diretamente seus itens de negócio com secos e molhados, fazendas, ferragens, artigos de moda e bazar, bijuterias, calçados, louças, confecções, móveis, materiais de construção, armazém de produtos do país. [COSTA, 1922, op. cit., p. 318].

Com produtos importados abastecia loja na capital do Estado: “Degrazia & Companhia [...] abastecia naquela ocasião [...] uma das principais lojas de grande luxo de Porto Alegre, que eram as Lojas Bromberg, ali na Andradas próximo à esquina com a Dr. Flores, [...]”. [Idem entrevista de E. Mondadori e R. Alves Filho]. Anúncios publicados em jornal atestam a vitalidade das ofertas de Degrazia & Companhia. Sempre tinha considerável estoque de mercadorias. Seus grandes depósitos ocupavam meia quadra quadrada e era a principal casa comercial da praça. [COSTA, 1922, op. cit., p. 318].

Além de Atilio Mondadori, na época tinham interesses nessa firma comercial, Pasqual Degrazia, Hector Mondadori, Dinart Pibernat, José Pando e Pedro Ruffoni. [COSTA, 1922, op. cit., p. 318]. Atilio era cunhado do italiano Pedro Ruffoni. [Entrevista de A. Silveira Floriano, 77, bisneto de Pedro Ruffoni, servidor público municipal aposentado. Itaqui, em 04/11/2009]. E ambos, dentre outros em um grupo composto por nove pessoas, em 1906 fundaram a Associação Comercial e Industrial de Itaqui. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 29/07/1994].

No Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, editado em 1920, o nome “[...] Mondadori Attilio [...]” consta no elenco dos sócios efetivos da entidade. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Em 1922, Atilio iniciou uma grande plantação de laranjas, que depois de trabalhadas e empacotadas no estabelecimento chamado Packing House eram exportadas para

a Argentina e para a Europa através do porto de Buenos Aires. [Idem entrevista de E. Mondadori e R. Alves Filho]. Este empreendimento também foi referenciado por outros ítalo-descendentes entrevistados. [Idem entrevistas individuais de A. Silveira Floriano, de A. C. Flain Petrine e de P. Schenini].

Monti, Domingos. Natural de Milão, Lombardia. No final dos anos oitocentos, aportou, a sós, com 13 anos em Buenos Aires e depois instalou-se em Itaquí. Como o ítalo-descendente André Martinelli, foi construtor de açudes de pedra no interior do município de Itaquí. Em decorrência do seu trabalho, em certo momento, foi proprietário de quarenta terrenos em Itaquí. Do primeiro casamento, com moça de origem italiana, teve duas filhas: Nica e Luisa. Viúvo, casou-se com Marcelina Vargas. Filhos: Armando, Octácilio, Assis. E Raul e Saul, que teriam falecido jovens em consequência da tuberculose, doença comum na época. A grafia original do atual sobrenome *Monti*, segundo a informação familiar, dava-se com “t” duplo: Montti. [Entrevista de Ilka Monti Belmonte, 75, neta, professora aposentada, graduada em história e com especialização; e Kleber Rossi Belmonte, 76, bancário aposentado. Porto Alegre, em 10/06/2010].

No elenco dos associados efetivos da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, editado no idioma italiano, em 1920, consta o nome deste imigrante – *Monti Domenico*.

Moretti Filho, Domingos. Nasceu 05/04/1885, segundo inscrição no túmulo da família em Itaquí. Local de nascimento: Montevidéu. Com 18 anos, estabeleceu-se em Itaquí, comerciante. O nome Domingos esteve presente em três gerações, enfatizou a entrevistada: “[...] o pai do meu sogro veio da Itália. O meu sogro é que nasceu no Uruguai, pra fixar”. O pai de Domingos Moretti Filho chamava-se Domenico Moretti, italiano e o sogro mencionado trata-se deste Domingos Moretti Filho, por vezes chamado de Domenico Moretti como consta no elenco de sócios da Sociedade Italiana em Itaquí. [Entrevista O. Cabral

Moretti, 80, professora estadual aposentada, viúva de Domingos Moretti Neto. Itaqui, em 09/06/2010].

O italiano Domenico Moretti aportou em Montevideú com 19 anos, onde radicou-se. [Entrevista de P.C. Lima Filho, bisneto, agrônomo. São Borja, em 09/06/2010]. O neto deste, já brasileiro, foi o esposo da depoente O. Cabral Moretti e chamava-se Domingos Moretti Neto. Nasceu em 19/06/1926, segundo inscrição tumular no cemitério municipal em Itaqui.

Domingos Moretti Filho foi o aglutinador de um grupo de italianos que chegou em Itaqui, sendo o primeiro que aprendeu a ler em português. Antes da obtenção de um local-sede, constituído por um galpão grande na Rua 15 de Novembro, em Itaqui, para acolher os recém-chegados e que foi o embrião da futura sociedade de mútuo socorro, Moretti Filho os acolhia em seu estabelecimento comercial: “[...] tinha uma loja muito grande, que era de propriedade do Seu Domenico Moretti. E ali ele abrigava os que ainda não tinham conseguido emprego”. [Entrevista de J. Signoretti, 60, filha de italiano Jacob Signoretti. Itaqui, em 07/11/2009].

A mencionada casa comercial ficou popularmente conhecida por Casa Moretti ou firma do Moretti. [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu, 78 e M.C. Cademartori de Moura]. Em 1922 a firma Moretti & Filho já existia há mais de 30 anos em Itaqui, “[...] da qual faz parte o Sr. Domingos Moretti Filho, e funcionando em vasto prédio próprio. A firma Moretti & Filho é correspondente, ali, dos Bancos Nacional do Comércio e Francês Italiano”. [COSTA, 1922, op. cit., p. 317 – II vol.].

Em 1906, foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Itaqui. Dentre os seus nove sócios fundadores, constam cinco italianos ou descendentes, todos empresários e Domingos Morretti Filho encontrava-se entre os mesmos. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 29/07/1994].

Moretti Filho também consta no Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaqui, tratado por Domenico Moretti. Igualmente consta no elenco dos sócios efetivos da sociedade, na função de tesoureiro e na relação dos sócios com o título de honorários. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Passamani, Benjamin e Domingos. Benjamin e Domingos eram irmãos. Originários de Trento. Benjamin aportou em Buenos Aires. Entrou no Brasil por São Borja e foi parar no município de Alegrete. Casou-se com Armandina Dornelles Passamani. Trouxe os costumes de agricultor e exerceu a atividade em pequenas áreas. Plantava trigo, descascava arroz em moinho tocado por roda hidráulica, fazia farinha de milho e farinha de trigo. Depois veio a fazer vinho na Granja Itú, município de Itaqui e o vendia inclusive para a presidência da República no Rio de Janeiro. [Entrevista de C. B. Passamani dos Santos, 72, neto de Benjamin Passamani, advogado e agropecuarista; e C. T. Passamani dos Santos, bisneta, advogada. Itaqui, em 19/03/2010].

O italiano Benjamin Passamani manteve o sotaque do idioma de origem, o que causou equívoco na grafia do nome de filha ao ser registrada em cartório distrital. A mesma preferia ser chamada pelo apelido de Lica, face detestar seu nome levado a registro. Lica era a mãe do entrevistado C. B. Passamani dos Santos. [Idem entrevista de C. B. Passamani dos Santos e C. T. Passamani dos Santos].

O irmão Domingos Passamani aportou na América do Sul por Montevideú. Residiu em Bella União, no Uruguai e, depois que viuvou veio para o Brasil na companhia de Ângela, sua nova consorte. Entrou no país pela Barra do Quaraí. Andou por Alegrete e São Francisco de Assis e, por fim, instalou-se na fazenda do irmão Benjamin, onde passou a morar. Benjamin deixou uma descendência numericamente pequena, ao contrário a do irmão Domingos. [Idem entrevista de C. B. Passamani dos Santos e C. T. Passamani dos Santos].

Passarello, Cândido Ângelo. Veio da Itália junto com dois irmãos e aportaram em Montevideú. Natural da Campânia. Um dos irmãos estabeleceu-se em Concórdia/RA, o outro no Salto/ROU e Ângelo Passarello em Uruguaiana. No início do século passado, a comunidade italiana era acentuada em Uruguaiana. [Entrevista de N. de Menezes, 81, neto de Ângelo Passarello, ourives aposentado. Uruguaiana, em 23/02/2010].

O entrevistado N. de Menezes falou de costumes e da tradição alimentar italiana que permaneceu em Uruguaiana: “Ma muito! Muito ficou, ma bahh: polenta, camarone, [...] petutine [...] vino, vinace”. Imigrantes italianos detentores do sobrenome Grafolin, Secon, por exemplo, cultivavam hortas na periferia da cidade, criavam galinhas, porcos e tinham parreirais. Fabricavam até vinho como o italiano Luiz Bettinelli, que idealizou e fundou o Clube do Comércio, que ostenta linhas arquitetônicas clássicas. Lembrou que os italianos também deixaram marcas na paisagem urbana da cidade com a construção de várias casas. [Idem entrevista de N. de Menezes].

O neto entrevistado de Ângelo Passarello igualmente lembrou da existência da antiga sociedade italiana na cidade: “Agora eles avivaram de novo. Fizeram sede e tudo”. Rememorou a existência de comunidade de origem italiana no outro lado da linha da fronteira representada pelo rio Uruguai, em Los Libres. Informou que tem parentes tanto no Uruguai quanto na Argentina. [Idem entrevista de N. de Menezes].

Petrine, João. Natural de Lamari, Toscana. Nasceu em 1907. Filho de Ângelo Petrine de Marianna Ferroni Petrine. Em 1924 aportou em Buenos Aires, finalizando uma viagem de 34 dias com início no porto de Nápoles. Na época, a Itália combatia na Abissínia. Para lá João seria mandado para cumprir o serviço militar obrigatório quando atingisse 18 anos, lugar onde já tinha um irmão lutando e que através de cartas contava os horrores da guerra. Nos Estados Unidos, tinha outro irmão residindo. [Entrevista de A.C. Flain Petrine, filho, advogado e agropecuarista. Itaquí, em 05/03/2010].

O pai de João mostrou-lhe as alternativas de caminhos a seguir: alistar-se e ir para a guerra ou emigrar para os Estados Unidos fazendo de ponte passagem pelo Brasil ou pela Argentina. Optou emigrar. Não conseguiu obter passaporte para o Brasil, mas o conseguiu para a Argentina. Chegou “[...] apenas com uma maletinha de roupinhas que ele usava e umas meias, onde estava um troquinho que o pai lhe havia dado pra alguma coisa.” e tomou um trem para Trenque Lauken, província de Buenos Aires, onde encontrava-se um primo. Na Argentina, permaneceu trabalhando com o primo aproximadamente quatro anos. [Idem entrevista de A.C. Flain Petrine].

Em torno de 1929, João Petrine veio passear em Uruguaiana para conhecer a região. Esteve em Itaqui onde tinha uma tia que trabalhava na classificação de laranjas que eram exportadas. Idem, entrevista de A.C. Flain Petrine. Esse empreendimento exportador pertencia ao ítalo-brasileiro Atílio Mondadori. [Idem entrevista de E. Mondadori e de R. Alves Filho].

O italiano João gostou da região visitada e depois retornou à Uruguaiana, onde encontrou-se com um engenheiro italiano da viação férrea BGS – *Brazil Great Southern* – conhecido por Dr. Marine: “Giovanne! O que tu anda [sic] fazendo?”. E a resposta foi “[...] eu tou [sic] aqui porque quero passaporte para ir para os Estados Unidos”. E assim começou a sua fixação no território brasileiro: “[...] enquanto tu não consegue passaporte, eu vou te arrumar um emprego na BGS”. [Idem entrevista de A.C. Flain Petrine].

João Petrine trabalhou “[...] durante um ou dois anos [...]” de motorista de um pequeno automóvel sobre trilhos que efetuava os pagamentos da empresa na linha Uruguaiana-São Borja, até o momento de acidente em que o veículo capotou em razão do choque com um cachorro que se atravessou na frente do autinho. Somente João resultou muito lesionado em uma perna, o que custou-lhe seis meses de internação no Hospital Italiano em Buenos Aires, por interveniência do engenheiro Marine e por conta da BGS. [Idem entrevista de A.C. Flain Petrine].

Petrine, recuperado, teve alta hospitalar e retornou ao Brasil. Não quis continuar trabalhando nessa empresa inglesa de trens. Sem esperança em obter passaporte a fim de

seguir para os Estados Unidos e já com 33 anos, foi para Itaquí onde havia conhecido sua futura esposa. Era filha de italianos e a mãe chamava-se Ângela Bruzzoni Flain, proprietária do hotel e restaurante localizado na frente da estação férrea em Itaquí, onde hospedava-se quando em viagens de serviço. Casou-se em 1940, conforme certidão do Registro Civil em Itaquí. Os pais da esposa de João, tanto pelo lado Bruzzoni como Flain, haviam se estabelecido no Salto, ROU, e depois mudaram-se para Itaquí. [Idem entrevista de A.C. Flain Petrine].

João Petrine passou a dedicar-se à lavoura de arroz, desempenhando funções de administração graduada. Depois de cinco ou seis anos de trabalho conseguiu alguns recursos, fez aquisição de um trator e prosseguiu na atividade orizícola com empreendimento próprio em Itaquí. [Idem entrevista de A.C. Flain Petrine].

Pianta, Benito – Desembarcou em Buenos Aires. Depois instalou-se em Itaquí. [Entrevista de M. E. Pianta Corrêa, 70, professora estadual aposentada. Itaquí, em 15/06/2010]. No inventário de Benito Pianta, consta que faleceu em 1º/10/1918, com 74 anos. A certidão de óbito foi expedida pelo médico Osvaldo Degrazia: natural da Itália, filho de Magdalena Piantá. Sua esposa, chamada Maria, natural da Suíça, foi a inventariante. Deixou 7 filhos: João Baptista, 50; Victor, 46; Luiz, 44; Arthur, 40; Palmira, 33 [casada com Luiz Pereira Coimbra]; Theresa [casada com o tenente coronel Olivério de Deus Vieira, residente em Uruguaiana, então comandante do 12º Regimento de Cavalaria e da guarnição federal. O advogado no inventário foi o ítalo-descendente Bernardo Piffero. [APERGS – 1919. Inventário nº 207, Maço 5, Estante 115].

Nos autos de inventário do italiano Severino Bacchini, em 1885, Benito Piantá está presente em documento de prestação de contas do inventariante. [APERGS – 1885. Inventário nº 1976, Maço 44, Estante 115]. Na sessão realizada em 10/10/1887, a Câmara de Vereadores deliberou efetuar pagamento “[...] ao carpinteiro Benito Piantá [...]” referente a material e serviços de carpintaria utilizados no melhoramento do edifício daquela Casa do Povo. [COLVERO e SOARES, [Org.], 2010, op. cit., p. 82].

Em 1887, no inventário de Ângelo Maria Veppo, na folha 10-verso, compareceu o italiano Benito Piantá na função de testemunha em procuração passada pela inventariante Colomba Veppo. [APERGS – 1887. Inventário nº 388, Maço 14, Estante 114.] No inventário de João Batista Biasca, realizado no ano de 1896, consta pagamento “[...] à Pianta pelo aluguel do carro fúnebre e outros para o acompanhamento [...]”. [APERGS – 1896. Inventário nº 456, Maço 16, Estante 114].

Piffero, Primo e Cláudio. Primo e Cláudio eram irmãos. Naturais de Trieste, ambos aportaram em Buenos Aires. Estabeleceram-se em Itaquí. Deram origem à família de Carlos Piffero, Pedro Piffero e de Antonio Piffero. Depois ocorreu consórcio, pela via do casamento, entre pessoas portadoras do sobrenome Piffero e outras pessoas detentoras do sobrenome de origem italiana como Bonetti e Schenini. Primo Piffero e Domingos Moretti Filho tinham liderança sobre os imigrantes companheiros. [Entrevista de J. Piffero Signoretti, 60, neta de Primo Piffero, professora estadual aposentada, gestora pedagógica de organização de ensino superior e advogada. Itaquí, em 07/11/2009].

No Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquense, editado em 1920, consta o seu nome, [...] Piffero Primo [...], com o título de sócio honorário da entidade. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Portella, Juvenal De – Italiano. Desembarcou em Buenos Aires e aportou em Itaquí no início da década de 1890, juntamente com outros dois irmãos. Um destes radicou-se próximo à Porto Alegre, e o outro seguiu para o Estado de São Paulo. Depoimento de neto: “Na Itália, no caso o local da onde ele saiu, [...] já me escapa [...] das minhas lembranças”; informou que o seu pai, “[...] relatava isso com [...] clareza, [...] seria a pessoa que [...] elucidaria muito bem [...] esta passagem”. Referindo-se ao avô Juvenal, “[...] ele chegou aqui

como todo [...] o imigrante [...] com uma mão a bem dizer na frente e outra pra trás, [...]. [Entrevista de G. N. Portella Trindade, 56, médico veterinário, neto. Itaqui, em 15/06/2010].

Juvenal De Portella era uma pessoa de muita visão, inteligente, “[...] começou a lida com compra e venda [...] de animais [...]. E quando se deu por conta já tinha uma fazenda. Diga-se de passagem em torno de triinnnta e ciinnco, quarenta quadras. E aí seguiu invernando boi e vendendo boi.” Depois de vinte, trinta anos que o imigrante em referência estava no Brasil, “[...] era o Seu Juvenal De Portella”. Mais adiante, comprou o local “[...] da sede da velha da fazenda São Donato, que era a verdadeira, [...] depois com os anos ele adquiriu realmente a fazenda São Donato, [...] mais umas cinquenta quadras de campo, mais ou menos, [...]. O italiano Juvenal fez esta compra com dinheiro emprestado por um compadre de São Borja, que depois foi “[...] pago a boi [...]”, expressão do próprio entrevistado. O pai deste, do entrevistado, era genro de Juvenal: “[...] relato já aí do meu pai, a maior tropa que o meu pai participou, foi quando ele pagou a pessoa, o compadre dele que emprestou o dinheiro [...] mais ou menos uns dois mil e quinhentos bois. Era uma tropa [...] a perder de vista”. [Idem entrevista de G. N. Portella Trindade].

Localização da propriedade rural adquirida por Juvenal De Portella: “No São Donato, aonde os jesuítas, os padres jesuítas tiveram [...] uma escola de catequese [...]”. Trata-se da antiga fazenda São Donato dos jesuítas, no município de Itaqui, situada junto da divisa com São Borja pelo rio Butuí. Depois da conquista das Missões em 1801, a área física dessa fazenda passou para propriedade do Marechal Chagas Santos, que defendeu São Borja contra as investidas de Andresito Artigas. Assim, quanto à localização da propriedade adquirida pelo italiano Juvenal Portella, o neto G. N. Portella Trindade deixou bem clara. Nas lutas de consolidação do território conquistado para a coroa portuguesa, as tropas de Chagas Santos fizeram terra arrasada na margem direita do rio Uruguai, a partir de Yapeju para cima. [AHLERT, Jacqueline. *Ruínas na Terra do Porvir*. “In” COLVERO, Ronaldo B. e MAURER, Rodrigo F., [Orgs.]. *Missões em Mosaico: da interpretação à prática, um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Editora Faith Ltda., 2011, p. 186-187].

Rastelli, Roberto Gandolfo. Natural de Parma, Emilia Romanha. Veio para Montevideú acompanhado de primos já moços. Na capital uruguaia casou-se com a também italiana Ernesta Bianchi Pollini, cuja família havia emigrado para a capital uruguaia anteriormente a sua chegada. Seus dois filhos mais velhos nasceram no Uruguai, inclusive o pai da depoente. [Entrevista de N. Eduarda Rastelli, 70, neta do italiano Roberto Gandolfo Rastelli, professora estadual aposentada. Uruguaiana, em 29/04/2010].

Roberto Rastelli inicialmente saiu de Montevideú para o Brasil para cumprir contrato com uma empresa de construção civil que construiu as agências do Banco Pelotense em Livramento e Bagé. Depois trabalhou na construção do prédio desse banco em Uruguaiana, cidade na qual se radicou definitivamente e onde nasceram as duas filhas mais novas. [Idem entrevista de N. Eduarda Rastelli].

Roberto mantinha contato com muitos italianos que viviam em Libres e dentre os mesmos estavam profissionais do ramo da construção, que também mantiveram relações com o filho Luis Rastelli, que seguiu a profissão do pai Roberto. Pai e filho trabalharam juntos. Era construtor de prédios, licenciado, com especialidade na construção de fachadas artísticas. Quando veio para Uruguaiana com esposa e filhos, em 1926, construiu sua residência, belíssima e de estilo sóbrio, na ladeira mais íngreme da cidade, entre as ruas Domingos de Almeida e Duque de Caxias. [FONTTES e FANTI, 2009, op. cit., p. 18].

Era frequentador da Sociedade Italiana de Uruguaiana e comparecia todos os dias na sede da mesma. E era aficcionado no jogo de bocha. Gostava de caçar, sendo exímio atirador no voo de perdizes. [Idem entrevista de N. Eduarda Rastelli].

O italiano em referência deu algumas noções da sua língua materna à entrevistada, principalmente depois que viuvou e passou a fazer as refeições na casa da neta entrevista. A mesma informou que o pouco conhecimento que teve do idioma foi o suficiente para se “[...]”

defender [...]” em viagem que fez à Itália. Mencionou que, em 2008, recebeu convite da Prefeitura Municipal para lançamento de obra escrita de autoria do “[...] professor Fanti [...]”, sob o título de *Uruguaiana: na linguagem plástica e histórica*, onde são relatadas experiências de alguns imigrantes italianos, dentre os quais consta o avô Roberto Rastelli. [Idem entrevista de N. Eduarda Rastelli].

Como a maioria dos italianos residentes em Uruguaiana, associou-se à “Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Beneficenza”, onde disputavam muitas partidas de bocha. Os autores Fonttes e Fanti registraram que Roberto Rastelli “[...] misturava [...]” a língua italiana, espanhola e portuguesa, criando uma linguagem que poucos entendiam. [FONTTES e FANTI, 2009, op. cit., p. 18].

Ernesta Bianca Pollini Rastelli faleceu em Uruguaiana, em 05/04/1954. [Certidão de óbito do Registro Civil].

Entrevista realizada na sede da Sociedade Ítalo-brasileira, em Uruguaiana, momentos antes do início de aula de curso de língua italiana, na qual a entrevistada N. Eduarda Rasstelli participava como aluna.

Rossi, André Pedro Schenini. Originário de Vicenza. Aportou em Montevideú com dois irmãos. Um desses irmãos ficou na capital uruguaia. O outro acompanhou André até Itaqui, onde chegaram com o apoio do italiano João Schenini, que chegou anteriormente nesta cidade. Estabeleceu-se com comércio, cuja casa comercial localizava-se onde depois foi construído o Centro Operário. André Pedro foi proprietário de três ou quatro casas próximas às instalações do então Arsenal de Marinha e à sede da Flotilha do Alto Uruguai, quase em frente das atuais instalações do Clube Militar em Itaqui e ao lado da Vila dos Oficiais na chamada Ponte Seca. A nora entrevistada recordou que este italiano teve quatro filhos, todos

homens: Bernardo – o mais velho; Amadeu; Brasil e Mario – o mais novo, esposo da entrevistada. André faleceu com 94 anos. [Entrevista conjunta de M. Neves, 84, nora – viúva do filho Mário Rossi, professora estadual aposentada residente em Porto Alegre; e Carolina Rossi. Itaqui, em 05/11/2009].

Em 1906 foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Itaqui. Dentre os seus nove sócios fundadores, constam cinco italianos ou descendentes, todos empresários. André Rossi foi um deles. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 29/07/1994].

Rossi, João Batista e sua esposa Isolina Biasca Rossi, italianos. Originários de Biasca, na Lombardia, aportaram em Buenos Aires com os pais. No mesmo navio que fez a travessia marítima até Buenos Aires vieram pessoas portadoras do sobrenome Cacciatore, que mais tarde também se instalaram em Itaqui, segundo a entrevistada em referência. Com os pais, João e Isolina chegaram diretamente no Saladeiro São Felipe, município de Itaqui, ainda muito novos: João Batista com 15 anos e ela, com um ou dois anos de idade. [Entrevista de B. D. Rossi Nery, 79, neta, tabeliã aposentada. Itaqui, em 07/11/2009].

João Batista Rossi era filho de André Rossi e de Tereza Rossi. Faleceu em 25/08/1933, com 87 anos. Deixou os filhos: Dina, Ema, Pedro, Margarida, Célia, Esthela, Lauro, André, Elvécia, Carolina e Laura. [Registro Civil de Itaqui, Livro de Óbitos nº 16-c, Óbito nº 787].

Os pais de João Batista Rossi e Isolina Biasca trabalharam no saladeiro mencionado, local onde residiram quando jovens e onde começou o relacionamento afetivo do casal. João Batista Rossi era construtor, “[...] fazia muito desses túmulos [...] bonitos [...] me faziam pensar”. Ocupou-se com uma fábrica de vassouras e de sabão, de propriedade familiar. João Batista conviveu com outros italianos que participaram da formação da Sociedade

Italiana de Mútuo Socorro em Itaqui. A entrevistada destaca que há muito tempo essa entidade encerrou suas atividades, dizendo que a mesma “[...] terminou [...]”. [Idem entrevista de B. D. Rossi Nery].

B. D. Rossi Nery recordou que seu irmão João Rossi Nery, falecido, escrevia uma coluna de caráter histórico no *Jornal A Verdade*, denominada *Nem todos sabem ...*

No tocante à aprendizagem da língua, a entrevistada B. D. Rossi Nery recordou que sua avó Isolina misturava português com a língua de origem. A respeito de famílias homônimas em Itaqui, com o mesmo sobrenome – Rossi, à pergunta “Rossi são uma mesma família, todos?”, B. D. Rossi Nery assinalou:

Nãõ. [...] Seu Ângelo Rossi, que tinha os filhos Valmor, [...] já é outra família. [...] aquelas Rossi que tinham um armazém [...], Morreram já velhinhas, ali no beco, [...] também era de outra família [...] E tinha o Seu André Rossi, que era dono lá no Centro Operário, [...]. Também de outra família. Não eram nosso Rossi.

No arquivo público do Rio Grande do Sul, encontram-se autos de inventário de 1896, no qual são inventariados João Baptista Biasca e sua mulher Carolina Biasca. O inventariante é João Baptista Rossi, genro do casal mencionado. Em ata de reunião realizada em 11/01/1884 pela Câmara de Vereadores de Itaqui, consta o nome de João Baptista Biasca sob a grafia de “[...] Baltista Biasca [...]”, referindo-se à proposta de colocação de vidros em edifício municipal. [COLVERO, Ronaldo Bernardino; e SOARES, Luiz Matias, [Org.]. *Câmara de Vereadores de Itaqui – 152 anos de História – Resgate da História Política de Itaqui*. Porto Alegre: Faith Ltda., 2010, p. 68]. No referido inventário há também uma prestação de contas, firmada pelo referido João Baptista Rossi a ítalos ou descendentes mencionados neste trabalho:

[...]

Pago à Piantá pelo aluguel do carro fúnebre e outros para acompanhamento	\$ 43:000
Pago à Antonio Guglielmi por um caixão fúnebre	\$ 65:000
Pago à Emigdio Bonorino, Farmacêutico, por medicamentos	\$ 62:000

[...]. [APERGS – 1896. Inventário nº 456, Maço 16, Estante 114].

João Baptista Rossi era maçom. O bisneto entrevistado, em referência, detém cópia de diploma que prova tal condição, passado em 1884 pela Loja Maçônica Filantropia Itaquiense, inclusive firmado por outros dois ítalo-descendentes então na direção da Loja: Alexandre Cacciatore e Arthur Bonorino. Quanto à herança cultural, o mesmo bisneto declarou que entende que ficou introjetado na mente dos familiares do imigrante maneira de ser, de se portar, maneira gastronômica e de consumo. Acrescentou que “[...] as coisas vão ficando pelo caminho, mas ainda assim persistem, principalmente a questão gastronômica.” [Entrevista de D. Rossi Penalvo, 38, bisneto, advogado. Porto Alegre, em 14/06/2010].

Em 1884, a loja maçônica Filantropia e Progresso Itaquiense, emitiu diploma ao imigrante João Baptista Rossi, na época com a idade de 36 anos. Firmaram esse documento, o imigrante nominado, o seu co-nacional Alexandre Cacciatore e o ítalo-descendente Arthur Bonorino – filho de Emigdio Bonorino.

Em informação de jornal local, consta: “Em Itaqui havia uma fábrica de vassouras de palha, de propriedade de Pedro Biasque Rossi, a qual funcionou até por volta de 1937”. [J. Rossi Nery, *Jornal A Verdade*, de 11/06/1994].

Ruffoni, Pedro. Natural do norte da Itália. Em 1902, depois de 40 dias de viagem aportou em Montevideu com a esposa Fiora e onze filhos. O filho mais velho, que também chamava-se Pedro, tinha 13 anos e o filho menor nasceu no decorrer da travessia marítima para a América do Sul. Estabeleceu-se em Itaqui por intermédio de contatos com membros da família Mondadori, também de origem italiana, já radicados em Itaqui. Antes de partir da

Itália, vendeu seus bens e dentre os mesmos incluíam-se animais de criação. Ao chegar em Itaquí adquiriu uma casa na área central da cidade, na esquina fronteira com a intendência municipal. [Entrevista de A. Silveira Floriano, 77, bisneto de Pedro Ruffoni, servidor público municipal aposentado. Itaquí, em 04/11/2009].

Quarenta dias depois da chegada, Fiora faleceu ao recolher roupas de um varal em consequência da exposição à friagem e complicações de saúde. Na nova terra, inicialmente foi sócio em uma padaria de Atilio Mondadori, antes de este passar a investir em plantação de laranjas para exportação. Tendo viuvado, casou-se com uma irmã do sócio Atilio, filho do italiano João Mondadori e teve mais um casal de filhos, Paulo e Tadir. [Idem entrevista de A. Silveira Floriano].

Uma das filhas do imigrante Pedro Ruffoni, chamada Paulina Ruffoni, italiana, por casamento passou a residir na área rural no segundo distrito do município de Itaquí. Deixou descendência numerosa ao consorciar-se com José Valente Floriano, cantava em italiano aos netos e dentre os quais incluía-se o entrevistado, com a idade de setenta e sete anos ao tempo desta entrevista. Da língua italiana nada foi ensinado aos netos e dos costumes e hábitos alimentares, o entrevistado lembra o consumo da tradicional polenta. [Idem entrevista de A. Silveira Floriano].

Entrevista de outro descendente de Paulina Ruffoni, deixa claro que, além do pai da mesma chamar-se Pedro, tinha um irmão também chamado Pedro: “[...] minha vó materna, minha vó Paulina Ruffoni [...] A vó Paulina, origem italiana, [...] O que me recordo mais precisamente era o Pedro [...] O Pedro que era o mais velho [...] eu era muito jovenzinho [...] eles já eram bastante idosos.” [Entrevista de D. Bonorino Floriano, 63, bisneto de Pedro Ruffoni, economista e professor estadual aposentado, Itaquí, em 05/11/2009].

Em 1906, foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Itaquí. Dentre os seus nove sócios fundadores, constam cinco italianos ou descendentes, todos empresários, dentre os quais encontra-se Pedro Ruffoni. [J. Rossi Nery, Jornal A Verdade, de 29/07/1994].

Pedro Ruffoni também foi sócio de Atilio na Casa Degrazia, grande empresa comercial da época. [COSTA, 1922, op. cit., p. 318 – II vol.]. Neste Apêndice, sinopse referente ao italiano João Mondadori, pai de Atilio.

Schenini, João. Natural de Grondola, nas margens do lago de Como, Lombardia. Após prestar o serviço militar no exército italiano, aportou em Buenos Aires onde permaneceu alguns meses. Depois seguiu itinerário ao longo do rio Uruguai: esteve em Concórdia/RA e passou para o Salto/ROU, até alcançar Itaquí por volta de 1870 e aí estabelecer-se definitivamente.

João Schenini casou-se em Itaquí com a italiana Catharina Bonetti. Conheceram-se nesta cidade. Catharina era natural das imediações do lago Maggiore, no Piemonte. O casal teve doze filhos. [Entrevista de P. Schenini, 84, neto, professor estadual aposentado – ex-superintendente do ensino agrícola no Rio Grande do Sul no Governo Leonel de Moura Brizola. Advogado. Residência na capital do Estado. Porto Alegre, em 20/11/2009].

Os italianos João e Catharina fizeram questão que os filhos aprendessem a língua portuguesa:

“[...] eles não ensinaram os filhos falar italiano. [...] Eles eram brasileiros. [...] A minha mãe aprendeu a escrever sozinha, ela escrevia pra os parentes na Itália, levava pra Giovvana Vecchio, uma italiana aqui, que corrigia as cartas pra ela.” [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura].

A entrevistada M. L. Cademartori Aramburu acrescentou em relação a sua mãe: “Mas também não ensinou ninguém a falar. [...] Foi a única filha que aprendeu o italiano e falava com os outros, [...]”. E M. C. Cademartori de Moura, por esforço próprio, tem noções da língua italiana. Ensaiou por ocasião da entrevista o canto de duas canções italianas, dentre as quais *La bella Rosina*, que aprendeu ouvindo sua mãe.

A respeito do emprego da língua italiana em Itaqui, outro neto de João Schenini já com 84 anos, que nasceu no local, aí viveu sua infância e os primeiros tempos da sua mocidade, foi terminante ao dizer que não era usada: “Olha! Eu nunca vi. Eu acho que talvez entre eles lá. O meu avô conversando com os Bonetti, com outros italianos lá”. [Idem entrevista de P. Schenini].

João Schenini, conhecido por Joanim Schenini, teve casa de comércio forte e padaria. Ainda na fase inicial das suas atividades, fato mostra a assimilação de hábitos dos nativos. O serviço de padaria contava com um burro para sovar a massa e depois fazer a entrega dos pães na cidade. E o animal sofreu uma bicheira que não se curava. Disseram para o italiano seu dono que um benzedor poderia solucionar o mal, conforme os usos e costumes do lugar. [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura].

O benzedor que Joanim arranjou começou a intersecção da sua reza sob sua atenção: “Que esta bicheira vá pra frente assim como vai pra trás o trabalho feito no domingo”. Acaso ou não, a bicheira sarou. No domingo seguinte, João Schenini trajou a roupa domingueira e disse para a esposa: “Joanim vai saí!”. Veio a interrogação: “Mas como, nós não vamos trabalhar hoje?”. E a resposta conviccta não tardou: “Não, não, não. Joanim não trabalha mais no domingo”. “Por quê?” pergunta Catharina, intrigadíssima: “Porque o homem disse que o trabalho fosse pra frente, pra trás como o trabalho feito no domingo”. [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura].

Os negócios evoluíram para melhor e Joanim instalou uma fábrica de massas, que passou a abastecer diversas cidades da fronteira oeste do Estado. Retornou à Itália por duas vezes para aquisição de máquinas para a referida fábrica e para visitar seus parentes na casa dos Schenini, onde nasceu. Ao lado da morada familiar em Grondola, foi construído um sobrado com o dinheiro que mandava do Brasil para fins de alimentação da família no decorrer da Guerra de 1914/18, supondo que necessitassem de alimentos. [Idem entrevista de P. Schenini].

Como ocorreu com outros imigrantes italianos ou descendentes na área sob investigação – por exemplo, Giovanne Petrine [narrativa do filho Ângelo Celestino Flain Petrine], Ângelo Caffarate [narrativa conjunta dos netos Catarina e Anselmo Caffarate] e Ângelo Passarello [narrativa e caso do próprio neto Nelson Menezes] – pelo menos por três vezes João Schenini precisou procurar recursos médicos em Buenos Aires para si e familiares, o que permite visualizar que Buenos Aires ainda era de mais fácil alcance aos habitantes dessa fronteira que a capital do estado do Rio Grande do Sul.

Estabilizado financeiramente, empresário e fazendeiro, Joanim Schenini em certa ocasião levou uma filha para atendimento médico na capital portenha como fizera anteriormente consigo mesmo para cirurgia em olho que havia ferido. Dirigindo-se a dada clínica, teve a surpresa de re-encontrar o seu antigo empregador no Salto/ROU, na época abastado estudante de medicina, do qual fora seu cavaliço por algum tempo. Depois da consulta e das muitas lembranças pessoais de ambos, chegou o momento do pagamento do trabalho médico.

Nesse momento, houve conflito gerado pela interpelação desastrada do profissional de medicina: “Quanto o senhor daria pela vida da sua filha?”. Joanim reagiu bem à moda dos peninsulares, com gestos, palavras ácidas e com o pedido de “Eu quero um preço justo assim como eu cobrava quando era seu piãozinho de cavalaria cavaliço”. [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura].

Em outro momento, a esposa Catharina Bonetti Schenini precisou realizar uma cirurgia em Buenos Aires e faleceu por ocasião da mesma, sendo o féretro transportado de trem de Buenos Aires a Alvear e de barco de Alvear à Itaqui. [Idem entrevista de P. Schenini].

Como fazendeiro de origem italiana, João Schenini tinha vizinho proprietário de fazenda e igualmente natural da Itália, o que foi lembrado por duas netas suas: “Degrazia era italiano também, [...] o meu avô Schenini era amigo do pai do Dr. Roque Degrazia. Eles eram fazendeiros aí pro lado [...] do Cambaí [...] Pintado”. O pai do referido Dr. Roque Degrazia realmente tinha campos vizinhos aos de João Schenini e chamava-se Antonio Degrazia, italiano e sobre o qual há depoimento do descendente M. A. Degrazia Barbosa nesta dissertação. As netas referidas ressaltaram: “[...] o meu avô e a minha avó não tinham jóias e não davam jóias pros filhos. [...] Jóias, não! Tinha é que comprar campo”. [Idem entrevista de M.L. Cademartori Aramburu e M.C. Cademartori de Moura].

P. Schenini confirma a atividade do italiano João Schenini, que além de comerciante transformou-se em fazendeiro, como outros imigrantes italianos: “[...] o meu avô era comerciante, [...] virou proprietário rural. Quando morreu deixou quatro propriedades rurais: o Pintado, a Fonte Rica, o Chocolate, a Santa Margarida. O vovô foi comprando, tinha mania de compra, comprou muito”. [Idem entrevista de P. Schenin].

Em 1909, João Schenini e o médico Galdino Santiago adquiriram, por escritura pública, a fazenda Torreão, próxima à cidade de Itaqui. Confinava, entre outros lindeiros, com campo de Malvina Servente de Paz e herdeiros de Martiminiano José de Figueiredo. [APERGS – 1909. Processo de medição nº 316, Maço 14, Estante 115].

Dentre as maiores casas comerciais existentes em Itaqui em 1922, consta a de Bernardo Schenini, filho de João Schenini:

[...] O seu negócio é o de secos, molhados, fazenda, miudezas, perfumarias, artigos de bazar e modas, confecções, etc. [...] Casa comercial fundada em 1872 pelo Sr. João Schenini, pai do Sr. Bernardo, está instalada em vasto prédio de propriedade daquele e situada à Rua 15 de Novembro. É uma das melhores e mais antigas casas comerciais de Itaqui, muito conhecida e afreguesada”.

Na mesma página do veículo em referência, tem-se uma foto com a seguinte descrição:

O vasto prédio ocupado pelo negócio e fábrica dos irmãos Schenini. [...] uma bem montada fábrica de massas alimentícias e padaria”. do industrialista André Schenini, a qual [...] produz excelentes massas e pães, artigos muitíssimo procurados pela sua superioridade indiscutível. Os diversos tipos de massas alimentícias, fabricadas com esmero, são consumidas no Itaqui e exportadas para os municípios vizinhos.

[COSTA, 1922. op. cit., p. 319].

No corpo do Estatuto da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Itaquiense, editado em 1920, consta seu nome, Schenini Giovanni, dentre os sócios com o título de sócio honorário. [*Statuto-regolamento della Società Italiana di Mutuo Soccorso Itaquiense*. Buenos Aires: Est. Litográfico J. Carbone y Cia., 1920].

Signoretti, Jacob. Procedente de Trento. Aportou em Buenos Aires, onde residiu durante dois anos. Mudou-se para Itaqui a convite do italiano Cláudio Piffero, que veio a ser seu sogro. Jacob tinha 30 anos a mais que sua esposa, filha do italiano Cláudio, brasileira. [Idem entrevista de J. Piffero Signoretti].

A respeito da experiência pessoal e familiar vivenciada com a língua italiana, J. Piffero Signoretti relatou o seguinte conflito:

Nós fomos criados em casa só falando italiano. Aqui em Itaqui. Nós só passamos a falar o português em casa quando a minha irmã menor, que é sete anos mais moça que eu, começou a ter dificuldades na alfabetização. Então a minha mãe entendeu que era hora de nós falarmos em casa também o português, para que minha irmã tivesse condições de alfabetização.

Jacob faleceu com mais de noventa anos e manteve amizade com italianos e descendentes seus contemporâneos, “[...] Jacob Signoretti, era muito amigo do meu tio chamado Alberto Caffarate. [...] o Seu Jacó já com bastante idade também vinha visitá-lo diariamente, quando eles conversavam muito, discutiam muito também. Vieram a falecer já com mais de noventa anos esses amigos [...]”.[Idem entrevista de C. Caffarate Ortigara, neta do italiano Ângelo Caffarate].

Vecchio, Paulo. Paulo, pai de Domenico e este, pai de Giovvana, italianos de Oviglio, no Piemonte. Vieram para São Borja. Inicialmente, Paulo Vecchio estabeleceu-se em São Borja com campo de criação de animais nas imediações daquela cidade. Paulo Vecchio “[...] era de política contrária a dos Vargas, [...]”. [Entrevista de G. Vecchio, 70, comerciante. Itaqui, em 09/11/2009].

O *Jornal Missioneiro*, que era editado em São Borja, órgão do Partido Republicano, em 25/07/1914 publicou manifesto que comprova a notícia de conflito político de Paulo com os Vargas em São Borja. Tratava-se de manifesto sob o título de “Compromisso”, de 370 pessoas contra a família Vargas, assim redigido: “Proposta final: ficou assente que os signatários desta assumem o compromisso de contrariar qualquer candidatura que parta da família Vargas no próximo pleito intencional”. [Jornal O Missioneiro, São Borja, edição de 25/07/1914].

Além da oposição do italiano Paulo Vecchio, nessa publicação consta o nome de signatários ítalo-descendentes como Cláudio Mondadori, Luiz Bonapace, Francisco Bonorino e João P. Guglielme, todos com parentes em Itaqui como se observa no quadro-síntese do Apêndice A.

O filho Domenico foi para a Itália para estudar e formou-se “[...] geometra [...]”, engenheiro agrimensor. Formado na Itália, Domenico retornou à São Borja. Logo depois, Paulo teve seu campo de criações desapropriado pelo poder público e no local, mais tarde, foram instalados aquartelamentos do Exército e área ficou sob jurisdição militar. [Idem entrevista de G. Vecchio].

Em face dessa desapropriação tida por vindita política, Paulo Vecchio decidiu retornar com a família para a Itália e deixou “[...] um dinheiro aplicado [...]” para lá receber os rendimentos. Paulo e a família passaram a residir em Badaluco, localidade próximo de Gênova.

Em 1933 e 1934, Domenico prestou serviços de geometra para o setor de engenharia e fortificações do exército italiano. Foi destacado pela administração militar para direcionar trabalhos em estradas de ferro na província de Savona, com execução de obras de arte como galerias, pontes, muros de sustentação, poços de inspeção. Declaração sobre serviços prestados. [Declaração do Comandante do Regimento Ferroviário de Genio. Turim, 2/08/1934 – Texto em italiano].

Em 1935, cessou a remessa dos rendimentos do dinheiro aplicado pelo italiano Paulo no Brasil, que decidiu voltar para a fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Na véspera do Natal daquele ano, novamente através do porto de Buenos Aires, chegou em Itaqui. Logo depois da chegada de Paulo e família na cidade de Itaqui, o representante dos

seus negócios de aplicação de dinheiro, que era um fazendeiro conhecido no lugar por Inglês Macedo “[...] matou a mulher no carnaval e fim. E se foi tudo à gaita”. Na ocasião, quando chegou no Brasil, a neta G. Vecchio contava cinco anos e a sua irmã tinha um pouco mais, ambas nascidas na Itália. [Idem entrevista de G. Vecchio].

O nome completo desse personagem chamado Inglês Macedo, que manteve relações de negócios com Paulo Vecchio, era Domingos Riopardense de Macedo. No relato de descrição de “[...] um ginásio no pampa [...]”, a seu respeito Manoelito registrou que : “[...] era homem de temperamento violento mas de gestos de solidariedade humana, vítima de sua cólera e de seus brios, [...]”. [ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 106].

Após o término da Segunda Guerra, quando G. Vecchio alcançou a idade em torno de vinte anos, narrou que “[...] eles nos mandaram, as duas mocinhas [...]” de volta para a Itália para casarem-se. Ao referir-se ao avô e aos pais, revela: “Mas com aquela intenção, eles nunca me disseram, mas eu não nasci ontem”. G. Vecchio formou-se em piano. Depois que retornou da Itália, casou-se no Brasil. Tem filhos brasileiros. A irmã em referência, professora, casou-se na Itália, lá reside e sempre se manteve em contato permanente com a irmã no Brasil. [Idem entrevista de G. Vecchio].

G. Vecchio domina a língua italiana e conhece a cultura do país onde nasceu e residiu. A respeito da sua colaboração na aprendizagem da língua italiana, M.C. Cademartori de Moura, neta do italiano João Schenini que se estabeleceu em Itaqui por volta de 1870, narrou que: “A minha mãe aprendeu a escrever sozinha. Ela escrevia pra os parentes na Itália, levava pra Giovvana Vecchio, uma italiana aqui, que corrigia as cartas pra ela”. [Idem entrevista de M. L. Cademartori Aramburu e M. C. Cademartori de Moura].

Veppo, Ângelo Maria. Italiano chegado por Buenos Aires, com a esposa Colomba Veppo. Estabeleceu-se em Itaquí, comerciante. Não há notícia que a língua italiana tenha sido transmitida aos descendentes de Ângelo. Entrevista de L. Edson Veppo, 72, bisneto. Itaquí, 02/02/2011. Ângelo faleceu em 1887 e deixou os filhos: Francisco, Jerônimo, Lauro, Eliséia e Ângelo. [APERGS – 1887. Inventário nº 388, Maço 14, Estante 114].

Conforme consta nas folhas 5-verso, 27 e 28, do seu inventário, atuaram no mesmo o italiano Amadeo Minoggio e o ítalo-descendente Emigdio Bonorino, respectivamente na função de avaliador e repartidor. O segundo depois desempenhou a função de juiz suplente. Na folha 8 do inventário, compareceu a italiana Victoriana Regio Veppo, viúva, para recebimento de crédito em nome do seu falecido esposo Luiz Veppo. Na fl. 10-verso, compareceu o italiano Benito Pianta na função de testemunha em procuração passada pela inventariante Colomba Veppo.

Vitali, Antonio. Italiano, aportou em Buenos Aires. Antes de entrar no Brasil e estabelecer-se em São Borja, trabalhou na construção de uma estrada de ferro na Argentina. [Entrevista de N. R. Vitali Tatsch, 43, neta, comerciante. São Borja, em 9/06/2010.] O sogro de Antonio Vitali também era italiano. Chamava-se Ângelo Caetano Messa. [Certidão de óbito de Adão Vitali – filho de Antonio, Registro Civil de São Borja].

Vomero, Paschoal. Italiano, aportou na América do Sul pelo porto de Buenos Aires, juntamente com um irmão que ficou na Argentina. Pertencia a uma família de músicos na Itália. A entrevistada possui uma tela referente à cena de “La Traviata”. Informou que a mesma foi oferecida a Paschoal pela “[...] família Mondadori, [...]” quando da viagem marítima da Europa para Buenos Aires. [Entrevista de L.I. Escobar Vomero, 70, viúva do neto Alberto Vomero Filho; e M. Escobar Vomero, 45, bisneto de Paschoal Vomero, administrador. Itaquí, em 05/11/2010].

Em Buenos Aires, onde residiram “[...] por muito tempo [...]”, os irmãos Vomero formaram uma orquestra sinfônica que tocava no teatro Colon. Eram procedentes da região de Nápoles onde, além da música, “[...] trabalhavam com fábricas de tecidos.” Por ocasião de um movimento armado na capital argentina, fugiram para o Paraguai, onde Paschoal conheceu Herminia Pinasco, com a qual casou-se. Depois o casal veio para Itaquí, onde nasceram todos os seus filhos. Nesta cidade, Paschoal constituiu a Orquestra Vomero, que ficou conhecida da população local. [Idem entrevista de L. I. Escobar Vomero e M. Escobar Vomero].

Na chamada “[...] Casa dos Vomero [...]”, na frente da praça central da cidade, anteriormente residiu o também ítalo-descendente Manoelito de Ornellas, historiador e escritor, fato que foi lembrado pela entrevistada L. I. Escobar Vomero. Essa morada é mencionada pelo próprio Manoelito na sua obra *Terra Xucra*, chamando-a de “[...] casa grande [...]”. [ORNELLAS, 1969, op. cit., p. 31].
